

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“EDUCAÇÃO EM FOCO”: A ESCOLA 20 DE JULHO NAS
PÁGINAS DO *ÁLCALIS JORNAL* (1969 A 1974) – MEMÓRIAS DA
EDUCAÇÃO EM ARRAIAL DO CABO (RJ)**

MÁRCIA SIMÕES MATTOS

Petrópolis

2012

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“EDUCAÇÃO EM FOCO”: A ESCOLA 20 DE JULHO NAS
PÁGINAS DO *ÁLCALIS JORNAL* (1969 A 1974) – MEMÓRIAS DA
EDUCAÇÃO EM ARRAIAL DO CABO (RJ)**

MÁRCIA SIMÕES MATTOS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Petrópolis como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a.-Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos

Petrópolis

2012

FICHA CATALOGRÁFICA (deve ser elaborada pela biblioteca)

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“EDUCAÇÃO EM FOCO”: A ESCOLA 20 DE JULHO NAS
PÁGINAS DO *ÁLCALIS JORNAL* (1969 A 1974) – MEMÓRIAS DA
EDUCAÇÃO EM ARRAIAL DO CABO (RJ)**

Mestranda: Márcia Simões Mattos – Matrícula:

Orientadora: Prof^a-Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos

Petrópolis, 12 de setembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^a-Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos

Prof^a-Dra. Lia Ciomar Macedo Faria

Prof.-Dr. Pedro Benjamim Carvalho Silva Garcia

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a algumas pessoas especiais, sem as quais eu não poderia transformar este projeto em realidade – cada uma delas contribuiu com uma parcela significativa em minha vida e assim nesta pesquisa:

À professora orientadora Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos, que acreditou nas possibilidades de meu projeto, incentivando-me a persistir e mostrando-me os caminhos da pesquisa histórica, dedicando-me horas infindáveis a corrigir e orientar. Sempre transmitindo confiança e ensinamentos preciosos, na sua forma objetiva, competente e humana. Assim me proporcionou, além de conhecimentos técnicos, ensinamentos de vida.

Ao Mestre Prof. Eduardo Maluf, cujas palavras de incentivo mudaram o rumo de minha trajetória acadêmica e me fazem compreender que “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

A meu companheiro de vida, Josimar (Zima), pelo incentivo; sem sua energia e dedicação nos momentos mais difíceis eu não poderia chegar até aqui.

A Beatriz, minha filha, meu tesouro, que me faz entender o futuro como um precioso momento que temos de construir no hoje com o legado do passado.

A minha mãe, Nelly, a quem agradeço pela vida e pelo apoio quando iniciei esta jornada, sempre me esperando chegar de Petrópolis com um lanchinho e muito afeto. Hoje encerro esta trajetória sem ela, pois Deus na sua sabedoria achou melhor levá-la para junto d’Ele... Mas o que ela ofertou de sabedoria e persistências me levam a nunca desistir dos sonhos. Obrigada, mãe!

A meu pai, Hubiratan, que me deixou um legado: Vida, Paciência e Persistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobretudo a Deus, por permitir atravessar este momento de minha vida desenhando caminhos muitas vezes inesperados, mas me ofertando Sabedoria e com isso crescimento espiritual.

Realizar uma pesquisa histórica não é tarefa isolada, necessita de envolvimento de muitos que contribuem com conhecimentos e funções. Assim, agradeço a confiança de cada um que listo a seguir, por confiar em meu trabalho e me auxiliar de forma direta ou indireta, sem medir esforços na reconstrução da história da Escola 20 de Julho. A cada um de vocês, minha eterna gratidão e admiração.

A meu querido Tio Meri, meu dindo e fã incondicional, que sempre esteve a meu lado incentivando meu progresso acadêmico.

A meu amigo Wanderson (Andinho), pelo apoio para a elaboração deste trabalho, sem o qual não seria possível desenvolver esta pesquisa.

À Prof^a.- Dra. Lia Faria e Prof.-Dr. Pedro Garcia, pelas contribuições e sugestões no Exame de Qualificação desta pesquisa e também pelos exemplos de dedicação as causas da Educação.

Ao Prof.-Dr. Antônio Flávio Barbosa Moreira, pela condução segura e competente deste Programa de Mestrado.

Aos Professores Doutores Menga Lüdke, Stella Segenreich, Victor Novicki pelas aulas e grande contribuição nesta trajetória acadêmica.

A Simone e Lili, funcionárias da UCP, pela atenção constante as minhas solicitações.

A Dayanna Araujo pelo carinho e auxílio na construção de material de mídia tecnológica.

As minhas entrevistadas, professoras guerreiras que participaram com muita competência da construção de uma escola que até hoje é referência em nossa região: Ecliméa, Nailda, Tânia, Therezinha e Haydée.

Às Professoras Vera Lucia e Rita, respectivamente atual Diretora e Diretora Adjunta do Colégio Estadual 20 de Julho, que acreditaram neste projeto e de forma profissional e amiga abriram as portas e os arquivos para que esta pesquisa pudesse acontecer.

Ao Sr. Márcio, funcionário da Companhia Nova Álcalis, pelo apoio e disponibilidade em me atender nas necessidades desta pesquisa.

À Professora Vera Castro, durante muitos anos secretária do Colégio Estadual 20 de Julho, hoje aposentada, que me recebeu em sua residência e me proporcionou acesso a documentos com a história da escola.

À Professora Marcia Quaresma, pelas longas conversas sobre a pesquisa e por compartilharmos uma paixão: A História da Educação Regional.

Aos amigos e Professores André, Janaina e Olga, pelas boas dicas em conseguir contato com profissionais que trabalharam na escola durante o período pesquisado.

À sempre fiel amiga Cristina de Fátima, pela ajuda nas pesquisas em acervos no Rio de Janeiro.

À amiga Vaneide, pelo carinho e boas dicas sobre a pesquisa, afinal, ela foi aluna, professora e diretora pelo Estado da Escola 20 de Julho.

Ao Prof. Pedro e Marta, amigos que conquistei na trajetória desta pesquisa.

Ao Sr. Sotero, antigo funcionário da Álcalis, pela atenção e esclarecimentos valiosos.

Ao Sr. Hamilton Torres, do serviço de documentação da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, pela valiosa colaboração no acervo de documentos.

Às Professoras Sandra Faria, Zoraide Moulin, Haydée Pinheiro, Léa Bruno, Therezinha Monteiro, Carmem Lúcia Pessanha – Diretoras da Escola 20 de Julho durante o período de 1964 a 1974, sob a administração da Companhia Nacional de Álcalis –, apesar de não tê-las conhecido todas, desejo aqui citar-lhes o nome, numa justa homenagem à dedicação pelo trabalho em Educação. E, assim, por intermédio delas homenagear a todos os professores e funcionários que atuaram na Escola 20 de Julho.

Ao Sr. José Henrique, que atuou na Álcalis durante muitos anos e, em sua sabedoria e simplicidade, me proporcionou informações valiosas e caminhos a seguir.

HOMENAGEM

Assim é o meu Arraial

Como o amanhecer brilhante que todos os dias se faz na Praia dos Anjos.

Como o pôr-do-sol vibrante que diariamente se inclina no horizonte da Praia Grande.

Como os ventos constantes que removem as areias, formando dunas que dançam e caminham ao infinito.

Como o sol, o céu, o mar e as areias que contrastam todo o tempo diante de nossos olhos, formando as cenas cotidianas da vida nas melhores vistas que o homem possa ter...

Tudo aqui... Sol, vento, céu, mar e areia se materializam aparentemente eternos, mas que mudam a cada instante ao sabor que ressurge a cada dia... Fazendo novo e de novo a maré da vida.

Assim é meu Arraial... Meu querido *Arraial do Cabo* (RJ).

Márcia Simões Mattos

13 de outubro de 2011

HINO À ÁLCALIS

“Do teu respeito e honradez depende tudo,
Desde a salina ao fumegar das chaminés...
Nossas barcaças de longe trazem conchas,
Lá da lagoa, contra os ventos e as marés...

Trabalhador ergue a cabeça com orgulho

Dignifique o trabalho com ardor
Êste Gigante, este Brasil que tem de tudo,
De nós precisa, pra mostrar o seu valor...

É minha é tua, é nossa, é brasileira
este colosso que é a ÁLCALIS
A exaltar nossa bandeira (bis).”

Poeta Victorino Carriço
20 de julho de 1967

RESUMO

MATTOS, Márcia Simões. “Educação em Foco”: a Escola 20 de Julho nas páginas do *Álcalis Jornal* no período de 1969 a 1974 – uma retrospectiva na História da Educação de Arraial do Cabo. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2012.

Após o golpe militar de 1964, a educação no Brasil passou a ser, em boa medida, orientada pelos acordos MEC-Usaid (1975-1976), assinados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid), que propunham políticas e técnicas de reorientação do sistema educacional brasileiro em função das prerrogativas do capital internacional, que assim disporia de um porto seguro para os investidores. Grosso modo, com a Reforma Universitária de 1968, o governo militar buscava coibir o desenvolvimento da discussão crítica e democrática; e com a Lei de Diretrizes e Bases de 1971 privilegiava o ensino profissionalizante no 1º e 2º grau (hoje Ensino Fundamental e Médio). É ainda em 1964 que surge a Escola 20 de Julho, mantida pela Companhia Nacional de Álcalis (CNA). Como registro documental daquele período, o *AJ*, veículo informativo e formativo interno dirigido a cerca de 4.000 leitores pertencentes à “comunidade alcalina”, cujo editor-chefe era também o general que presidia a CNA, na coluna “Educação em Foco” discutia temas que influenciaram a formação educacional dos operários da CNA e seus filhos que lá estudaram. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é identificar se havia um pensamento educacional que norteava as ações de ensino da CNA, a partir de matérias veiculadas pelo *Álcalis Jornal* na seção “Educação em Foco”, com recorte no período entre os anos de 1969 a 1974, a cujos exemplares se obteve acesso. Complementada por entrevistas e depoimentos de três ex-professoras e duas ex-dirigentes que lá trabalharam no período selecionado, esta pesquisa retoma o contexto sociopolítico do período ditatorial e, especialmente, dos embates dos educadores e teóricos e da legislação vigente para a educação no país, buscando compreender, nos vestígios pinçados nas páginas do periódico da CNA, a orientação educacional da Escola 20 de Julho, na época. Entre os achados, identifica-se uma instituição com salários pagos em dia, na qual não faltavam recursos materiais para os professores, em que se incentivavam iniciativas de educação inclusiva, com pré-escola, comemorações cívicas e torneios desportivos que se estendiam a outras escolas, entre demais ações que a tornavam um diferencial na região de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro. Isso tudo ocorria sem, evidentemente, a escola deixar de se submeter ao programa profissionalizante nacional de então e de formação nacionalista de sujeitos para defender o país e obedecer às leis, a fim de tornar o cidadão menos questionador e mais submisso como convinha aos militares no poder.

Palavras-chave: Escola 20 de Julho. *Álcalis Jornal*. Seção “Educação em Foco”. Companhia Nacional de Álcalis.. Arraial do Cabo (RJ). História da Educação.

ABSTRACT

MATTOS, Márcia Simões. “Educação em Foco”: the Escola 20 de Julho in the pages of the *Álcalis Jornal* in the period of 1969 to 1974 – a retrieval in History of Education in Arraial do Cabo. 159 f. Dissertation (Master degree in Education) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2012.

After the military putsch of 1964, education in Brazil started to be guided into a large extent by the MEC-Usaid agreements (1975-1976), signed between Brazilian Ministry of Education and Culture (MEC) and United States Agency for International Development (Usaid), that proposed policies and reorientation techniques to the Brazilian education system in function of the prerogatives of the international capital, that could so install a safe harbour for investors. Roughly, with the Academical Reform in 1968, the military government intended to restraint critical and democratic discussion; and with the Law of Guidelines and Bases (LDB) of 1971 to enhance the professional teaching in the 1st and 2nd degree (Elementary and High School). Still in 1964, the Escola 20 de Julho (20 July School) was created, maintained by the Companhia Nacional de Álcalis (CNA) – (Alkalis Brazilian National Company). As documental records of that period, the *Álcalis Jornal* (Alkalis Newspaper), informative and formative internal vehicle driven to about 4.000 readers belonging to the “alkaline community” and whose editor-in-chief was also the general that ran the CNA, in the column “Education in Focus” discussed themes that influenced CNA workers’ educational formation and of their children that studied in there. In that context, the objective of this research is to identify if there was an education thought that orientated the teaching actions of the CNA departing from matters published in the *Álcalis Jornal* in the section “Educação em Foco” (“Education in Focus”) based in the publication issues of 1969 to 1974, which were preserved. Complemented by interviews with three former-teachers and two former-directors that worked in the 20 July School in that period, this research retakes the sociopolitical context of the dictatorial period and especially of educators and theoretical discourse and of the legislation for the education in Brazil to try to understand, starting from traces found in the pages of CNA’s newspaper, the educational guidance of the 20 July School at that time. Among the findings, it is possible to observe an institution with wages paid up-to-date and plenty of material resources to teachers, in which initiatives of inclusive education were highly encouraged, with kindergarten, civic celebrations and sport tournaments extended to nearest schools, among various actions that turned it unique in the area of Arraial do Cabo, in the State of Rio de Janeiro. Submitted evidently the school to the government professional teaching program at that time and persons’ nationalist formation, to defend the country and obey laws, in order to turn citizens less inquirer and more subservient as the wish of the ruling military authorities.

Keywords: 20 July School. Alkalis Newspaper. Section “Education in Focus”. Alkalis National Company. Arraial do Cabo (RJ/Brazil). History of education.

LISTA DE SIGLAS

AJ – Álcalis Jornal

AI-5 – Ato Institucional nº 5

CNA – Companhia Nacional de Álcalis

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOP – Departamento Oficial de Publicidade

DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

DNP – Departamento Nacional de Propaganda

EAA – Escola de Aprendizagem Álcalis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional

ESG – Escola Superior de Guerra

FEVIJ – Fundação Educacional 20 de Julho

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNM – Fábrica Nacional de Motores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INS – Instituto Nacional do Sal

ISEP – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEC-Usaid – Ministério da Educação e Cultura-United States Agency for International Development

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional

PAEG – Plano Ação Econômica do Governo

SEE – Secretaria de Estado de Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – 13 de Maio, 1ª Escola Primária da CNA – em desfile cívico (nov/1963) | 15 |
| Figura 2 – Desfile cívico da Escola 20 de Julho em Cabo Frio – (entre 1965 e 1969) | 16 |
| Figura 3 – Inauguração da Escola 20 de Julho em (20/ jul/1964) | 30 |
| Figura 4 – Inauguração do Parquinho de Recreação Infantil na Vila Industrial da Álcalis (1963) | 37 |
| Figura 5 – Discurso de dirigente da CNA em Torneio de Futebol de Salão – quadra do Hotel da CNA, Praia do Anjos (1963) | 38 |
| Figura 6 – Time de futebol de salão da CNA – Hotel da CNA, Praia do Anjos (1963) | 39 |
| Figura 7 – Panorâmica da produção de calcário da CNA na Laguna de Araruama | 41 |
| Figura 8 – Escola 13 de Maio, localizada no local conhecido como ST (1963) | 48 |
| Figura 9 – Fachada da Escola 20 de Julho, prédio de madeira localizado na Vila Industrial e inaugurado em 20 de julho de 1964 | 49 |
| Figura 10 – Fachada do atual Colégio Estadual 20 de Julho | 50 |
| Figura 11 – Prova de seleção para professoras primárias da Escola 20 de Julho | 67 |
| Figura 12 – General Edmundo Orlandini (década de 1960) | 69 |
| Figura 13 – Editorial: capa da edição nº 67 | 75 |
| Figura 14 – Seção “Educação em Foco”, edição nº 72 | 76 |
| Figura 15 – Páginas que tratavam de assuntos diversos, edição nº 72 | 77 |
| Figura 16 – Seção <i>Bom Dia... Sabido</i> da edição nº 72 | 78 |
| Figura 17 – Página 7, assuntos diversos, edição nº 72 | 80 |
| Figura 18 – Seção <i>Sociálcalis</i> , edição nº 72 | 81 |
| Figura 19 – Presença militar constante nas festividades da CNA nos anos 1960 | 82 |
| Figura 20 – Capa do <i>Álcalis Jornal</i> edição nº 51, (set/1971) | 83 |
| Figura 21 – Cartaz de atividade pedagógica na EVJ com o ideário da Revolução de 1964 | 86 |
| Figura 22 – Foto e legenda originais da edição nº 76 | 87 |
| Figura 23 – Foto e legenda originais da edição nº 41 | 92 |
| Figura 24 – Foto original da edição nº 72 | 94 |
| Figura 25 – Fotos e legendas originais da edição nº 35 | 95 |
| Figura 26 – Foto e legenda originais da edição nº 67 | 99 |
| Figura 27 – Foto registrando a Eleição da Diretoria da Associação de Pais Mestres (1971) | 101 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 METODOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO | 19 |
| 2 A ESCOLA 20 DE JULHO E A COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS: CONTEXTO, ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL | 29 |
| 2.1 ARRAIAL DO CABO E A ÁLCALIS – O CONTEXTO HISTÓRICO ESTUDADO | 40 |
| 2.2 A ESCOLA 20 DE JULHO: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO | 46 |
| 3 O JORNAL DA ÁLCALIS E A SUA SEÇÃO PEDAGÓGICA | 59 |
| 3.1 O PAPEL DA IMPRENSA NO SÉCULO XX: O QUARTO PODER | 60 |
| 3.2 VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL: O <i>ÁLCALIS JORNAL</i> | 69 |
| 3.3 ESTRUTURA E LINHA EDITORIAL DO <i>ÁLCALIS JORNAL</i> | 71 |
| 3.4 A SEÇÃO “EDUCAÇÃO EM FOCO” | 88 |
| 3.5 AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DA ESCOLA 20 DE JULHO NAS MEMÓRIAS DE EX-DIRIGENTES E EX-PROFESSORAS | 102 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 109 |
| REFERÊNCIAS | 113 |
| APÊNDICE A – Modelo de entrevista | 119 |
| APÊNDICE B – Quadros demonstrativos do <i>Álcalis Jornal</i> – coluna “Educação em Foco” | 120 |
| APÊNDICE C – Quadro demonstrativo “Ficha dos Professores” | 128 |
| APÊNDICE D – Transcrição das entrevistas realizadas com ex-professoras e ex-diretoras | 131 |

| | |
|---|-----|
| ANEXO A – Decreto de criação da CNA | 141 |
| ANEXO B – Planta baixa do prédio da escola na época selecionada para a pesquisa (1969 / 1974) | 143 |
| ANEXO C – Convênio da passagem da administração da Escola 20 de Julho da CNA para o Estado do Rio de Janeiro | 144 |
| ANEXO D – Quadro do processo seletivo de professores na CNA em 1973 | 145 |
| ANEXO E – Ficha do Professor | 146 |
| ANEXO F – Modelo de Certificado de Frequência | 147 |
| ANEXO G – Procarta | 148 |

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por foco a Escola 20 de Julho, criada pela Companhia Nacional de Álcalis (CNA), no município de Arraial do Cabo (RJ), observando os aspectos envolvidos no contexto educacional. Assim, buscou-se, a partir de vestígios, apreender um pouco do pensamento educacional que norteava as ações de ensino intentadas pela Álcalis e que eram discutidas no periódico mensal produzido pela empresa, o *Álcalis Jornal*, na seção “Educação em Foco”.

A proposta desta pesquisa é, portanto, conhecer as questões educacionais, veiculadas no *Álcalis Jornal - AJ*, que influenciaram a formação educacional dos operários da Companhia Nacional de Álcalis e seus filhos que lá estudaram, com recorte no período entre os anos de 1969 a 1974, a cujos exemplares tivemos acesso. A partir da delimitação do estudo, foi possível, como fonte complementar, identificar e localizar pessoas que vivenciaram esse período – ou parte dele – na Escola 20 de Julho, entre professores e dirigentes, que, com as suas memórias, auxiliaram na recomposição do cenário investigado. Também foi consultada a literatura que se refere à criação e desenvolvimento da CNA, presente em obras como: *Candangos no Arraial do Cabo*, de Accioly Lopes, de 1963; *Assim surgiu a Álcalis*, de autoria do técnico de administração da companhia Carlos Luís Nunes, de 1968; e também no livro de Edmundo Orlandini, *Óbvio e ululante na Indústria*, editado em 1973. Desse modo, a pesquisa foi realizada com base nos eventos e posicionamentos registrados na seção “Educação em Foco” do *AJ*, durante 1969 a 1974, ano em que a CNA assina convênio com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, passando a administração da Escola 20 de Julho para a rede oficial de ensino, condição que permanece até hoje, no Colégio Estadual 20 de Julho.

Pelo que se depreende, acredita-se que a educação básica para os trabalhadores e famílias foi pensada desde o início da operacionalização industrial da Álcalis, em 1958, pois já em 1961 houve a criação e implantação da primeira escola, denominada 13 de Maio. A partir de 20 de julho de 1964, foram inauguradas as novas instalações escolares.

Em alusão à data de fundação da CNA, que é também 20 de julho, a instituição passou denominar-se Escola 20 de Julho.¹

No dia 05 de agosto de 1959 foi fundada a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (EFAP). Em 13 de maio de 1961 o Diretor Secretário Moacyr Dias Côrrea fundou a “Escola 13 de maio”, no lugar denominado ST, no Arraial do Cabo, a fim de ministrar instrução primária, diurna e noturna, aos empregados da ÁLCALIS e seus dependentes. Em 20 de julho de 1964 foram inauguradas novas instalações daquela última escola mencionada, quando foi substituído seu nome para Escola 20 de Julho. Em 05 de março de 1966 foi criada a Fundação Educacional 20 Julho (FEVIJ), entidade sem fins lucrativos, tendo como meta criar e manter Escolas Primárias, Escolas de Aprendizagem Industrial e Ginásio Orientado para o Trabalho, além de Centro de Treinamento para promover a formação e aperfeiçoamento profissionais dos empregados da ÁLCALIS e de seus dependentes. (NUNES, 1968, p. 97).

Os desfiles apresentados a seguir (Figura 1 e 2) registram as denominações da Escola nas respectivas épocas e dão uma ideia de sua importância, no contexto da educação em Arraial do Cabo, assim como a estreita associação com a CNA.



Figura 1 – 13 de Maio – 1ª Escola Primária da CNA – em desfile cívico (nov/1963)

Fonte: Acervo particular

¹ Escola “20 de Julho”, trata-se do nome dado em homenagem a data de criação da Companhia Nacional de Álcalis e mantido pela mesma Companhia até 1974, quando passou a ser administrada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se Escola Estadual “20 de Julho”, através do ato de criação sob o nº 633 de 11/03/1976 – Diário Oficial RJ de 12/03/1976. Mais tarde, foi transformada em Colégio Estadual “20 de Julho” pelo Decreto nº 6481, de 29/12/1982, Diário Oficial – RJ de 30/12/1982, passando a ministrar o ensino de 2º grau regular.



Figura 2 – Desfile cívico da Escola 20 de Julho em Cabo Frio (1965-1969)
Fonte: Acervo da autora

Tendo em vista a importância que a implantação da Alcalis teve não só para o processo do desenvolvimento nacional do Brasil na metade do século XX, mas de forma singular para a sociedade local, surge a necessidade de recompor, por meio de uma pesquisa histórico-documental, aspectos significativos deste empreendimento feito pela CNA.

Este estudo busca, portanto, investigar os registros deixados pelo *AJ*, que, mensalmente, dedicava uma seção aos aspectos educacionais e à manutenção de uma escola de ensino básico (curso primário), além de outros aportes à formação profissional e às propostas educacionais direcionadas a um público específico, mas relevantes para Arraial do Cabo, cidade litorânea do Estado fluminense.

Nesse sentido, procurou-se apresentar alguns dos principais fatores que influenciaram o investimento em educação dentro da indústria e, sobretudo, demonstrar em que bases se pautava a formação educacional proporcionada pela CNA, assim como a sua importância naquele tempo e lugar.

A importância da CNA é uma tônica no desenvolvimento do país naquele período, pois tratava-se de uma empresa estatal criada para atender ao processo de industrialização química do Brasil, que contribuiu de forma primordial para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Cabo Frio e, principalmente, para seu 4º Distrito, Arraial do Cabo, desde a década de 1940, a partir da assinatura do decreto de criação.

Dessa forma, acredita-se que a presente pesquisa poderá contribuir para uma reflexão sobre o desenvolvimento educacional do atual município de Arraial do Cabo, uma vez que muitos munícipes ainda se reportam à qualidade pedagógica das ações da CNA por meio, principalmente, do ensino básico ministrado pela Escola 20 de Julho, docentes e métodos, o que a tornou referência na formação educacional local.

Ao recuperar momentos históricos que constituíram a trajetória da CNA, também se estará revisitando a formação da cidade de Arraial do Cabo, local que antes do Decreto-Lei Municipal nº 5684 de 20 de julho de 1943,² que criou a CNA, era uma pequena e isolada aldeia de pescadores. Na época, havia grandes dificuldades de locomoção e comunicação, pois a sede administrativa de Arraial do Cabo se localizava em Cabo Frio, da qual dependia para grande parte da infraestrutura urbana, além de outras cidades próximas, como São Pedro da Aldeia, Araruama e Saquarema.

Sobre Arraial do Cabo antes da chegada da CNA, pode-se observar o relato de Lopes naquele período:

Para vir de Cabo Frio ao Arraial do Cabo, o caminho era mesmo a praia. Caminho sinuoso e cansativo, de areia fina e escorregadia, que obriga o viajante o dobro do esforço para vencer a distância. Os pés afundam, deixando em cada passo a pegada disforme. Uma cova funda, um buraco que facilmente se desfaz normalmente, quando o vento sopra com a força de um siroco, rolando impetuoso sobre as dunas brancas que parecem montes de sal. Através daquele trajeto único todos se encontram. Conhecem-se das mais remota descendência, como se pertencessem ao mesmo ramo da velha árvore genealógica. Em síntese: todos são pescadores. A pesca, é realmente, o meio comum da vida (LOPES, 1963, p. 21).

Apesar de o decreto de Criação da CNA datar de 1943, a produção industrial só se inicia realmente em 3 de janeiro de 1958, como explica Nunes:

² Decreto-Lei de Criação da Companhia Nacional de Álcalis, assinado pelo Presidente da República Getúlio Vargas no Palácio Rio Negro em Petrópolis.

03 de janeiro de 1958 – data importante do “Projeto Cabo Frio”: O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira acionou a chave elétrica, ligando o Forno nº 1 da cal, de 120 m de comprimento, iniciando, assim, em caráter definitivo, a primeira fase de produção da COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS (NUNES, 1968, p. 52).

Com a demora na construção da Álcalis, causada por diversas questões que não pertencem ao escopo deste estudo, somente a partir do início da década de 1960 é que a CNA atingiu a produção plena, tornando-se a primeira no Brasil na fabricação de barrilha, matéria-prima preponderante para o desenvolvimento da indústria química nacional.

De acordo ainda com Nunes (1968, p. 57), “A barrilha brasileira nasceu na ‘madrugada histórica de 08 de abril de 1960’, após 16 anos e oito meses de fundação da Companhia Nacional de Álcalis”, permanecendo até o início dos anos de 1990 como empresa estatal de economia mista, sendo negociada a partir de um processo desencadeado com a política de privatização do governo Collor, até que em 2006, nas mãos do empresário Fragoso Pires, encerra as atividades.

Com efeito, no enfoque histórico, também não se pode desconsiderar que, nomeadamente, no período de funcionamento sob administração da CNA, a Escola 20 de Julho encontrava-se sob a influência dos governos militares, bem como as propostas educacionais vigentes na época. Assim a criação da Álcalis tinha como objeto principal o projeto de industrialização, dando continuidade às práticas mencionadas desde o primeiro governo de Getúlio Vargas.

À época, a CNA estava vinculada a Arraial do Cabo como 4º Distrito do município de Cabo Frio. A emancipação político-administrativa só se daria em 1985, desencadeada, também, entre outros fatores, pela superprodução de barrilha, “carro-chefe” da empresa, que gerava recolhimento de elevados impostos. Desse modo, tornava-se viável a criação do novo município.

Por outro lado, aliadas à fundação da CNA, surgem perspectivas de mudança na pequena aldeia de pescadores de Arraial do Cabo, escolhida pelas peculiaridades geográficas para abrigar a nova empresa estatal. Também deve ser considerada a história de Arraial do Cabo, que, por sua vez, foi berço do movimento de colonização europeia no Brasil.

Nesse percurso, analisando-se o surgimento do projeto Álcalis, é possível verificar aspectos que envolveram o processo de industrialização no Brasil do governo

Vargas e, mais particularmente, a industrialização no território fluminense.

Assim, o presente estudo é resultado de uma significativa jornada de pesquisas, que buscou recompor a história da Escola 20 de Julho, em uma perspectiva regional, com base nos registros encontrados no tabloide da CNA e com foco em cenários e protagonistas que, até então, haviam sido deixados no esquecimento.

1.1 METODOLOGIA E A ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Pesquisar sobre Arraial do Cabo, suas praias, restinga, pesca, enfim suas peculiaridades, sempre me despertaram grande satisfação, pois desde criança conheço este lugar especial, que se foi tornando, a cada dia, mais importante em minha vida, chegando hoje a ser minha cidade, minha casa. Assim, movida pelo interesse em analisar as mudanças ocorridas pela instalação da CNA, em Arraial do Cabo, nasce a ideia da pesquisa referente aos processos educacionais da CNA nos anos de 1969 a 1974, por meio do *AJ*, particularmente, na seção “Educação em Foco”, que trazia notícias sobre os processos desenvolvidos na Escola 20 de Julho. A escola em tela foi uma instituição reconhecidamente precursora da educação primária e mantida pela estatal durante a implantação e consolidação das atividades industriais, tornando-se, na região, símbolo de educação de qualidade, até hoje lembrada.

Assim, partindo de vestígios e pistas sobre a pressuposta qualidade atribuída ao processo educacional desenvolvidos pela CNA e motivada pela curiosidade e grande interesse em pesquisar a história da educação da cidade de Arraial do Cabo, optei em realizar um projeto de investigação com foco na recuperação do pensamento educacional da *Álcalis*. Tal iniciativa também encontrou eco na minha formação educacional e profissional, tendo em vista minha graduação em Pedagogia e História, e uma carreira dedicada ao magistério público por cerca de 27 anos, praticamente iniciados na implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps)³. Concomitantemente,

³ Instituições idealizadas no Brasil para a experiência de escolarização em tempo integral, voltadas para as crianças das classes populares, tentando atender a suas necessidades e interesses. Os Cieps foram criados na década de 1980 por Darcy Ribeiro, quando era secretário da Educação no Rio de Janeiro no governo de Leonel Brizola. O objetivo era proporcionar educação, esportes,

por cerca de dez anos, atuado na área de Educação do Serviço Social da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Sesi/RJ), iniciando como pedagoga e, posteriormente, como coordenadora regional de educação, quando me foi possível atuar com o ensino básico voltado para a classe trabalhadora.

Logo o acúmulo de tais experiências me despertou o desejo de contribuir para a realização de um estudo na linha de políticas públicas e na vertente da história da educação, com enfoque na história regional e suas instituições.

Nesse sentido, o problema de pesquisa proposto constitui-se de duas questões:

Havia um pensamento educacional que norteava as ações de ensino da Companhia Álcis veiculadas pelo *AJ* na seção “Educação em Foco”? Com base nos registros dessa imprensa interna, qual a influência da Escola 20 de Julho na formação dos operários e seus filhos que lá estudaram no período de 1969 a 1974?

Cabe ressaltar, ainda, que a maior relevância desta pesquisa talvez seja registrar parte da história da educação de Arraial do Cabo, tendo em vista que não foi possível localizar outros estudos acadêmicos sobre o mesmo tema. No decorrer do estudo, do mesmo modo, foi possível registrar a atuação de alguns profissionais da educação que vivenciaram aquele período e sua visão sobre o ensino ali ministrado, bem como as marcas deixadas pela Escola 20 de Julho na trajetória de dirigentes e professores. Para tanto, tornou-se necessário delimitar o escopo da investigação, traçando questões de estudo que pudessem nortear a busca das memórias da Escola 20 de Julho e dos sujeitos envolvidos, cabendo as seguintes indagações: Qual a identidade daquela escola? Quais as finalidades da escola? A quem ela se destinava? Havia um pensamento norteador de projeto pedagógico divulgado no *AJ* na coluna “Educação em Foco”? Como a Escola era vista por dirigentes e professores? Como se deu a transformação em Colégio Público Estadual?

A partir das questões de estudo, voltou-se para as análises dos periódicos *AJ* e de outros documentos encontrados, bem como foi realizado um estudo bibliográfico, complementado por entrevistas e depoimentos, empreendidos de novembro de 2011 a

assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas em instituições colocadas fora da rede educacional regular. Além disso, essas escolas deveriam obedecer a um projeto arquitetônico uniforme. Alguns estudiosos acreditam que, para criar os Cieps, Darcy Ribeiro se havia inspirado no projeto Escola-Parque de Salvador, de Anísio Teixeira, datado de 1950. EDUCA BRASIL. Cieps (Centros Integrados de Educação Pública). Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=83>>. Acesso em 02 mai. 2012.

março de 2012, com dirigentes e professoras que atuaram na Escola, cujo critério de escolha foi estarem envolvidos no projeto educacional da época.

Também cabe ressaltar que as entrevistas foram de extrema importância, com informações profissionais e pessoais que permitiram a recomposição e o preenchimento das lacunas deixadas pelos documentos e periódicos analisados.

A bibliografia específica sobre a Escola 20 de Julho foi encontrada na obra de Carlos Luiz Nunes, técnico de administração da CNA, que em 1968 produziu uma publicação sobre os 25 anos da empresa, que traz um breve capítulo sobre o tema *Álcalis e Educação*. Também foi bastante significativa para a pesquisa, a obra de Edmundo Orlandini, presidente da CNA, que em 1973 publica o livro *Óbvio Ululante na Indústria*, reproduzindo diversos textos editoriais do *AJ* no período de 1967 a 1972. Entre os editoriais, há mensagens sobre a perspectiva educacional, como “A professorinha” e “Educação e cultura”, e ainda o de maio de 1968, sob o título: “Parabéns p’ra você”, (*sic*) em que se comemorou o primeiro ano do referido jornal.

Na introdução da obra, Orlandini lembra o que pretendia o *Álcalis Jornal*:

[...] “Álcalis Jornal”, mensário de circulação interna e de distribuição gratuita da empresa que dirijo – COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS – [...]. Os temas muito diversificados e não raro subliminares visam a comunicação com os empregados da empresa. Ora são dedicados aos empregados de nível universitário ou grau médio e até aos apenas alfabetizados (ORLANDINI, 1973, p. 5).

Portanto, a principal fonte documental pesquisada refere-se a diversos fascículos do *AJ* recolhidos na CNA e referentes ao período de 1969 a 1974, embora os mesmos não estivessem disponíveis mês a mês, sendo possível reunir exemplares salteados, mas significativos para subsidiar a pesquisa. No Apêndice B estão os Quadros demonstrativos do *AJ* – coluna “Educação em Foco” – no período pesquisado: 08/1969 a 11/1974, que trazem as edições e reportagens – de autoria do general Orlandini, presidente da *Álcalis* e editor-chefe do *AJ*, e de professores e demais colaboradores do ensino na Escola 20 de Julho – que serviram de base a este estudo para prospecção das informações que ajudaram a formar uma visão do método de educação ali empregado.

O periódico, de circulação interna da empresa, registrava os eventos da CNA e prestava informações de cunho social, econômico e educativo aos colaboradores. Notadamente para os objetivos desta investigação, tomou-se como referência uma seção

específica sobre ensino, sob o título “Educação em Foco”, que se configura ainda hoje em importante material de consulta e prova testemunhal para que se possam conhecer importantes aspectos da educação do período na Escola 20 de Julho, mantida pela CNA.

Já os depoimentos de dirigentes e professores da Escola 20 de Julho foram tomados em entrevistas, por meio de perguntas entregues previamente às entrevistadas, material que constituiu fonte básica para a reconstrução das circunstâncias de existência da Escola. No total, foram duas dirigentes e três professoras entrevistadas.

Também é importante registrar que, durante a pesquisa no atual Colégio Estadual 20 de Julho, foram encontrados álbuns de fotografia, tomados como fonte iconográfica fundamental ao levantamento e complementação de dados, confiados a esta pesquisadora, tornando possível, com auxílio das entrevistadas, recuperar momentos, propostas e práticas educacionais importantes para a Escola.

Desse modo, a iconografia tornou-se expressivo material complementar para registro e compreensão do pensamento pedagógico de uma escola mantida por uma indústria estatal responsável por produzir insumos que demandavam o uso de complexa tecnologia, como no caso da barrilha⁴, favorecendo o processo de desenvolvimento do Brasil, acrescido do fato de estar localizada em uma pequena aldeia de pescadores, que ora passava a sediar um parque industrial de porte nacional.

A realização de uma pesquisa qualitativa deve estar atenta ao contexto social, que se apresenta dinâmico quanto à constituição do conhecimento, cabendo a quem se lança nessa tarefa não buscar respostas já rotuladas, verdades absolutas e situações paradigmáticas, exigindo-se, sim, rigor na investigação científica, respeitando uma metodologia que guie para um olhar atento e ético do pesquisador que permita o distanciamento necessário tanto para desvendar o explícito, como as subjetividades presentes.

⁴ A barrilha é importante matéria-prima para indústria de vidro, responsável por 60% do consumo, aproximadamente, para aplicação em produtos tais como garrafas, frascos, potes, ampolas e outros, bem como em produtos de vidros plano para construção civil e a indústria automobilística, além de tubos cinescópicos e produtos da indústria de iluminação. O processo antigo de produção de barrilha, denominado Le Blanc, foi desenvolvido em 1773. Baseava-se na calcinação do sulfato de sódio com carvão e calcário num forno rotatório, seguido pela lixiviação do produto pela água. Ocorria a hidrólise dos sulfetos, que eram convertidos a carbonato pelo tratamento com dióxido de carbono dos fornos de calcinação (ALCANORTE, 2012). Disponível em <<http://www.alcanorte.net/barrilha/>>. Acesso em 15 jun. 2012.

Assim na perspectiva histórica da educação, deve-se ter um olhar atento quanto aos registros que surgem como afirma Vasconcelos, sobre a importância de lidar com a documentação colhida e a relação com os indivíduos:

[...] pesquisar a educação e a sua inserção na história constitui-se um amplo processo que não pode ser reduzido aos documentos e registros e, particularmente, aos documentos e registros apenas dos momentos vividos pela escola – uma invenção popularizada somente nos últimos dois séculos –, desconsiderando outras inúmeras circunstâncias que compõem a história da educação, vividas entre sujeitos, entre sujeitos e instituições, com uma temporalidade muito mais abrangente. Pesquisar na história significa, *a priori*, entender o contexto histórico que está se investigando, neste caso, relacionando os movimentos educativos com outros muito maiores, causadores ou resultantes da luta de homens e mulheres, de suas conquistas e derrotas (VASCONCELOS, 2010, p. 24).

Dessa forma, fica assim evidenciado que é importante destacar que há de haver cuidado em comparar e controlar resultados dentro de uma lógica na qual o problema e as questões se aliam para que se obtenha um objeto verossímil e em que a preocupação com o processo seja muito maior até mesmo do que com o resultado final.

Freitas comenta que a pesquisa qualitativa orientada pela perspectiva sócio-histórica:

ênfatisa [...] a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social. A pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, portanto dialógica, na qual o pesquisador é uma parte integrante do processo investigativo (FREITAS, 2002, p. 21).

Tendo em vista as grandes transformações ocorridas em pouco mais de meio século⁵, pois Arraial do Cabo passou de uma pequena aldeia de pescadores para uma unidade administrativa municipal, a investigação acerca da criação de uma escola dentro de uma indústria nacional de base ganhou importância e merece ser registrada e recomposta nos aspectos históricos, com foco no relevo social e educacional para o local, uma vez que a Escola foi criada objetivando a formação dos empregados e seus filhos, buscando garantir a qualidade da mão-de-obra para a indústria.

⁵ Em 1943 foi assinado o Decreto-Lei nº 5.684 de criação da Companhia Nacional de Alcalis; em 12/04/1990, a CNA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização com a Lei nº 8.031; em 1992, a CNA foi privatizada, sendo comprada pelo empresário Fragoso Pires e no ano de 2006 encerra as atividades.

Nessa perspectiva, pretendi desenvolver uma pesquisa qualitativa e histórica, com ênfase no processo de criação da Escola 20 de Julho e em sua trajetória registrada nas páginas do *AJ*, mais especificamente na coluna “Educação em Foco”, realizadas pela CNA. Para complementar os dados obtidos na pesquisa documental, tornou-se necessária a realização de entrevistas com dirigentes e professoras da época, principalmente para ouvi-los sobre as matérias publicadas nos fascículos do *AJ* no período de 1969 a 1974, buscando recompor parte importante do percurso da empresa, que por vários momentos se integra à história contemporânea de Arraial do Cabo e seu povo.

Nesse sentido, levantar dados sobre uma escola de ensino primário (atual 1ª fase do ensino fundamental) mantida para funcionários e dependentes dentro de uma indústria estatal brasileira no período dos anos de 1969 a 1974 se torna um grande desafio e uma oportunidade ímpar, principalmente quando ainda é possível, mesmo com a extinção daquele modelo escolar, ter acesso a depoimentos de ex-diretores e ex-professores, constituindo-se em testemunhos privilegiados dos momentos vividos.

As entrevistas colhidas para este estudo foram levantadas junto a ex-professoras e ex-diretoras que trabalharam na Escola 20 de Julho naquele período, os questionamentos foram elaborados a partir de um estudo do *AJ*, disponíveis em dezoito exemplares. Após análise do material foi destacada a coluna “Educação em Foco” e assim elaborado um quadro analítico, que pode ser consultado no Apêndice B – Quadros demonstrativos do *AJ* – Coluna “Educação em Foco”. Nele pode-se verificar as notícias pertinentes à educação na CNA, com destaque para a Escola 20 de Julho. Os temas educacionais foram divididos em: Eventos e festas; Mensagens a pais e funcionários sobre ações do desenvolvimento infantil; Ações em educação primária; Atividades de civismo; Admissão de funcionários na área de educação da Álcalis; entre outros.

Quanto aos depoimentos foram registrados de forma espontânea, em dois momentos: O depoimento de uma ex-professora que, após responder o questionário, fez relatos sobre o momento político que o Brasil vivia; e outro depoimento concedido por um ex-funcionário do período de implantação da fábrica, que busquei a fim de identificar professores e diretores e saber onde funcionou a primeira escola da Álcalis – Escola 13 de Maio, no local denominado “ST”.

Quanto à perspectiva das diversas abordagens possibilitadas quando a investigação é realizada em instituições escolares, deve-se levar em conta a reflexão de autores como Nosella e Buffa (2009, p. 17), para quem “os estudos de instituições

escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores [...]. Tais estudos [...] privilegiam a instituição escolar considerada em sua materialidade e em seus vários aspectos”. Dessa forma, promovendo análises importantes que podem ser verificadas de diversos modos e considerando a variação do espaço e do tempo, mesclando abordagens e perspectivas:

[...] podem até coexistir mantendo suas diferenças, aninham-se na instituição escolar e é possível evidenciá-las com base nos seguintes tópicos que funcionam como categorias de análise: contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo: origem, apogeu e situação atual; vida escolar; o edifício: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos: festas, exposições, desfiles (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 18).

Por outro lado a pesquisa proporcionou a recuperação de algumas etapas que constituíram o desenvolvimento da CNA, intimamente relacionadas na formação da cidade de Arraial do Cabo, que antes do Decreto-Lei nº 5684 de 20 de julho de 1943 era apenas uma pequena e isolada aldeia de pescadores. Observa-se que a análise da história institucional da Escola 20 de Julho pode contribuir ainda para desvelar os processos educacionais dentro de indústrias, ocorridos no Brasil nos anos 1969 a 1974, e as marcas deixadas em indivíduos (dirigentes e professoras) que vivenciaram esse momento.

Cabe lembrar que Germano (1994), referindo-se ao período de 1964 a 1974, em plena ditadura militar, destaca a relação educação-trabalho, lembrando que a orientação do ensino visava essencialmente à reprodução da força de trabalho, mediante escolarização e qualificação profissional, formação de intelectuais em diferentes níveis, disseminação da concepção de mundo dominante a fim de legitimar o sistema e a sociedade, regulação dos fundamentos para o funcionamento educacional de acordo com os interesses do poder entre outros aspectos doutrinários – o que foi determinante para o ensino no país.

Outrossim, o apoio encontrado na direção do atual Colégio Estadual 20 de Julho permitiu que as dificuldades de investigação em uma instituição extinta fossem superadas, colocando todos os documentos do arquivo à disposição da pesquisadora, o que certamente irá contribuir, após a finalização deste estudo, para que os atuais profissionais e alunos da instituição possam entender o processo de criação da escola que deu origem às atuais instalações escolares. Ao investigar a arquitetura da instituição, tomando-a como

fonte de investigação, vislumbrou-se a possibilidade de distinguir a planta baixa do prédio novo e do antigo, disponíveis no acervo da escola.

Da mesma forma, o estudo possibilitou rever informações importantes, como a data de inauguração das instalações da Escola, desde 1961, com a criação da Escola 13 de Maio em um local denominado ST;⁶ passando pela inauguração em 1964 das novas instalações em um prédio de madeira na Vila Industrial; até o atual prédio, construído em alvenaria e que foi inaugurado em 1º de março de 1982, já quando a instituição estava sob administração da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

Apesar do encerramento das atividades da CNA, que se encontra desativada desde 2006, também encontrei apoio para a realização deste estudo em um grupo de funcionários que agora trabalham na Empresa Nova Álcis, não mais uma indústria de produção, mas prestadora de serviços, como aluguel de galpões, onde foi possível obter fotografias e valiosos fascículos do *AJ*.

Torna-se curioso ainda observar que alguns docentes que trabalharam na escola sob a gestão da CNA, posteriormente através de concurso público, tornaram-se professores concursados estatutários da rede pública estadual, retornando assim ao mesmo espaço escolar, agora como concursados pelo Estado, podendo continuar a exercer o magistério na escola mesmo após o encerramento da gestão da Álcis em 1974.

Em seus relatos distinguem-se dois momentos, com entusiasmo, referindo-se ao período que a Escola 20 de Julho estava sob administração da Álcis: o primeiro como uma experiência ímpar, cuja direção valorizava o ensino, incentivava a formação e a capacitação profissional de funcionários e professores, oferecendo cursos tanto interna quanto externamente; e o segundo, com a educação inovadora, incentivando o trabalho pedagógico regular e inclusivo, dispondo significativo acervo de material educativo e insumos que favoreciam o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, bem como promovendo exposições, desfiles, comemorações, torneios esportivos, que estimulavam a participação e entrosamento das famílias e dos educadores e direção.

Cabe destacar que, para a reconstituição destas “memórias”,⁷ o depoimento e a colaboração de ex-diretores e ex-professores foram fundamentais, sendo os entrevistados

⁶ Não foi possível encontrar o significado da sigla ST utilizada para identificar o local onde ficava a Escola 13 de Maio.

⁷ Segundo Olga R.M. Von Simson, “memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música,

unânimes em se disponibilizar a participar da pesquisa, reafirmando a Escola 20 de Julho como um trabalho educacional que merece ser registrado “antes que venha a ser esquecido”. Dessa forma, no entrelace das informações e memórias, na observação dos registros colhidos e no estudo da história da Escola 20 de Julho, tornou-se possível vislumbrar a possibilidade de identificar os processos pedagógicos na instituição, assim como ter acesso a registros que, certamente, deverão ter continuidade em outras pesquisas em razão da riqueza de informações e de oferecer a possibilidade de se fazer o retrato de uma época e de um sistema de ensino, então, inovador.

Por fim, aspectos teóricos pertinentes são discutidos na revisão da literatura, a fim de trazer embasamento ao estudo, apresentando-se aspectos da educação nos governos militares no período do recorte, de acordo com os estudos de José Willington Germano (1993 e 2008) e Marilena Chauí (2000), e a visão de autores que tratam da história da educação, entre eles, Paolo Nosela e Esther Buffa (2009); Lia Faria (1989 e 2010) e Maria Celi Vasconcelos (2010); e as questões da imprensa como veículo de controle social com Maria Ângela Mirault (2011) e Eliezer Felix Souza (2009). Também se enfoca a legislação referente à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 1961 e a Reforma do Ensino 1971, segundo Dermeval Saviani (2007). Além disso, contextualiza-se o período do antigo Estado do Rio de Janeiro, por meio dos estudos de Roberto Faria (2010) e Marieta Moraes Ferreira (2012), e analisa-se os estudos de Pereira (2009 e 2010), buscando compreender historicamente o empreendimento da Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo.

Esta dissertação foi estruturada em capítulos, de forma a abordar o tema selecionado, com a Introdução no Capítulo 1, destinada a contextualizar o estudo, relacionando à época, os protagonistas, a documentação-base, centrada nas edições do *AJ*, bem como a metodologia utilizada.

O Capítulo 2 pretendeu trazer uma análise de alguns aspectos econômicos e políticos mais relevantes do cenário nacional ante a criação da CNA, suas origens e a implantação de um modelo industrial. Além disso, é focado o contexto do Estado do Rio de Janeiro que, a época, tinha como capital Niterói, já que a atual cidade do Rio de Janeiro, compreendia até 1960 o Distrito Federal e até 1975 foi Estado da Guanabara. A seguir, chega-se ao território da sede industrial da CNA em Arraial do Cabo, que

constituía o 4º Distrito de Cabo Frio, passando somente em 1985 a ser uma unidade administrativa municipal.

No Capítulo 3 concentra-se o objeto deste estudo: o jornal da Álcalis e sua seção pedagógica “Educação em Foco”, com as edições a que se teve acesso e as reportagens e os artigos escritos por educadores e pela direção da CNA, com ênfase nas questões educacionais e na discussão dos possíveis caminhos e métodos de ensino, alicerçados em vestígios, a partir das matérias jornalísticas e depoimentos colhidos de ex-professores e ex-dirigentes.

Nas Considerações Finais são encaminhadas algumas respostas às perguntas levantadas durante a pesquisa, fazendo uma interseção com a introdução e a metodologia do estudo.

2 A ESCOLA 20 DE JULHO E A COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS: CONTEXTO, ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL

Neste capítulo, buscou-se fazer uma análise de alguns aspectos históricos, econômicos e políticos mais relevantes do cenário nacional ante a criação da CNA, suas origens e a implantação de um modelo industrial. Com efeito, havia, ainda, um modelo educacional planejado para, além de obedecer às exigências da legislação, atender os empregados e seus filhos, destacando-se a Escola 20 de Julho, que atendia ao ensino primário e era referência na educação da região.

Analisando-se os vestígios do processo educativo pensado para a CNA, acredita-se que o presente estudo pode contribuir também para uma recomposição acerca do desenvolvimento educacional do atual município de Arraial do Cabo, emancipado no ano de 1985, tendo em vista que, ainda em nossos dias, há lembranças quanto à qualidade do ensino ministrado pela Escola 20 de Julho, administrada pela Fundação Educacional 20 de Julho e mantida pela Álcalis, o que a tornou referência na região.

Para tanto, tomou-se como fonte principal nesta pesquisa, os registros sobre a Escola 20 de Julho, publicados no *AJ*, na seção “Educação em Foco”, que fornecia regularmente informações e discussões sobre as ações educacionais desenvolvidas pela Escola 20 de Julho, criada pela CNA em 1964, com dados dos anos de 1969 a 1974.⁸

O recorte temporal desta pesquisa se dá durante os turbulentos anos do início do golpe militar, num contexto político de repressão e autoritarismo. Estando o 4º Distrito de Cabo Frio - Arraial do Cabo, no território do antigo Estado do Rio de Janeiro, que por sua vez, sofria influências diretas da antiga Capital da Brasil, que a época era a cidade do Rio de Janeiro, transformada em Estado da Guanabara, onde notoriamente as ações do regime militar se faziam mais proeminentes, como se pode observar na situação política descrita no recorte abaixo:

⁸ É oportuno lembrar que, após a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975, o Rio deixou de ser cidade-estado, sendo transformado no Município do Rio de Janeiro.

O estado da Guanabara embora tenha tido curta duração foi muito importante para a história política do Brasil na turbulenta década de 1960. Seus governadores sempre foram de oposição ao governo federal. Carlos Lacerda colocou-se contra João Goulart apoiando o golpe de 1964 e mais tarde rompeu com os militares, mantendo-se na oposição. (...) A Assembléia Legislativa durante sua existência teve também uma grande representação oposicionista. Em 1964 e 1968/69 muitos de seus deputados tiveram seus direitos políticos cassados pelos atos institucionais decretados pelo governo militar (ALERJ, 2012).

A seguir, a Figura 3 mostra a inauguração da Escola 20 de Julho, recém-instalada na Vila Industrial em 1964, com a faixa sendo descerrada por Julia Orlandini, esposa do general Edmundo Orlandini (de terno, gravata e óculos escuros) e Paulo de Oliveira (camisa branca de mangas compridas e óculos de grau), que a partir de 1966 passou a ser membro da Fundação Educacional 20 de Julho.



Figura 3 – Inauguração da Escola 20 de Julho em 20/07/1964
Fonte: Acervo do Colégio Estadual 20 de Julho

O encerramento das atividades educacionais da Escola 20 de Julho acontece exatamente em 6 de fevereiro de 1974, quando ocorre a transferência da administração da escola para a rede estadual de educação, com assinatura de convênio entre o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, e a CNA, publicando-se o Termo de Convênio no *Diário Oficial do Estado*, em 14 de fevereiro de 1974, em que se podem observar os motivos pelos quais se deu o convênio:

[entre] ESTADO e ÁLCALIS (...), objetivando manter em funcionamento a Escola “Vinte de Julho”, foi firmado este convênio que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Deixando a ÁLCALIS de manter serviço próprio de ensino de 1º Grau por optar, na forma da lei, pela contribuição do salário-educação a partir de 1º de janeiro de 1974, cede ao Estado prédio escolar em Arraial do Cabo, 4º Distrito de Cabo Frio, com todos os equipamentos e instalações, servidões, benfeitorias e pertenças, onde funcionava a Escola “Vinte de Julho”, para que a Secretaria de Educação e Cultura ali crie e faça funcionar, com a mesma denominação, estabelecimento de iguais características (DOE-RJ, 1974, p. 10).

O contexto sociopolítico no ano de 1964, em que ocorre a criação da Escola 20 de Julho na Álcalis, é formado pela deposição de um presidente eleito democraticamente com a implantação de um regime militar de exceção. Assim, é interessante retroagir alguns anos na década de 1950, a fim de recompor o ambiente que propiciou o golpe de 1964, privilegiando as questões envolvendo a educação.

No final da década de 1950, a educação básica é lembrada por um manifesto de educadores: “Mais uma vez convocados”, de 1959 – título que se referia ao manifesto lançado em 1932 “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” – assinado, entre outros, por proeminentes personagens como Anísio Teixeira, que também assinara o de 1932.

Foram anos de combate pela escola pública, quando o educador Anísio Teixeira passou a ser perseguido pela Igreja Católica, tendo sido acusado, em 1958, de extremista. Pressionado, o governo federal acaba por demiti-lo da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep): “Esse episódio gerou o protesto de 529 educadores, cientistas e professores de todo o país que, num abaixo-assinado, se solidarizaram com Anísio Teixeira, evitando que fosse demitido” (BOMENY, 2012a, p. 1).

O manifesto de Anísio Teixeira propunha a defesa, como direito dos cidadãos e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita (BOMENY, 2012a, p. 1):

Ou seja, de uma educação garantida pelo Estado para todos os que estivessem em idade de freqüentar a escola; da obrigatoriedade da matrícula sob pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, finalmente, da gratuidade da educação, para que todos, indiscriminadamente, tivessem acesso a ela.

O manifesto e seus proponentes se viram desprestigiados ao se aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, já no governo de Jango:

O art. 95 da Lei 4.024 previa que a União dispensaria sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de subvenção e financiamento a estabelecimentos mantidos pelos estados, municípios e “particulares”, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares, instalações e equipamentos. O país, na época, não tinha recursos para estender a rede oficial de ensino, que marginalizava quase 50% da população em idade escolar. Deliberou-se pela expansão da rede privada, mas a extensão dos benefícios da educação não alcançou o conjunto da população mais carente (BOMENY, 2012a, p. 1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, no artigo 31, ainda determinava: “As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses”, o que indica a orientação legal para a criação e manutenção da Escola 20 de Julho pela CNA.

Cabe ressaltar que a primeira LDB do país, era publicada em um contexto em que ainda prevalecia o legado de Vargas, que muito bem serviu a JK, constituía uma ideologia de promessas, de fé no desenvolvimento e no progresso. Juscelino associava uma imagem otimista ao desenvolvimento e de tolerância política. JK herdou uma máquina estatal bem azeitada, podendo engendrar o futuro plano de governo que lhe garantiria destaque nacional e internacional:

A par de tudo isso, soube dar legitimidade política às suas ações prestigiando as instituições representativas e domesticando os descontentamentos militares. Maximizou os recursos que o país tinha e criou fatos novos (como a construção de Brasília), sempre orientado pela visão estadocêntrica de desenvolvimento, tão predominante na época. Mas, como seu antecessor, também descuidou de uma pauta social que elevasse o Brasil a um patamar de desenvolvimento humano compatível com o dinamismo e a efetividade de sua máquina estatal (CPDOC-FGV, 2012a, p. 1).

O governo de Juscelino reverbera na memória política dos brasileiros como uma época de pioneirismo, grandes realizações e bonança: “um grande arranco desenvolvimentista, consolidado através de políticas que estimularam a industrialização e resultaram em altas

taxas de crescimento” (FERREIRA, 2012a, p. 1). No dia 21 de abril de 1960, Brasília, a nova capital federal, era inaugurada – um projeto inovador reconhecido internacionalmente, engendrado por arquitetos brasileiros e erguido por trabalhadores que vieram dos mais distantes rincões do país. Porém, governo JK enfrentou contrariedades e problemas até então congênicos: “a inflação, o endividamento externo, os embates com o FMI e a ameaça de desaceleração do crescimento” (FERREIRA, 2012a, p. 1). A omissão em lidar com tais questões resultou no salto para uma crise econômico-financeira sem precedentes que se desenvolveria na década seguinte

Em termos de educação, JK fundou a Universidade de Brasília, que se iniciaria com institutos centrais, a desdobrar-se em departamentos e faculdades futuramente:

As primeiras aulas foram ministradas em um dos prédios da Esplanada dos Ministérios. O corpo discente inicial era composto de 413 estudantes que desenvolveriam estudos de graduação e de pós-graduação. O *campus* da UnB só foi inaugurado na data do segundo aniversário da cidade, em 21 de abril de 1962 (BOMENY, 2012b, p. 1).

O modelo proposto fundava-se na autonomia universitária e na estreita associação entre ensino e pesquisa. Após o golpe militar, houve a invasão e ocupação pela polícia do *campus* em outubro de 1965, com o expurgo de quase todos os professores aliado à repressão estudantil (BOMENY, 2012b).

Importante incluir nesta perspectiva histórica um instrumento usado como estandarte pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1958 – as chamadas “reformas de base”. O PTB propõe um conjunto de medidas a fim de promover alterações estruturais na economia, sociedade e política para alicerçar a transposição do subdesenvolvimento e reduzir as desigualdades sociais: “Foi apenas com a chegada do presidente João Goulart à presidência da República, em setembro de 1961, que as chamadas ‘reformas de base’ transformaram-se em bandeiras do novo governo e ganharam maior consistência” (FERREIRA, 2012a, p. 1).

Quando aos aspectos sociais, será no início da década de 1960 que a sociedade brasileira começa a se tornar mais complexa, resultado do desenvolvimento industrial e da mudança das relações de trabalho no campo, modificando-se o contexto para uma vida mais urbana. Todavia, cabe lembrar, nesse período, a predominância de alto nível de desigualdades sociais, que iriam alicerçar os movimentos de luta por reformas de base. Sob o abrangente título de “reformas de base”, o projeto político aglutinava uma série de iniciativas, como a reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Pregava-se o direito de voto a analfabetos e ao baixo escalão das Forças Armadas, desde marinheiros a sargentos,

além de intervenção mais ampla do Estado na economia e maior controle das remessas de lucros para o exterior (FERREIRA, 2012b).

As mudanças propostas iriam iniciar-se pela reforma agrária, a fim de debelar os combates no campo e permitir que as hordas de trabalhadores tivessem acesso às terras, o que contrariava os desejos da bancada ruralista. Embora representassem as esperanças da classe média, trabalhadores e empresários nacionalistas, angariando apoio de boa parte do povo brasileiro que clamava pela implantação das propostas, desagradava às alas conservadoras.

Em 1962, o poder de João Goulart, já como presidente, era limitado em razão do regime parlamentarista, que dava maior autonomia ao Primeiro-Ministro: “O regime presidencialista só foi restabelecido em 1963 por via de um plebiscito no qual a população escolheu a volta desse sistema. João Goulart teve seus poderes restabelecidos e aproveitou para promover medidas que antes eram barradas” (GASPARETTO JUNIOR, 2012, p. 1).

Em março de 1963 aprova-se o Estatuto do Trabalhador Rural, que dava aos trabalhadores do campo isonomia de direitos em relação aos trabalhadores urbanos, com os sindicatos fortalecidos. Latifundiários e empresários do setor prontamente reagiram sentindo-se lesados com tais medidas.

Torna-se importante assinalar que foi no governo de João Goulart (1961-1964) que há a tentativa de compatibilizar a manutenção do “modelo político nacional-desenvolvimentista e mudar a orientação econômica por meio de reformas de base, buscando diminuir as diferenças entre as classes sociais – o que irá dar origem a uma nova crise econômica e social, que levou ao golpe militar de 1964” (RIBEIRO, 2003, p. 1).

Em relação ao golpe de 1964, segundo Toledo (2006), o que propiciou o nascimento do regime autoritário no Brasil foram fatores conjunturais, como crise econômica, mobilização política das massas populares, crescimento do movimento operário e rural, crise do sistema partidário e inédita luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil. Além disso, João Goulart assumiu o poder sob ameaça de golpe, sem arregimentar alianças entre as classes dominantes, enquanto sofria crescente pressão popular pelas reformas de base. Vendo-se acuado açodadamente decidiu implantar as reformas reivindicadas pela classe trabalhadora.

Segundo Delgado (2010), João Goulart confrontava os setores conservadores nacionais, apoiados por investidores internacionais, com a facção mais reformista do PTB, que pressionava com as reivindicações dos sindicatos e do campo, além de enfrentar movimentos populares, que exerciam grande pressão:

A destituição do presidente da República, bem como o afastamento compulsivo de seus aliados da vida pública nacional, segundo seu entendimento, objetivou evitar potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil. O caráter transformador das reformas estruturais, reivindicadas pelo movimento social, não foi assimilado nem pelos setores tradicionais da sociedade brasileira, vinculados à propriedade latifundiária, nem pelos modernos representantes de um modelo capitalista industrializado e internacionalizado (TOLEDO, 2004 apud DELGADO, 2010, p. 134).

As medidas de controle sobre a educação especialmente sobre as universidades foram publicadas ainda em 1964. O então ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda apresentou a Lei nº 4.464/64, que ficou conhecida como “Lei Suplicy” e foi promulgada no final de 1964 extinguindo a União Nacional dos Estudantes (UNE) juntamente com outras medidas repressivas: “Na prática, acentuava-se o poder de repressão e de controle político-ideológico dos setores universitários dirigentes sobre o corpo discente, especialmente ao proibir greves estudantis e ‘qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário’” (MANSAN, 2009, p. 158). Criaram-se diretórios acadêmicos centrais e estaduais de estudantes e o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), que ficava em Brasília. O Art. 1º da Lei nº 4.464/64 trazia expressões como: “Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade: *a) defender os interesses dos estudantes; (...) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral (...) e a harmonia (...) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas*” (DNE, 1964). Verificam-se, assim, nos grifos do texto pinçado da Lei Suplicy elementos indicativos de um dos principais objetivos do decreto: “(...) a tentativa de transformar as entidades de representação estudantil em espaços de apoio ao regime ditatorial, locais de preservação do ‘patrimônio moral’ das instituições de ensino superior, de estabelecimento de ‘harmonia’ no interior da universidade, de aprimoramento das ‘instituições democráticas’” (MANSAN, 2009, p. 159). O período do regime militar foi conturbado pela falta de democracia e excessivo autoritarismo, com os militares dominando a máquina estatal e a educação por meio de severo controle e busca constante em mostrar um Brasil em desenvolvimento.

As decisões de governo impunham a internacionalização da economia, deixando de fora vetores que apoiavam o regime autoritário segundo Roberto:

Desta forma, as políticas salarial, agrícola, fiscal e, sobretudo, a política educacional criaram descontentamento nas classes populares e setores médios. Até mesmo com insatisfação das elites e classes médias altas que haviam apoiado o golpe. Pois, o sistema de mando dos militares, passou colocar à margem todos os outros interesses da sociedade civil (FARIA, 2012, p. 46).

Para atender aos interesses de internacionalização da economia e continuar no percurso desenvolvimentista, tornou-se necessário produzir mão-de-obra qualificada, mas que fosse constituída de uma *massa de manobra* que servisse aos interesses do capital.

O mundo dividia-se entre países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, e o Brasil, apesar do vasto território, figurava entre as nações da América Latina exploradas pelo capitalismo e pela política externa do mundo desenvolvido.

A sociedade brasileira cumpria os desígnios externos e internos a ela impostos, conforme descreve Lia:

Para nos manter colonizadas e oprimidas, o Estado aliado a Igreja idealizaram um “modelo moral de seriedade e disciplina”. O que traria como consequência uma relação não prazerosa com o trabalho, uma escola militarizada e a idéia dos cursos profissionalizantes para os pobres. É preciso adestrar, disciplinar, manter ocupados jovens, pobres e mulheres. Todos esses mecanismos de controle e exploração garantem a sobrevivência da sociedade brasileira patriarcal: pai taciturno, mulher submissa, filhos amedrontados (FARIA, 1989, p. 22).

Segundo Mézsaros, esse sistema tinha a seguinte proposição:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a produção do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (MÉZSAROS, 2005, p. 15).

Voltando ao Universos de Arraial do Cabo, em seu micro campo de ação dos projetos governamentais, na Álcalis, a LDB era cumprida a medida que a Escola 20 de Julho oferecia ensino primário aos filhos dos funcionários e alfabetização de adultos em instalações mantidas dentro da Vila Operária, o que não impedia de eventualmente os trabalhadores de participarem de cursos de qualificação em empresas fornecedoras ou escolas contratadas.

Desse modo, é preciso analisar que a implantação da indústria em Arraial do Cabo trouxe um modelo já em prática no Brasil, em que as indústrias estabeleciam o parque fabril construindo uma vila residencial, cooperativas para oferecer alimentos, medicamentos e outros serviços para os operários. Assim, mantinham-se os empregados

próximos à linha de produção, fazendo com que suas vidas girassem em torno da influência da produção e do capital.

Na Vila Residencial da Álcalis, havia equipamentos comunitários inclusive para lazer das crianças, como o parque para recreação infantil, inaugurados sempre com muita pompa, como se vê na Figura 4.



Figura 4 – Inauguração do Parquinho de Recreação Infantil na Vila Industrial da Álcalis (1963)
Fonte: Acervo da Álcalis

Com esse modelo estabelecido, a CNA, matinha a Vila Indústrial da Álcalis próxima à empresa, propiciando moradia a baixo custo e com conforto, além de oferecer uma série de serviços às famílias, difíceis de encontrar mesmo em Arraial do Cabo.

Entretanto, não se pode negar que existiam traços de dominação em relação aos trabalhadores que viviam em uma vila operária. A dominação não se fazia por meio do controle repressivo, violento, direto. Mas de um processo informal que impunha a aceitação de uma série de regras e comportamentos, por meio dos espaços de que mais

frequentemente os operários participavam, englobando a escola, a cooperativa, esportes como o futebol, o clube e as mais diversas formas de recreação. A empresa praticamente financiava todas essas atividades e, como consequência, tinha ascendência sobre elas, podendo agenciar as estratégias empregadas para exercer o controle. Um exemplo eram os torneios esportivos patrocinados pela empresa, como mostra a Figura 5.



Figura 5 – Discurso de dirigente da CNA em Torneio de Futebol de Salão – Quadra do Hotel da CNA, Praia dos Anjos (1963)
Fonte: Acervo Álcalis

Tais estratégias geravam um espírito de reciprocidade, em que a submissão, a obediência e o respeito eram trocados pela estabilidade no emprego e moradia fixa na Vila. Como demonstra Moraes (2007, p. 8): “Um princípio moralizador perpassava esses projetos com o intuito de controlar os instintos e introduzir novos costumes e padrões morais da ética, do trabalho, da disciplina, do respeito à propriedade e aos patrões”.

Com efeito, pode-se afirmar que a criação da CNA em Arraial do Cabo trouxe um sistema fabril muito utilizado no início do século XX e perpetuado pela política habitacional dos dois governos Vargas. Como em várias outras empresas estatais criadas no período, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), além do parque fabril, os dirigentes buscavam completar as necessidades dos trabalhadores e famílias, conforme a Figura 6, abaixo.



Figura 6 – Time de futebol de salão da CNA – Hotel da CNA, Praia do Anjos (1963)
 Fonte: Acervo Álcalis

Tal cenário na CNA não poderia ser diferente, ou seja, atrás dessa estrutura organizada, dentro da Vila Industrial, havia um projeto de dominação eficaz que fazia com que os moradores se sentissem devedores da empresa. Tornavam-se uma só “família”, mas cada um sabendo qual era seu lugar, pois a hierarquização ali dentro era clara nesse sentido. Lopes (1967, p. 67) assinala que “os operários passam paradoxalmente à posição de herdeiros simbólicos e culturais de um patrimônio da fábrica”. Nessa análise, é clara a ideologia de uma “família alcalina”, que os dirigentes das empresas incutiam nas classes operárias, da qual emanava um sentimento verdadeiro de muitos operários de reconhecimento de uma unidade familiar.

Apesar de o Decreto de criação da CNA ter sido assinado em 1943, a produção industrial iniciou-se apenas em 3 de janeiro de 1958. Com os atrasos na construção do parque fabril, somente a partir do início da década de 1960 é que a Companhia viria a atingir as maiores produções, tornando-se a primeira na fabricação de barrilha no Brasil.

Os aspectos que envolveram o surgimento da CNA e o processo de industrialização no Brasil marcaram profundamente a pequena aldeia de pescadores de

Arraial do Cabo, escolhida pelas peculiaridades geográficas para abrigar a grande empresa estatal. Por outro lado, a emancipação político-administrativa do município de Arraial do Cabo, em 1985, se dá, também, em função da presença da CNA, como se verá a seguir.

2.1 ARRAIAL DO CABO E A ÁLCALIS – O CONTEXTO HISTÓRICO ESTUDADO

O município de Arraial do Cabo é um local peculiar, sendo um dos primeiros pontos de desembarque na América Lusitana, vindo a se caracterizar com um dos pioneiros aldeamentos de portugueses e índios naquele período de terras ainda pouco delimitadas. Todavia, a condição de um dos primeiros portos de ocupação na América portuguesa não progrediu nos séculos seguintes e Arraial do Cabo chega a meados do século XX como uma pequena aldeia de pescadores, cujo acesso se dava pelo mar ou a pé pelas areias e dunas da praia até Cabo Frio. Essa realidade pode ser observada na narrativa descrita no Editorial do *AJ* sob o título *A Presença da Alcalis*, na edição de julho de 1968:

(...) fossemos transportados a Cabo Frio, no ano da graça de 1943. Encontraríamos, então, uma Comissão de Estudos da Indústria de Soda, organizada pelo Instituto Nacional do Sal, procedendo às primeiras investigações topográficas na região Perynas – Arraial do Cabo. Alguns elementos dessa Comissão, partindo de Niterói (...). E reuniram-se, afinal, já tarde da noite em Cabo Frio onde à luz de lâmpadas de 32V, alimentadas por motor gasogênio, acertavam os planos de atividades para o dia seguinte. Pela manhã, puseram-se a caminho, rumo ao Arraial, uns a pé, caminhando pela praia, outros em lombo de animais, por incipientes veredas. E desse modo, após percurso de 14 Km, atingiram o Arraial. Como o calor era forte e a caminhada áspera, trataram de mitigar a sede e refrescaram-se com uma água bruta, de cor escura, oriunda de poços abertos na Praia Grande. As casas não dispunham de sanitários. Não existia na localidade um bar, uma farmácia, um médico (ORLANDINI, 1973, p. 125).

No governo de Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, com o objetivo de impulsionar a industrialização do Brasil, ocorre a criação da CNA, destinada à produção de barrilha e soda cáustica, como base de matéria-prima para a indústria química e farmacêutica nacional.

A CNA fez parte de uma ação desenvolvimentista denominada Projeto Cabo Frio, que segundo Pereira (2010a, p. 46) foi desenvolvida pelo Laboratório de Produção Mineral, órgão do Ministério da Agricultura; “Este projeto foi apresentado no 2º

Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, patrocinado pela Coordenação de Mobilização Econômica do Ministério da Fazenda”. A partir dos estudos iniciais foi criada a CNA, pelo Decreto-Lei nº 5.684, de 20 de julho de 1943, o que levou o governo Vargas a investir no desenvolvimento de um projeto para a instalação da fábrica, refletindo o momento de transição da economia agrária para a industrial.



Figura 7 – Panorâmica da produção de calcário da CNA na Laguna de Araruama
Fonte: Acervo particular

Na produção de calcário retirado da Laguna de Araruama pela CNA, havia uma grande e sólida infraestrutura com instalações e equipamentos modernos, com muitos maquinários importados devidamente divulgados nas páginas do *AJ*, pretendendo demonstrar os ares de modernidade e o êxito do trabalho empreendido pelos operários que atuavam naquelas instalações, como mostra a Figura 7, acima.

A escolha de Arraial do Cabo se deveu a aspectos estratégicos como a curta distância da Laguna de Araruama, de onde se retirava a matéria-prima para industrialização, e o escoamento da produção pelo Porto do Forno, situado na Enseada dos Anjos em Arraial do Cabo. A produção de soda cáustica e barrilha atendeu, naquele

momento, à crescente necessidade da indústria, sendo uma tentativa de escapar da dependência internacional que a indústria brasileira tinha desses insumos. Anteriormente, todo o sistema econômico dos habitantes de Arraial do Cabo, então distrito de Cabo Frio, baseava-se na atividade pesqueira. Enquanto os homens pescavam, as mulheres salgavam os peixes, cuidavam das tarefas domésticas e faziam rendas de bilro, um cenário distante do que as mudanças industriais iriam ocasionar na rotina daquela gente.

A determinação para a criação de uma indústria de base como fator de desenvolvimento econômico e social do país era um processo fundamental para a industrialização, colocado em prática pela política de Vargas, dentro do cenário mundial de estabelecimento e expansão do capitalismo, que segundo Falcon e Moura corresponde “à terceira etapa [do processo de industrialização mundial], marcada por conflitos mundiais do século XX, revelando ou acentuando contradições e o declínio da sociedade e do Estado liberal” (FALCON; MOURA, 1981, p. 15).

A viabilidade de um modelo industrial, no período Vargas, voltado para a fabricação de produtos químicos como soda cáustica e barrilha e a implantação da unidade industrial da CNA, idealizada pelo Estado, tentava dotar a economia nacional de indústrias de base, num país sem tradição na produção química.

Pereira assim descreve os objetivos do projeto:

O “Projeto Cabo Frio”, que fora apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria em 1942, dava suporte técnico para a criação de uma indústria que produzisse soda e barrilha, produtos de álcalis sódicos, empregados em diversos componentes de produção como papel, tecidos, alvejantes, óleos vegetais e borracha (PEREIRA, 2009, p. 46).

O Projeto Cabo Frio trazia registros de dados que demonstravam a dependência econômica brasileira por aqueles produtos, assim como sinalizava que países como China e Índia já se precavam para enfrentar esse problema, investindo na indústria nacional, enquanto alguns países na América Latina buscavam alternativas internas.

O quadro de desenvolvimento mundial apontava para a necessidade imediata de investir nessa produção, devido à crise de abastecimento de carbonato de sódio (barrilha), ocorrida desde a Primeira Guerra Mundial e agravada após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, havia também demanda para atender empresas como Klabin, Matarazzo e Johnson & Johnson.

No cenário mundial, desde o século XIX, havia o monopólio, sob a forma de cartel, de países como Inglaterra, Alemanha, França e Rússia. Após a Primeira Guerra Mundial, o cenário mudou, passando o grupo Belga Solvay a deter o monopólio da fabricação, oferecendo preços absolutamente sem concorrência. Nesse sentido, o relatório do Projeto Cabo Frio indicava que a única forma de garantir uma grande indústria de soda no Brasil seria pela via da constituição de uma sociedade de economia mista.

Por outro lado ações dessa natureza fizeram o país entrar definitivamente na era da industrialização, ocorrida durante os dois governos de Vargas, com a economia encaminhando-se para o setor de bens de produção, dando suporte ao surgimento das estatais como Petrobras, Vale do Rio Doce, CSN e CNA, que no decorrer das cinco décadas seguintes, percorreram trajetórias seguindo as influências do processo da política econômica do Brasil e do mundo.

O Estado Novo, instalado com o golpe de 1937, alicerçava-se na repressão e na propaganda ideológica e contava com o apoio da classe trabalhadora, propondo a democracia e a valorização do trabalho sempre amparado na liderança pessoal de Getúlio Vargas: “A pregação Estadonovista fundará, como sua ideologia, o trabalhismo e criará um movimento de opinião pública favorável, até mítico, à figura de Getúlio Vargas: o getulismo” (GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 3). Em 1945, o processo de redemocratização do país ocorre com um golpe militar contra o Estado Novo.

Entre as características do getulismo está a relação direta com as massas; onipresença do Estado nacional; desenvolvimentismo e amparo social sob forma paternalista; dimensão econômica de profundo investimento com a participação do Estado; força e autoridade como mantenedores do poder e da imagem pessoal do governante (REBOUÇAS, 2012, p. 1). O getulismo perduraria até 1954, quando há grande pressão para livrar o país da influência pessoal do ditador, com o desfecho trágico do suicídio de Vargas.

Nesse painel, deve-se levar em consideração que foi no período pós-Vargas, começando nos “50 anos em 5” de JK e alcançando João Goulart, que o país saiu de uma economia agrária para uma economia baseada na instauração das indústrias de bens de capital, com ampliação do mercado interno e expansão da procura por máquinas, além do aumento do valor dos impostos de importação, tendo em vista a depreciação cambial.

Será entre os anos de 1956 e 1961 que se verifica radical transformação na economia, que, segundo Gentil Corazza⁹ (1981, p. 207), “passa a ser capitalista monopolista”. Quando o Brasil entra em um processo de aceleração da industrialização, a partir do governo Juscelino Kubistchek, constata-se intensa internacionalização da economia, como pode-se observar na descrição abaixo:

Governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no centro de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização, mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concentrando-lhes inclusive grandes facilidades (...). A expressão nacional-desenvolvimento, em vez de nacionalismo, sintetiza, pois uma política econômica que tratava de combinar o estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964 (FAUSTO, 2006, p. 236).

Por essa perspectiva, nota-se que, anteriormente ao período do Golpe de 1964, a sociedade brasileira já vivia sob o desejo de um aprofundamento da ideologia nacionalista e de atender aos anseios do capital para uma sociedade burguesa:

Enquanto o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEP), de um lado, elaborava a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista e a ESG, do outro, formulava a doutrina da interdependência, o processo de industrialização seguia seu curso impulsionado pelo Governo Kubitschek que conseguia assegurar relativa calma política dando curso as franquias democráticas, graças a um equilíbrio que repousava na contradição ao mesmo tempo em que estimulava a ideologia política nacionalista, dava sequência ao projeto de industrialização do país, por meio de uma progressiva desnacionalização da economia (SAVIANI, 2007, p. 361).

No entanto, em seguida ao Governo Goulart, na estratégia do regime militar é que se encontra o modelo do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que terá como meta atrair o capital estrangeiro, tendo em vista que o golpe militar buscou reajustar a política do país aos novos interesses do capitalismo internacional. Assim, a política de estabilização econômica do então ministro Roberto Campos¹⁰ se traduz em corte de gastos públicos, aumento de impostos, concentração de créditos às empresas, arrocho salarial, e reorganização financeira. No período do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 do século XX, que Boris Fausto mais especificamente localiza como “de 1968 a 1973”,

⁹ Gentil Corazza é doutor em economia pela UNICAMP. Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas.

¹⁰ Em 1964, apoiou o Golpe Militar no Brasil e tornou-se ministro do Planejamento no governo Castelo Branco. Participou do grupo que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) entre outras ações na economia daquele período.

inaugura-se pelas mãos do ministro Delfim Netto o que foi denominado de “o milagre econômico brasileiro”.¹¹

O ciclo do milagre econômico ocorre no governo dos presidentes militares Costa e Silva e depois Médici. O milagre econômico, na opinião dos economistas Veloso, Villela e Giambiagi (2008), se dá por uma conjuntura internacional favorável, ou seja, investidores com dólares à procura de aplicação. Dessa forma, no Brasil, o combate à inflação cede lugar ao crescimento econômico, gerenciado pelas empresas multinacionais. Assim, as bases do milagre podem ser entendidas como o endividamento externo para obter tecnologia estrangeira e buscar concentração de renda no país, a fim de criar mercado consumidor para esses produtos.

As mudanças no capitalismo por conta da crise do petróleo e a formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) levaram à estagnação desenvolvimentista no país, assim como o fim do crédito e o mau uso do dinheiro público, com realização de obras faraônicas e favorecimentos ilícitos, caindo por terra o estigmatizado milagre econômico, que teve como principais pontos fracos a dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, a grande intervenção do capital estrangeiro, a necessidade de contar com produtos importados, principalmente o petróleo, a falta de distribuição de renda e de programas sociais, entre outros.

A partir dos anos de 1974 até 1980, ocorreu o período da inflexão do crescimento econômico ou desaceleração, quando as taxas de crescimento declinaram a menos da metade. O país é assolado por grandes pacotes econômicos, a fim de tentar debelar a inflação.

¹¹O período 1968/1973 ficou conhecido como o do “milagre” econômico brasileiro em função das extraordinárias taxas de crescimento do PIB verificadas (11,1% a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões do país, além de superávits no balanço de pagamentos. As interpretações sobre os determinantes do “milagre” podem ser agrupadas em três grandes grupos. A primeira interpretação enfatiza a importância da política econômica do período 1968/73, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda linha de interpretação atribui grande parte do “milagre” ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira explicação credita grande parte do “milagre” às reformas institucionais do Paeg (1964/66), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento. VELOSO, Fernando. Opinião – lições do “milagre” econômico brasileiro de 1968 a 1973. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2135>. Acesso em 20 ago. 2012.

Tal período é destacado neste estudo, pois será no ano de 1974 que a Escola 20 de Julho deixa de ser mantida pela Álcalis e passa, por meio de assinatura de convênio, a ser administrada pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

Na década de 1970, ao encerrar as atividades da Escola sob a manutenção da Álcalis, Arraial do Cabo já era um pequeno centro urbano, com infraestrutura urbana e comercial, com lojas para fornecimento de diversos produtos, com vida social e cultural, pois havia clubes e cinema e contribuía de forma determinante para o recolhimento de impostos municipais e geração de empregos, destacando-se dos demais distritos que compunham o território de Cabo Frio. Este desenvolvimento acontecia em função da produção industrial da CNA.

2.2 A ESCOLA 20 DE JULHO: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

Em 1954, a Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro cria a Inspeção das Escolas Praianas, para dar atendimento a escolas do entorno de colônias de pescadores na baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro, que buscava ainda oferecer orientação pedagógica, marinheira, salineira e pesqueira. Quaresma (2010), com base em análise documental, arquivos etnográficos e pessoais procura entender as construções culturais e a experiência educacional de alunos e professores das escolas praianas. A proposta das Escolas Praianas, entre as quais estava uma Escola Isolada de Arraial do Cabo, era segundo Quaresma dar:

atendimento diversificado às comunidades pesqueiras, marítimas, comunidades que tivessem atividades econômicas e culturais ligadas diretamente ao mar e as lagoas, objetivando a participação dessas regiões no projeto de desenvolvimento e modernidade nacional (QUARESMA, 2010, p. 127).

Porém, depois de onze anos de iniciadas as Escolas Praianas como instituições diferenciadas, cuja orientação educacional respeitava as diferenças culturais e valorizava a tradição, as comunidades assistidas no litoral do Estado, continua Quaresma:

são relegadas ao plano de iniciação vocacional, mas, apenas se tiverem condições para tal, segundo a Lei nº 5562 de 20 de julho de 1965, recebendo orientação da secretaria de Agricultura, deixando de ser uma questão educacional para ser técnica, de acordo com a nova orientação política educacional (QUARESMA, 2010, p. 127).

Depois do golpe militar de 64, a orientação para uma formação educacional diferenciada tanto para alunos como para professores era desautorizada:

Não haveria mais distinção entre escolas primárias. Todas seriam iguais e ficariam subordinadas a sua inspetoria de ensino primário, que por sua vez estaria ligada a Região Escolar do município onde a escola estivesse localizada, independente de ser zona rural ou praiana. Um fato exemplar da nova proposta de educação para o estado, em conformidade com a proposta de educação para o país (QUARESMA, 2010, p. 126).

A CNA atendeu à nova orientação do período ditatorial, aplicando-a na Escola 20 de Julho e nos cursos de qualificação profissional, com perspectiva tecnicista de formação de operários e seus filhos, que poderiam trabalhar na Álcalis depois de formados, um local autossuficiente e provedor das necessidades para as famílias, assim buscando mantê-los distantes e “protegidos” das lutas pela liberdade de expressão e escolhas.

A Escola 20 de Julho, inaugurada em 20 de julho de 1964, no recém-perpetrado golpe militar, tinha como finalidade funcionar dentro da área residencial de uma indústria nacional estatal, que surge no momento que o país passava de uma situação de produção agrária para industrial. Os primeiros vestígios de educação na CNA podem ser encontrados com a fundação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (Efap), para formar mão-de-obra qualificada para a fábrica que ali se construía, tendo em vista que pela literatura observada, principalmente nas pesquisas de Pereira (2009) e no próprio livro de Accioly Lopes, *Candango do Arraial* (1963), verifica-se que no período de criação e construção da fábrica houve grande migração de pessoas do Nordeste e do norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro para trabalhar na construção da CNA. Fato que pode sugerir que esses operários de origem humilde tinham baixo índice de escolaridade, cuja qualificação profissional estava defasada. Portanto, ainda em 1959, no final de construção da fábrica e início da produção, foi fundada a Efap e, em 1961, a Escola 13 de Maio, em Arraial do Cabo, para ministrar instrução primária, diurna e noturna, aos empregados da Álcalis e seus filhos, como apresenta a Figura 8, a seguir.



Figura 8 – Escola 13 de Maio (1963)

Fonte: Acervo da Álcalis

Desse modo, a implantação do ensino primário na CNA ocorreu ainda por meio da Escola 13 de Maio, em 1961, em um espaço chamado ST. Segundo depoimento oral de Sotero Teixeira de Souza¹², funcionário da Companhia desde a época de fundação:

A escola estava localizada em um espaço chamado ST, este local era onde hoje fica, mais ou menos, o Estádio de Futebol Barcelão, no Centro de Arraial do Cabo. A Álcalis iniciou ali um espaço para dar apoio na construção da fábrica, ali havia uma estrutura de almoxarifado, parte administrativa, posto médico e a escola. Só depois que as casas da Vila ficaram prontas é que a escola foi para lá (SOUZA, 2011).

Como descreve Nunes (1968), no ano de 1964, inauguram-se as novas instalações do educandário, que passa a se denominar Escola 20 de Julho. No decorrer da pesquisa, por depoimentos e imagens fotográficas, percebe-se que essas instalações foram feitas em um prédio de madeira que ganhou o apelido de “Barracão”. Mas curiosamente, apesar da denominação, talvez depreciativa, era, segundo relatos de memória de diretoras e professoras que atuaram na escola naquele período, um prédio acolhedor, com espaços

¹² Depoimento oral à autora obtido em 13 de novembro de 2011.

adequados às salas de aula, palco para teatro, refeitório e pátio. A Escola 20 de Julho permaneceu nesse local até 1982, como registrado na Figura 9.

A inauguração das instalações da Escola 20 de Julho, em 1964, marca também um momento de investimentos por parte da CNA no processo educacional que desenvolvia. O que resultou, em 5 de março de 1966, na criação da Fundação Educacional Vinte de Julho (Fevij), órgão criado para agregar a escola primária, a Escola de Aprendizagem e cursos diversos de capacitação, objetivando assim desenvolver a formação acadêmica e técnica de empregados e dependentes.



Figura 9 – Fachada da Escola 20 de Julho, prédio de madeira localizado na Vila Industrial e inaugurado em 20 de julho de 1964

Fonte: Acervo do Colégio Estadual 20 de Julho

Em 1º de março de 1982, a Escola, que estava desde 1974 sob administração do Estado, passou para o prédio de alvenaria, onde está ainda hoje, sob administração da

Secretaria de Estado de Educação, conforme dados constantes nos documentos arquivados no atual Colégio Estadual 20 de Julho.

Nos arquivos preservados da Escola, hoje denominada oficialmente de Colégio Estadual 20 de Julho, apresentada na Figura 10 abaixo, encontram-se documentos valiosos, com registros sócio históricos sobre a época de interesse desta pesquisa.



Figura 10 – Fachada do atual Colégio Estadual 20 de Julho
Fonte: Acervo da autora

Na época da mudança para a administração da Secretaria de Estado de Educação, em 1974, a Escola 20 de Julho continuava com os objetivos de oferecer instrução primária a filhos dos funcionários e visava ministrar educação básica para a futura formação de mão-de-obra. Assim é possível verificar no Termo de Convênio (Anexo C) assinado em 06 de fevereiro de 1974 entre a Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio de Janeiro e a CNA, na ocasião da cessão pela CNA da Escola 20 de Julho:

CLÁUSULA TERCEIRA – O Estado se compromete a criar com a denominação de “Escola Vinte de Julho”, um estabelecimento de ensino de 1º Grau e mantê-lo em funcionamento no prédio ora cedido, dentro de critérios que forem de interesse adotar, dando preferência aos filhos dos empregados da Álcalis (DOE-RJ, 1974, p. 10).

Voltando ao período de criação da Escola 20 de Julho, também fazia parte da política educacional da CNA, como já descrito neste estudo, manter os funcionários vivendo em torno da sede, mesmo nas horas de folga, pois possuía uma vila com residências para os operários, atendimento médico ambulatorial, mercado para abastecimento de gêneros alimentícios, tornando-se a escola primária um complemento essencial dessa infraestrutura.

Diante desse contexto, algumas questões devem ser observadas. A primeira é a localização geográfica da fábrica, instalada em um lugar adequado para o seu funcionamento, embora distante cerca de 170 quilômetros das principais metrópoles, Niterói e Rio de Janeiro, mas que atendia à necessidade de calcário, fonte encontrada na laguna de Araruama, e que contava com as águas frias da corrente vinda do sul, que serviam para resfriar as suas caldeiras.

A segunda questão, mais complexa, foi marcada pela necessidade de uma política educacional mais democrática e abrangente no Brasil. A orientação da educação era voltada para atender à demanda tecnológica e econômica de que o país necessitava para sair da situação agrária e buscar o desenvolvimento. Não se pode deixar de considerar que a criação da CNA teve objetivo político e social, como se pode analisar no trecho abaixo:

(...) tudo indicava que a Alcalis tinha um papel não apenas econômico, mas também geopolítico. Definida como uma empresa estratégica, tanto pela produção de insumos básicos quanto pelo selo de empresa ligada à ideologia de segurança nacional, pode-se constatar em *todas* as suas diretorias a participação de militares, particularmente na presidência. Em outras palavras, a CNA representava a manutenção de um discurso ideológico nacionalista que, por seu turno, sustentava a via do desenvolvimento pela industrialização: o nacional-desenvolvimentismo. Além de dar continuidade à obra, requeitada pelo seu Plano de Metas, o presidente Juscelino Kubitschek fez de Arraial do Cabo um dos símbolos da modernidade nacional. De um simples povoado de pescadores, a cidade se transformara num dos pilares da industrialização do país. A modernidade alcançava não apenas o distrito de Arraial do Cabo, mas também a sede do município, a cidade de Cabo Frio, e isso se dava em duas frentes: a fábrica e seus trabalhadores. Com efeito, a mudança do cenário da pacata vila de pescadores, não foi só econômica, mas, notadamente, política e social (PEREIRA, 2010a, p. 4).

Quanto à legislação educacional vigente no Brasil, embora a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação tenha sido aprovada em 1961 após mais de uma década de discussões que nasceram no manifesto de 1932 e 1959 em que foram signatários Anísio Teixeira e tantos outros educadores e intelectuais, como visto anteriormente, não havia, no

país, um plano nacional de educação, com novos ideais e visão de superação do subdesenvolvimento por meio da educação e da mão-de-obra qualificada. Isso estava longe de ser uma realidade, o que pode ser constatado, entre outras, na dificuldade de implantação do processo desenvolvimentista que o Brasil almejava. Nesse contexto, a Álcis decide tomar para si a incumbência de oferecer aos operários da indústria e seus filhos condições de educação e qualificação profissional, o que resolveria o problema imediato de mão-de-obra daquela empresa.

No Relatório Anual de 1957 da CNA, há registros das ações realizadas pela Companhia, que estava em fase de obras, em que se observam as dificuldades de avanço na realização das instalações operacionais por falta de mão-de-obra qualificada:

Êsse importante setor de Residência de Construção e Montagem da Superintendência Técnica executou trabalhos de vulto em 1957, inclusive concluindo a montagem do Grupo de Cal. A questão de recrutamento de pessoal especializado afetou, também, o ritmo dos trabalhos a cargo desse órgão. A C. N. A., impossibilitada de satisfazer às exigências do setor com operários obtidos no Distrito Federal, passou a procurar elementos qualificados em São Paulo, mas, ainda assim, não conseguiu selecionar quantidade suficiente de especialistas (CNA, 1957).

As ações educacionais empreendidas pela CNA tornavam-se, a cada dia, mais avançadas e organizadas. Assim foi criada, em poucos anos, uma estrutura complexa para o suporte de formação educacional: em 1959 foi fundada a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (Efap); em 1962 a Companhia passa a manter uma escola primária; inaugura em 1964 a Escola 20 de Julho; e, ainda em 1966, reúne todas as ações de educação e capacitação para o trabalho, por meio da criação da Fundação Educacional 20 de Julho (Fevij).

A Fevij objetivava educar para o trabalho tanto os funcionários da CNA por meio de cursos de aperfeiçoamento específicos para a lida da produção, algumas vezes em parceria com o Serviço Nacional da Indústria (Senai)¹³, como também propiciar a

¹³ Em funcionamento desde a década de 1940, “O chamado Sistema ‘S’ é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores. As organizações do Sistema ‘S’ subordinadas à Confederação Nacional da Indústria são o SENAI – a quem cabe a educação profissional e a prestação de serviços de assistência técnica e tecnológica às empresas do setor – e o SESI – que promove a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes por meio de ações em educação, saúde e lazer – e o IEL que promove o desenvolvimento da indústria através da capacitação empresarial e do apoio à pesquisa e à inovação tecnológica”. SENAI. Perguntas frequentes. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Disponível em <<http://www.senai.br/br/ParaVoce/faq.aspx>>. Acesso em 15 jul. 2012.

subvenção de uma escola para atender ao ensino básico dos funcionários e filhos que cursavam os anos iniciais de escolaridade que, naquele período, compreendia desde a alfabetização ao 5º ano do curso primário, o que deve ser entendido à luz dos preceitos do que estabelecia a recém-implantada LDB nº 4.692/71.

Tal formato de educação promovida pela empresa foi instituído em razão do que dispunha a Lei nº 4.024/61 (LDB), promulgada no mesmo ano da implantação da Escola 13 de Maio, e em pleno vigor, em 1964, quando a Escola ocupa novas instalações e passa a ser denominada 20 de Julho. Desse modo a criação da escola primária passava a atender ao artigo 31 da LDB, que determinava que indústrias com mais de 100 empregados estavam obrigadas a providenciar escolas para seus filhos.

Havia, porém, outro aspecto na legislação educacional, específico para empresas como a CNA, que cabe aqui destacar, a qual por ser estatal, deveria exigir dos funcionários que matriculassem os filhos em escolas a fim de cumprir o que determinava também o artigo 30 da LDB:

Art. 30. Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar.

Parágrafo único: Constituem casos de isenção, além de outros previstos em lei:

- a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável;
- b) insuficiência de escolas;
- c) matrícula encerrada;
- d) doença ou anomalia grave da criança (BRASIL, 1961).

Apesar de o artigo 30, visto acima, no parágrafo único prever justificativas de isenção para que crianças em idade escolar não frequentassem os bancos escolares, como “insuficiência de escolas” ou “matrícula encerrada”, percebe-se que a CNA, além das atividades econômicas, específicas da produção industrial, também trazia no bojo de seu padrão de funcionamento, o desenvolvimento de uma política social com várias vertentes, das quais se pode destacar, como uma das principais, as atividades de formação educacional e profissional.

Por outro lado, buscando levar instrução “para as novas gerações” (filhos dos empregados), por meio da oferta de ensino primário na Escola 20 de Julho, e, ainda, administrar os processos educacionais, a CNA cria a Fundação Educacional 20 de Julho que, por sua vez, é a mantenedora de uma Escola de Aprendizagem, formando um

conjunto de ações de instrução e ensino que visavam à formação técnica de empregados e dependentes. Tal iniciativa ocorre, tendo em vista que a formação educacional da maioria dos brasileiros era defasada, principalmente, considerando-se a situação educacional no Brasil, entre os anos 1940 até 1960, que não atendia às necessidades básicas e, por conseguinte, específicas para o treinamento constante da produção industrial da empresa, pioneira em barrilha no Brasil.

O investimento educacional de ensino primário, patrocinado pela Alcalis, funcionou por cerca de doze anos, oferecendo instrução educacional primária, ou seja de 1961, com a Escola 13 de Maio, que após inauguração das novas instalações em 1964, passou a ser denominada Escola 20 de Julho, que assim funcionou até 1974, quando a escola passa para a administração do Estado do Rio de Janeiro. Correspondendo a um painel cronológico dos acontecimentos da educação nacional, entre os anos de 1960 a 1974, ao todo, o ensino dedicado à formação básica de crianças, na maioria filhos dos empregados da empresa, transcorreu o período da Lei 4.024/61 até um pouco depois de sua modificação, quando foi sancionada a Reforma do Ensino, através da Lei 5.692 em 1971.

Portanto uma retrospectiva na história da educação se faz necessária à medida que se deseja analisar o desenrolar dos processos educacionais transcorridos na Escola 20 de Julho, sob a administração da CNA.

Assim cabe ressaltar que a Lei nº 4.024/61 foi à primeira legislação que apontou as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil e previa a possibilidade da formação de uma educação experimental, com um currículo que atendesse às especificidades locais. Uma legislação específica para deliberar sobre a educação (LDB) já era prevista desde a Constituição Federal de 1946 e defendida pelo movimento dos educadores nos anos 1950/1960, e acabou acontecendo em 1961. Assim a Lei nº 4.024/61, como aponta Buffa¹⁴: “Ela foi fruto de muitos compromissos e conciliações das diferentes forças que lutavam pela educação no Brasil. Por isso, a Lei, que deveria falar da escolarização como um todo, deixava de fora a pré-escola, por exemplo (CHAGAS, 2008, p. 1).

A partir do Golpe de 1964, que impôs a ditadura militar, a escola pública ficou atrelada a uma administração centralizada e burocratizada, permitindo a ingerência

¹⁴ Em entrevista concedida a Juliana Chagas para a Fiocruz.

estrangeira, com os acordos MEC-Usaid¹⁵, que inclusive “definiam o currículo para defender interesses de investidores estrangeiros em nome da luta contra o comunismo” (HISTEDBR, 2011, p. 1), e o cerceamento de ideias visava o conjunto dos dirigentes, docentes e estudantes brasileiros, com influências de cartilhas redigidas nos EUA a partir dos acordos MEC-Usaid, que vigoraram de 1965 a 1976, abrangendo o recorte temporal desta pesquisa. A “ajuda externa” para a educação buscava implantar as diretrizes políticas e técnicas de reorientação do sistema educacional brasileiro, em função das prerrogativas do capital internacional, que assim concretizavam um alicerce seguro para os investidores:

Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar (HISTEDBR, 2012, p. 1).

Após o Golpe de 1964, os militares foram buscando mecanismos para alterar a LDB, a fim de que o processo educacional brasileiro pudesse estar alinhado as suas propostas de desenvolvimento, começando pelo centro da produção do conhecimento. Assim propõem a Reforma Universitária em 1968, o que segundo Paulino e Pereira (2006, p. 1948-9), “com a Reforma Universitária de 1968, o governo militar buscava coibir o desenvolvimento da discussão crítica e democrática”. A reforma do ensino superior definia-se pela ideia de universidade operacional, com ênfase na técnica e na ciência instrumental, pouco valorizando o pensamento crítico, como define Chagas:

Uma modernização entre aspas. De fato, ela acabou com a cátedra, instituiu os departamentos e um novo tipo de vestibular, classificatório. Mas também tentou desarticular politicamente os estudantes, já que mudou o modelo anterior, em que uma turma freqüentava as mesmas disciplinas até o fim do curso, sempre junta. (...) Houve uma mudança muito grande, mas não era na direção que os estudantes queriam. Como era um momento de grande repressão, a coisa teve que ser engolida (CHAGAS, 2008, p. 1).

¹⁵ Série de acordos produzidos entre os anos 1960 e 1970, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira.

Baseados nos acordos Mec-Usaid, dois relatórios subsidiaram a criação da lei da Reforma Universitária, sob influência americana, a universidade deveria evitar que gente de fora circulasse pelos prédios e propunha afastar a universidade da influência perniciosa das cidades. O que se pode observar é que esta medida de isolamento, também aconteceu nos anos anteriores na implantação de indústrias nacionais, como foi o caso da CNA em Arraial do Cabo. Abaixo observamos na descrição de Chagas, de como este processo se deu nas Universidades:

Os militares decidiram adotar esse modelo norte-americano e começaram a construir o campus das universidades, normalmente fora da cidade. Antes da ditadura, os prédios ficavam na cidade mesmo. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, tinha prédios na Praia Vermelha e no Centro. E o que governo ditatorial fez? Construiu a Cidade Universitária na Ilha do Fundão, para onde foi transferida a maioria dos cursos. A intenção era abafar a movimentação estudantil (CHAGAS, 2008, p. 1).

Retornando um pouco antes no quadro nacional brasileiro, observa-se que desde o Estado Novo, havia a crença na necessidade de “formação das almas” por meio da educação, segundo Germano (2008), orientada pelo Exército, o “educador do povo”. Tal discurso defendia que, assim, se consolidava o espírito nacional em busca de desenvolvimento econômico. As ditaduras têm horror à alteridade, dizia este autor, por isso pretendem exterminar a capacidade humana de sentir, pensar e agir. Para tanto, calava-se a voz do povo com repressão sem regulação, nem negociação política:

Universidades foram invadidas por forças militares (...) estudantes, professores e cientistas proeminentes, a exemplo de Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Leite Lopes, Mário Schemberg e tantos outros foram processados, presos, cassados, exilados e assim por diante (GERMANO, 2008, p. 322).

Nesta trajetória a Reforma Universitária ocorrida em 1968, apresenta-se de maneira a desenvolver a implementação da união entre produção e formação universitária, sempre voltada para as exigências do capital nacional, com enfoque na formação de mão-de-obra operacional, movida pela tendência tecnicista, o que dará forte argumentação, para também realizar, a reforma do Ensino ainda na fase primária, com a edição da LDB nº 5692/71.

Assim nos termos de ensino profissionalizante, em 1971, o governo publicou a Lei nº 5.692, com diretrizes para o 1º e 2º grau (hoje Ensino Fundamental e Médio):

Era a oportunidade de formar técnicos de nível médio, que supostamente a sociedade estava precisando. Digo ‘supostamente’ porque não havia nenhum estudo que comprovasse isso. (...) os militares acreditavam – mesmo que isso não fosse verbalizado – que se os alunos do Ensino Médio, (...) fossem preparados para uma profissão, muitos deixariam espontaneamente de procurar o ensino superior. E aqueles que, mesmo assim, se aventurassem, iriam se deparar com um vestibular classificatório. Só que a lei não pegou (CHAGAS, 2008, p. 1).

A reforma do Ensino de 1º e 2º Grau, dada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1971, a partir dos anos de 1970, descaracterizou o modelo de escola normal, criando a habilitação para o Magistério. A lei estende a educação básica obrigatória de quatro anos (primário) para oito anos (1º grau) e ainda regulamentou os cursos supletivos de 1º grau para jovens e adultos. De acordo com Di Pierro, Joia e Ribeiro.

Pela primeira vez, a educação voltada a esse segmento mereceu um capítulo específico na legislação educacional, que distinguiu as várias funções: a suplência – relativa à reposição de escolaridade –, o suprimento – relativa ao aperfeiçoamento ou atualização –, a aprendizagem e a qualificação – referentes à formação para o trabalho e profissionalização (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 62)

Portanto, a reforma do Ensino Primário e Médio (ensino de 1º e 2º grau), igualmente permeava o caminho da instrumentalização, ainda que representasse uma conquista, com a escolarização obrigatória de oito anos para o ensino de 1º grau e o 2º grau, seguiu orientado para o mercado de trabalho e profissionalização, com ênfase na preparação de mão-de-obra:

ou seja, trata-se de um adestramento, minimizando a capacidade de pensar, pois não havia lugar para a cultura humanística e para a cidadania, embora o regime ditatorial fizesse constantes declarações de amor à democracia. Aqui, sobretudo, a reforma educacional estava orientada para a formação profissional e a empregabilidade, pois não há espaço para a cidadania em regimes ditatoriais. No entanto, como nos anos de 1930, há uma recorrência, no discurso da reforma, à força moral da Igreja para justificar a política educacional do regime militar (GERMANO, 2008, p. 328).

A Pasta da Educação, no Governo Federal, no período de 1969 a 1974 teve como Ministro, Jarbas Passarinho, que liderou a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Os militares haviam extinguido todo o movimento de educação de adultos do começo da década de 1960 liderado por Paulo Freire, cuja intenção era alfabetizar os adultos e despertar-lhes a consciência política:

Esse método de alfabetização foi substituído pelo Mobral, que é uma técnica desidratada. Trabalhava-se com palavras geradoras, como Paulo Freire propunha, mas eram palavras que não davam margem a discussões muito elucidativas. Não tinha nada a ver com aqueles movimentos mais contestatórios, que alfabetizavam discutindo a política do país. E foi um fracasso (...) O aluno que não é inserido num círculo alfabetizado em pouco tempo esquece. E o Mobral foi apenas uma campanha. Não deu continuidade à educação (CHAGAS, 2008, p. 1).

Em 1970, a ditadura formatada pelo o AI-5, mantinha o controle do Estado sob forte repressão e uma ideologia da integração nacional. Segundo Chauí (2000), os militares desde o golpe de 1964 pregavam a construção da integração nacional, a segurança nacional (a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (no modelo capitalista). Assim a doutrinação do povo era conseguida:

(...) nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização (CHAUÍ, 2000, p. 42).

Foi neste período conturbado e repressor do regime militar que a Escola 20 de Julho, sob a égide da CNA, em Arraial do Cabo, surge como uma instituição educacional, de ensino primário, que buscou dentro do cenário educacional de sua época, desenvolver um modelo de qualidade, a fim de suprir a formação escolar básica dos trabalhadores e seus filhos, que viviam distantes dos grandes centros e tinham uma disponibilidade integral para se dedicarem aos afazeres da fábrica.

Neste contexto histórico, havia dois protagonistas importantes: O primeiro seus professores, que são constantemente capacitados para a utilização de métodos atualizados de ensino e dispõem de materiais e recursos necessários para desenvolver as atividades pedagógicas, diferente dos carentes grupos escolares da época, conforme depoimentos de todos os ex-diretores e ex-professores entrevistados nesta pesquisa e o segundo, o *Álcalis Jornal*, nos 18 fascículos que se teve acesso de 1969 a 1973, em cujos exemplares havia uma seção específica – “Educação em Foco” – para tratar de temas educacionais, e dar publicidade aos mesmos, tal era a relevância desses processos para a CNA, assunto que será visto no capítulo a seguir.

3 O JORNAL DA ÁLCALIS E A SUA SEÇÃO PEDAGÓGICA

Em virtude deste estudo estar alicerçado em grande parte nas edições do *Álcalis Jornal*, a que se teve acesso, correspondendo ao período de 1969 a 1973, em cujos os exemplares havia uma seção específica – “Educação em Foco”, torna-se importante conhecer o papel da mídia em geral e da imprensa em particular na vida social e política brasileira e sua atuação durante o período pesquisado, assim como a influência na discussão, proposição, esclarecimento e exercício da livre expressão de temas em campos tão diversos como educação, ciência, saúde, esporte etc.

Dessa forma, neste capítulo se analisam alguns aspectos do alcance da imprensa como “quarto poder”, a partir de uma reflexão sobre a importância das mídias no período do recorte selecionado para a pesquisa.

Tal característica de utilização da imprensa para atuar como propaganda de governo pode ser localizada, expressivamente, na era Vargas, que cria um departamento apenas para divulgar os feitos do governo, utilizando-se da imprensa escrita, do rádio, com programas como *A Hora do Brasil* e o cinema;¹⁶ no governo de JK, que se utiliza da imprensa livre de atuação política; e, no período estudado, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando se intensificam as tentativas dos governos militares, por meio da censura, de manipular a imprensa.

Assim, fundamentam-se as razões da escolha da CNA, na pessoa de seu então presidente general Edmundo Orlandini, pela publicação de um Boletim Informativo que se denominava *Álcalis Jornal*, o qual se propunha a ser editado como veículo informativo e formativo da opinião pública, dirigido a cerca de 4.000 leitores pertencentes à “comunidade alcalina”, como se costumava referir à época.

Para análise dos exemplares do *AJ*, faz-se, ainda, uma descrição da estrutura do jornal, aspectos físicos e conceituais, artigos, colaboradores, pautas, assuntos que eram destaque, como aspectos técnicos, produtividade, sociedade, meio ambiente, esportes, amenidades e, especialmente, a seção “Educação em Foco”, cujo temas ligados à educação, constituem-se no interesse maior deste estudo.

¹⁶ No cinema, foi introduzido o Cinejornal Brasileiro, que obrigava as salas a exibir filmes em curtas-metragens antes das sessões. Por meio dele, eram veiculadas campanhas favoráveis ao Estado Novo.

3.1 O PAPEL DA IMPRENSA NO SÉCULO XX: O QUARTO PODER

Numa sociedade democrática, a imprensa assume a importante função de exercitar a liberdade de pensamento, de opinião, de expressão, atraindo para si a responsabilidade de informar com exatidão e isenção, oferecendo ao leitor a possibilidade de lidar com o processo gerador de conhecimento consciente.

Por outro lado, desvendar os interesses ocultos de quem informa e por que algumas notícias são veiculadas e outras não, é algo que geralmente não está acessível ao público, podendo revelar o objetivo maniqueísta pela manipulação da audiência. Não é incomum governos, grupos econômicos, conglomerados de comunicação se valerem da mídia para a autopromoção, defender ideologias, combater inimigos políticos sem direito a réplica etc.

Segundo Mirault¹⁷:

O estabelecimento de uma função social à imprensa deu-se a partir de três grandes movimentos revolucionários e paradigmáticos: o produzido na Alemanha por volta de 1495, com a descoberta de Gutemberg, subsidiando a Reforma Luterana, ao disponibilizar e popularizar a Bíblia; no século XVIII, durante a Revolução Industrial, e, tendo, de fato, seu alvará libertário, por ocasião da Revolução Francesa (1879), fazendo emergir uma imprensa revolucionária e opinativa, cumpridora do seu papel social junto à burguesia, naquele momento (MIRAULT, 2011, p. 1).

Sob a inspiração dos três poderes da República – Legislativo, Executivo e Judiciário –, cunhou-se a expressão “quarto poder”, para atribuir à imprensa e à mídia em geral uma equiparação em termos de alcance e influência, visto que há inúmeros casos no Brasil e no mundo em que a mídia iniciou campanhas que mobilizaram a opinião pública.

Para aprofundar a discussão sobre o papel e o alcance do *AJ*, torna-se necessário analisar o comportamento da imprensa, principalmente oficial, nessa relação com fatos históricos anteriores ao período em estudo, iniciando-se pela era Vargas e chegando à ditadura militar, especificamente, na década de 1960 e 1970, período este que engloba o recorte desta dissertação (1969-1974).

¹⁷ Doutora e Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo.

Os meios de comunicação desde o século XX passaram a ocupar uma posição institucional que lhes conferiu o direito de produzir enunciados em relação à realidade, aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. Para Ribeiro (2008, p. 195), a história é contada a partir daquilo que aparece nos meios de comunicação de massa: “São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância”. A mídia tornou-se porta-voz oficial dos fatos, eventos, acontecimentos e da transformação da vida social. Os jornais registram e constroem memórias.

No Brasil essa atuação da mídia pode ser percebida com nitidez, inicialmente, especialmente na era Vargas. Com a implantação do Estado Novo, em 1937, Vargas monta um especializado aparato repressivo e cria, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), despendendo enorme esforço para sobrepor uma imagem positiva à truculência oficial.

Durante, o regime de exceção:

mobilizou estratégias de natureza muito diversa e que se ancoravam não apenas na tentativa de controlar a produção em áreas as mais variadas – caso da literatura, teatro, música, carnaval e outras manifestações populares –, mas também chamando a si o encargo de alardear os feitos do poder e mostrando-se generoso para com os que se dispunham a contribuir com a tarefa (DE LUCA, 2011, p. 272).

O DIP, que foi antecedido, a partir de 1931, pelo Departamento Oficial de Publicidade (DOP), Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e Departamento Nacional de Propaganda (DNP), contabilizava outras receitas, para além dos gastos com edição, pessoal de redação, colaboradores, cartazes, gráfica etc., como verbas de publicidade do Banco do Brasil e de outras instituições, que o órgão rateava entre a imprensa simpática ao regime. O DIP podia ainda por meio de poder conferido por decreto controlar a “entrada de material impresso e radiofônico proveniente do exterior, bem como a função de difundir a imagem do país e mesmo incentivar suas relações econômicas com outras nações” (DE LUCA, 2011, p. 276).

Ao mesmo tempo, publicados a partir de uma trama complexa entre autores, editores e gráficas, não se sabe o número exato de livros subsidiados pelo DIP, mas dados indiretos obtidos na tese de Gustavo Sorá¹⁸ somam 331 títulos, que tratavam de dar “ênfase na figura

¹⁸ SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. A Casa José Olympio e a instituição do livro nacional. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu

do presidente e nas realizações do regime”; também da “nacionalidade brasileira, dos deveres para com a pátria, da organização nacional, do Estado Novo e suas realizações”; “explicações sobre o regime, seus fundamentos e feitos” etc. (DE LUCA, 2011, p. 275). O DIP tinha também a incumbência de “distribuir a fotografia oficial do presidente Vargas, não só nas repartições públicas, mas também em colégios, clubes, estações ferroviárias, aeroportos, bancos, casas comerciais etc.” (GOMES; ARAÚJO, 2012, p. 1).

Por outro lado, devido à comunicação direta com a Presidência da República, “o DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime” (GOMES; ARAÚJO, 2012, p. 1).

Com a pretensão de atingir a todos os habitantes, da classe pobre às camadas letradas, sem esquecer o público internacional, os órgãos encarregados da censura e da propaganda “não perdiam a oportunidade de destacar a figura do presidente Vargas e, não por acaso, as comemorações de seu aniversário deram margem à publicação do volume *Uma grande data*” (DE LUCA, 2011, p. 279).

Nesse contexto, o que mais se aproximava de um jornal cujo objetivo único era enaltecer o governo foi *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, publicação mensal com cerca de trinta páginas, “uma pequena brochura, sem iconografia e cujo primeiro número deve ter saído em janeiro de 1940, o que faz dessa publicação a primeira no gênero periódico a ser ensaiada pelo DIP”. O mensário reunia “um conjunto diversificado de textos, em geral curtos e sem assinatura, que abordavam os mais diferentes aspectos da vida nacional, sempre com ênfase na figura do presidente e nas realizações do regime” (DE LUCA, 2011, p. 287-8).

Em 1946, sobe ao governo o general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que manda queimar todo o arquivo do DIP, incinerando desde listas de gratificações pagas a produtores culturais aos demais documentos internos, além de livros e jornais editados sob a égide do departamento (ALMEIDA, 1981 apud DE LUCA, 2011, p. 287-8).

Vargas retorna em 1951 e em 1954, seu governo se torna insustentável, a partir da cisão com as Forças Armadas, que lhe retiraram o apoio. A imprensa, na maior parte, “colocava-se cada vez mais contrária à permanência de Getúlio no poder e apoiava as soluções que a oposição dava à crise: a licença do Presidente, a renúncia ou até mesmo sua deposição” (CLARK; PADILHA, 2009, p. 8).

Após o suicídio de Vargas, dezesseis meses se passaram até as eleições diretas de 1956, quando assume Juscelino Kubistchek, cujo governo se caracterizou pela ausência de presos políticos e pela liberdade de imprensa. Havia, portanto, um clima de descontração. Em razão das políticas econômicas adotadas por JK, surgiram demonstrações de descontentamento, como uma passeata dos cafeicultores em São Paulo frustrada pelo exército e ainda campanhas abertas “em órgãos da grande imprensa, como no jornal *O Estado de S.Paulo*, e, sobretudo, no Congresso Nacional, composto por inúmeros representantes dos cafeicultores” (SILVA, 2000, p. 85).

Jânio Quadros assumiu o cargo de presidente do Brasil em janeiro de 1961 e logo anunciou a reforma cambial, que agradava aos exportadores e credores internacionais, em detrimento dos grupos nacionais, endividados com financiamento externo em razão da taxa anterior:

No dia 7 de julho de 1961, Jânio reuniu todo o seu ministério para estudar as reformas do imposto de renda e dos códigos penal, civil e de contabilidade. Enquanto desenvolvia uma política interna considerada conservadora e plenamente aceita pelos Estados Unidos, procurou afirmar no plano externo os princípios de uma política independente e aberta a relações com todos os países do mundo. Essa orientação provocou protestos de inúmeros setores e grupos que o apoiavam (CPDOC-FGV, 2012b, p. 1).

Com política exterior independente, procurou estabelecer relações com as nações socialistas, recebendo a missão comercial da República Popular da China e depois a missão da União Soviética. Chegou a condecorar Ernesto Che Guevara, então ministro da Economia de Cuba, com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o que causou indignação dos mais conservadores.

Assim, deflagrava-se grave crise política, com Jânio Quadros renunciando ao cargo em 25 de agosto de 1961. João Goulart o substituiu, e o Congresso aprova o “Ato Adicional promulgado em 3 de setembro, garantindo o mandato de Goulart até 31 de janeiro de 1966 em regime parlamentarista. Goulart foi finalmente empossado no dia 7 de setembro” (CPDOC-FGV, 2012b, p. 1). Jânio teve os direitos políticos cassados em 10 de abril de 1964 por decisão do “Comando Supremo da Revolução”, mas continuou no país.

João Goulart, da mesma forma, é também defenestrado pelo Golpe Militar de 1964. Nesse contexto, especificamente em relação ao período estudado, a imprensa mais conservadora apoiou o Golpe Militar de 1964, enquanto outra parte dos meios de comunicação desempenhou papel combativo nos períodos de exceção na política brasileira, notadamente durante a repressão da ditadura militar, que governou o país de

1964 a 1985 – englobando o período deste estudo – e findou com a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República em 1986.

De acordo com Aquino:

(...) ações repressivas foram cometidas pelo governo contra a imprensa e contra jornalistas entre 1964 e 1968 (...). Porém, o marco de uma censura política lentamente institucionalizada é estabelecido a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5 (AQUINO, 1999, p. 205).

Kushnir comenta o Decreto-lei nº 1.077, de 26/01/1970, promulgado pelo governo militar, que legalizava a censura prévia:

Assim, se, de acordo com o capítulo 2 do Decreto n.º 20.493/46, o serviço da censura deveria, antecipadamente, analisar e aprovar, na totalidade ou em partes, todas as exhibições de cinema, teatro, shows, bem como a execução de discos, propagandas e anúncios na imprensa, o 1.077/70 vai bem mais longe. Sempre justificando as proibições pelo resguardo da “moral e dos bons costumes”, como se assim lhes anulasse a intenção política, o governo proíbe publicações, nacionais e importadas, que ofendam esses requisitos (KUSHNIR, 2004, p. 116).

Para os propósitos deste estudo, cabe lembrar que durante os anos de 1967 a 1974, ocorreu a fase considerada a mais dura do regime, que perdurou ao longo do mandato do presidente Costa e Silva, até a sua morte, por dois meses com a junta militar, que o sucedeu, e no governo de Garrastazu Médici, coincidindo com o período das publicações mensais do *AJ*.

Dessa forma, nesse contexto histórico, que se iniciou em 1964, cabe acrescentar que, antes de necessitar de um departamento de imprensa oficial para abrandar a imagem ditatorial, muitos grupos de comunicação, como a Editora Abril, dirigida, então, pelo seu fundador, Victor Civita, apoiaram abertamente os governos militares. Em junho de 1967, a revista *Realidade*, publicada pela Abril, dá o seguinte tom à reportagem sobre o novo ocupante do Palácio do Planalto:

Juscelino tinha uma alegria contagiante. Jânio era o bicho-papão. Jango apareceu com ares de rapôsa (sic). Castelo foi a severidade no governo. Agora, HÁ UM NOVO TEMPERO NO PODER (esta última frase sob a foto de Costa e Silva, seria o título da notícia) (PEREIRA et al, 2011, p. 74).

O texto comenta as primeiras dez semanas de Costa e Silva no poder: “Diante deste quadro, um professor de sociologia e política exclama: – O govêrno (sic) Costa e Silva restituiu ao povo o direito de sonhar!” (REVISTA REALIDADE, 1967 apud PEREIRA et al,

2011, p. 74). Os elogios buscavam ofuscar a ameaça da farda: “um presidente equilibrado, um homem de bom senso, que quer entrar na história como administrador e não político”. E não paravam aí: “sereno, forte política e militarmente, nas suas primeiras dez semanas de governo, Costa e Silva cuidou de administrar” (REVISTA REALIDADE, junho de 1967, apud PEREIRA et al, 2011, p. 74). Paradoxalmente, este é o governo responsável pela edição do temido AI-5, que determina o fechamento do Congresso e a cassação de parlamentares contrários.

Com a entrada de Médici na Presidência, o Congresso é reaberto; no entanto, foi o governo mais truculento e feroz do período ditatorial, em que se acumulavam denúncias de assassinatos, tortura e desaparecimento de inimigos políticos do regime.

Embora contando com o apoio de grandes grupos ligados à mídia, a relação com a imprensa, durante a ditadura, foi de embate constante, quando ficaram famosas as receitas culinárias e as poesias de Camões estampadas na capa do *Jornal da Tarde* em substituição às matérias censuradas. É do período Médici o famoso e provocador tabloide *O Pasquim*, “que passa a viabilizar o estudo de peculiaridades de uma língua que transgride e que ‘falha’, a ponto de pôr em xeque a todo o momento o sistema e a estrutura permitida pelos censores” (SCHONS; DAGNESE, 2011, p. 38).

A censura aos meios de comunicação promovia o regime, que fazia uso intenso da propaganda na TV e rádio, construindo uma imagem positiva entre a população. A Seleção Brasileira de Futebol em 1970 era a primeira no mundo a ganhar o Tricampeonato Mundial, e o “Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu a altas taxas anuais, criando uma situação de euforia, sobretudo, junto à classe média” (RAMOS, 2011, p. 11). Somente a partir de 1975, com a política de distensão carreada pelo presidente Geisel, “a censura prévia é suspensa das redações e os jornais começam a caminhar com mais desenvoltura” (DIAS, 2011, p. 104).

Com relação à Álcis, por mais que se queira desvincular a orientação de um jornal de empresa do alcance das decisões políticas do regime de exceção e da censura aos meios de comunicação e da repressão aos opositores – e por mais “idealista e progressista” que fosse o general Edmundo Orlandini, presidente da CNA, na memória de seus contemporâneos –, sua nomeação para o cargo foi realizada em razão da obediência à ideologia do alto comando do país, que em nenhum momento podia ser esquecida.

Vários editoriais escritos por Orlandini eram dedicados a temas cívicos (edição nº 35), Bandeira Nacional (nº 36 e nº 42), Amor à Pátria (nº 37), Dia do Soldado (nº 51), entre outros temas que serão vistos adiante.

Como se observa, a comunidade alcalina aparentava “um oásis de tranquilidade e êxito”, principalmente em razão das altas taxas de produtividade crescente da barrilha e de outros produtos químicos, de modo que os trabalhadores e famílias podiam desfrutar de moradia na Vila Operária, salários pagos em dia, cursos de capacitação, cooperativa, atividades de lazer, transporte, atendimento à saúde, alfabetização de adultos e educação básica de alta qualidade para seus filhos.

No entanto, cabe lembrar que nem sempre foi assim. Em 1960, primeiro ano de funcionamento da CNA, os operários fizeram greve em busca de cumprimento de acordos salariais e demais cláusulas negociadas com a empresa:

Essa súbita organização dos trabalhadores em uma fábrica recentemente instalada reforça os argumentos sobre o “fazer-se” da classe operária a partir de suas experiências e tradições. O movimento permitiu a construção de uma rede de solidariedade com os demais trabalhadores da região, em especial os trabalhadores das salinas ao redor da Lagoa de Araruama. O engajamento dos trabalhadores em Cabo Frio implicava, para além da organização sindical, a expressão de ideais político-partidários nacionais, com implicações locais (PEREIRA, 2010a, p. 220).

Cabe lembrar que os trabalhadores de salinas, de então, cumpriam jornada de dezesseis horas diárias, incompreensivelmente sem intervalo para refeições, com direito a um dia de descanso ao mês, além do fato de domingos e feriados não ser pagos em dobro, nem hora extra, nem adicional noturno, nem insalubridade. Diante da força da rede de solidariedade de trabalhadores, que se formou, intensificou-se o controle e a repressão sobre os cidadãos locais, durante aquele longo ano.

Mas a partir de 1964, ano de inauguração da Escola 20 de Julho, na Vila Operaria, não havia falta de recursos materiais, nem falta de espaço para a “vanguarda”, com professores selecionados por rigorosos concursos, que procuravam ministrar um ensino de qualidade e à frente de seu tempo, diferenciando-se dos padrões da região do entorno, com a preocupação em “atender” às necessidades dos trabalhadores, deixando-os mais “satisfeitos” e assim produtivos.

Abaixo verificamos na Figura 11, a realização de provas escritas em um dos concursos realizados para admissão de professores, que segundo relato de ex-diretoras e

ex-professoras que atuaram naquele período, era bastante rigoroso e primava pela boa formação acadêmica dos candidatos.



Figura 11 – Prova de seleção para professoras primárias da Escola 20 de Julho
Fonte: Acervo do Colégio Estadual 20 de Julho

A CNA, responsável em função da determinação legal, por oferecer escola às crianças filhas dos operários, fez disso uma forma de tornar ainda mais ampla a ascendência sobre os funcionários e seus familiares, atenta às reformas do ensino previstas pela Lei Diretrizes e Bases (LDB nº 5.692/71).

Retrocedendo um pouco, é importante lembrar que a CNA tinha uma grande dívida com Arraial do Cabo e região. Em 10 de junho de 1949, Vargas cria o Instituto Nacional do Sal (INS). Em teoria, os recursos deveriam ser utilizados na melhoria das condições da população local, mas na realidade boa parte retornava aos setores de melhor condição econômica, servindo para manutenção de escolas e hospitais particulares e instituições privadas, não sendo revertidos em benefício da população local. Ainda que parte fosse destinada a empreendimentos públicos ou de caráter “*humanitário*”, era insuficiente para

suprir, minimamente, as carências dos setores excluídos da sociedade local (PEREIRA, 2012b, p. 31).

Do ponto de vista de responsabilidade social, expressão que na época podia ser substituída por “retribuição”, a CNA devia muito à população de Arraial do Cabo e regiões circunvizinhas (PEREIRA, 2012b, p. 197):

As ações para o desenvolvimento do projeto de construção da Companhia Nacional da Álcalis (CNA) ocupavam a agenda do INS. Os recursos recolhidos pelos salineiros ao INS, relativos às contribuições sobre a produção de sal, no lugar de ser invertidos no fomento e na inovação da produção salineira local, vinham servindo de lastro às operações de empréstimos do INS junto ao Banco do Brasil, para compor o capital inicial necessário à criação da CNA. Nesses termos, para os empresários do sal, o INS constituiu-se como uma agência de Estado que, no lugar de resolver os problemas inerentes ao setor salineiro, garantia, com capitais privados, a constituição da CNA, retirando o foco dos investimentos necessários à regulação da produção local.

Cabe analisar, que para justificar à população local a criação da CNA, empresa que retirou por anos parte do orçamento destinado a fomentar a indústria salineira da região, a CNA mantinha de forma apropriada um tablóide, distribuído gratuitamente e dirigido pelo seu presidente, para destacar seus feitos modernos e produtivos.

A imprensa como quarto poder, de caráter intrinsecamente investigativo, na CNA seria domesticada e adaptada a servir a propósitos menos combativos, mas de certa forma informativos, formativos e de registro de uma época e de uma estrutura educacional que é resgatada nesta dissertação.

Nesse universo modelar para aquele período é que, em julho de 1967, sai o primeiro exemplar do *AJ*, dirigido pelo seu editor-chefe, general Edmundo Orlandini, retratado ao microfone na Figura 12, abaixo, com o objetivo de “divulgar os feitos da CNA e servir como testemunha de uma época”.

Assim, o *AJ*, como será apresentado a seguir, propôs-se a cumprir essa missão, em razão de as rotinas da empresa e da vida da comunidade alcalina terem sido registradas nesse mensário, contando a história da estatal, produção, empregados, notícias da escola e dos cursos que mantinha. Também se destaca com o mesmo objetivo anterior e de forma complementar o livro *O Óbvio e ululante na indústria*, de autoria do general Edmundo Orlandini, no qual o dirigente reuniu os editoriais do período de 1967 a 1972.



Figura 12 – General Edmundo Orlandini (década de 1960)
 Fonte: Acervo do Colégio Estadual 20 de Julho

O tópico a seguir discute o papel do *AJ* como veículo de comunicação oficial e que, além de tentar justificar a importância da CNA para a região e para o Brasil, atualizava a comunidade alcalina sobre a ocorrência de eventos recém-passados e futuros, trazia reportagens diversas sobre aspectos técnicos e de produção de álcalis e barrilha, divulgava cursos, nascimentos, casamentos, e principalmente promovia as atividades na Escola 20 de Julho na coluna “Educação em Foco”, abrindo inclusive espaço para professoras e demais colaboradores que quisessem ter alguma proposta, poesia ou crônica publicada no mensário.

3.2 VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL: O *ÁLCALIS JORNAL*

A “salvaguarda da democracia” é via de regra o papel mais importante atribuído à imprensa. Mas, assim como a sociedade se ramifica em inúmeras setores e interesses diversos, a mídia – e a imprensa escrita mais especificamente do interesse deste estudo –

procura atuar de forma abrangente, imiscuindo-se em todos os setores da sociedade, como educação, ciência e tecnologia, saúde, arte, literatura, diversão, lazer, esporte etc.

Em relação aos veículos de divulgação internos, tanto oficiais como privados, sempre foi prática comum buscar cooptar o público interno, ou seja, os próprios empregados, por meio do que se passou a definir hoje como uma ferramenta conhecida por *endomarketing*, numa tentativa de esclarecê-los da missão e da visão da empresa/governo e conformá-los aos padrões necessários para alcançar satisfação e aumento da produtividade.

Enquanto o governo central do país tentava justificar os atos de exceção, banindo qualquer forma de expressão dissidente, o general Figueiredo, que assume o governo do país no final dos anos 1970, sendo o último presidente militar, expressa o desejo de anonimato ao despedir-se dizendo: “Esqueçam-me”. Por sua vez, o presidente da CNA e editor-chefe do *AJ*, general Edmundo Orlandini, mostrava interesse em direção oposta, pretendendo fazer conservar a memória, para a posteridade, do universo social e empresarial do pequeno império que comandava.

Esta discussão sobre o mensário da CNA será desenvolvida mais adiante. Por ora, cabe buscar entender melhor o papel e a natureza dos periódicos e demais veículos de comunicação utilizados por empresas e órgãos oficiais para divulgar informações aos empregados a fim de balizar a função do *AJ*.

Assim, é que um conceito hoje bastante estudado – o *endomarketing* – já era utilizado de forma rudimentar havia muito em empresas privadas, órgãos oficiais, instituições educacionais, principalmente por meio de pequenos jornais durante o século XX – e antes. Hoje, com a internet, intranets e extranets, novas formas de veiculação de informação são possíveis, mais abrangentes e velozes no ofício de difundir a comunicação.

Endomarketing é uma palavra formada pelo prefixo grego “endo”, que significa ação interior ou movimento para dentro. Endomarketing seria, portanto, o Marketing interno (BRUM, 1998). A razão para utilização do endomarketing repousa no aumento da produtividade do funcionário em função do próprio bem-estar. De acordo com Barçante e Castro (1999, p. 1), trata-se de uma estratégia afinada com “um contexto econômico mundial que se tem caracterizado por uma larga competitividade, que vem determinando profundas mudanças conceituais e pragmáticas na gestão das empresas”. Segundo Bekin (1995, p. 28), o endomarketing busca “facilitar e realizar trocas construindo relacionamentos com o público

interno, compartilhando objetivos da organização, harmonizando e fortalecendo estas relações”.

A noção básica no *endomarketing* é compreender os funcionários como “ativo valioso”, que constituem o primeiro mercado para a empresa, logo, estes devem receber tratamento de clientes e ser reconhecidos e valorizados; pois, para alcançar altos níveis de desempenho, é necessário um gerenciamento de recursos humanos que envolva e comprometa os trabalhadores com a missão e a visão da organização (BEKIN, 1995).

Para tanto, é necessário deixar claro para os trabalhadores a missão e a visão da empresa, valores e objetivos, para que eles possam assumir compromissos com esses valores; é necessário impulsionar os empregados, delegar tarefas e tornar os gestores em líderes. Dessa forma, os resultados trarão aumento de confiança na empresa, mais autoconfiança, maior produtividade e alta qualidade na execução das tarefas. Tais conceitos foram largamente aplicados ao *AJ*, mantido pela CNA, cuja análise quer perscrutar sua natureza e especular sobre os objetivos, explícitos e subliminares, no dia a dia da empresa e na vida dos funcionários, cujos filhos frequentavam a Escola 20 de Julho mantida pela estatal.

3.3 ESTRUTURA E LINHA EDITORIAL DO *ÁLCALIS JORNAL*

A orientação educacional da Escola 20 de Julho veiculada e defendida no *AJ*, tinha como objetivo obter mão-de-obra qualificada, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico. A repressão política assegurava a implantação de planos econômicos que atendessem ao desejo de industrialização, promovendo a educação e a formação de mão-de-obra especializada com esse fim, enquanto propiciava uma das maiores concentrações de renda no país:

Pode-se afirmar que o Estado Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas atuando concomitantemente no âmbito da escolarização direcionando-a para a tentativa de desenvolver uma mão-de-obra qualificada necessária à indústria nascente. Desta maneira, ocorreram as reformas – dentre elas a Reforma do Ensino Superior em 1968 e, posteriormente, em 1971 a Reforma do Ensino Primário – com o intuito de evitar a participação da sociedade civil evitando possíveis mobilizações de outros setores que não o Militar dominante, para modificar a estrutura de ensino até então vigente (PAULINO; PEREIRA, 2006, p. 1945).

A partir dos textos de Orlandini, principalmente nos editoriais, revela-se a importância que o editor-chefe atribuía ao *AJ* – para divulgar acontecimentos marcantes, resultados econômico-financeiros e eventos sociais, entre outros temas caros ao general, não se prestando somente ao culto à personalidade, embora essa característica fosse a mais acentuada na publicação. Com relação à Escola 20 de Julho, por meio da seção “Educação em Foco”, tratava-se de aspectos pedagógicos e educacionais que Orlandini valorizava e defendia.

Com base em conceitos então tão incipientes como desconhecidos de *endomarketing* e/ou comunicação interna, a utilização de um periódico como canal de comunicação entre empresa e funcionários nos anos 1960 e 1970, revelou-se como a estratégia que a CNA adotou para manter informada a comunidade alcalina sobre o que acontecia na CNA: a produção da fábrica, as aquisições de máquinas e equipamentos, os eventos sociais como casamentos, nascimentos, comemorações festivas etc.. Especialmente para este estudo, destacam-se atividades educacionais da Escola 20 de Julho e demais notícias relacionadas, que eram discutidas na seção “Educação em Foco”.

Trata-se de uma publicação personalíssima, que revelava a influência e participação de seu mentor, o general Edmundo Orlandini: “Valho-me do ‘Álcalis Jornal’ como via mensageira de alertas, esclarecimentos e informações, os quais, de outra forma, dificilmente poderiam chegar a destino” (ORLANDINI, 1973, p. 58).

Como se verá adiante, a publicação tinha preocupação em orientar para um modelo social. Embora a CNA fosse dirigida por militares e o *AJ*, possivelmente, tenha sido ideia do general Edmundo Orlandini, que escrevia os editoriais e outros artigos, demonstrando sempre muito apreço pelo jornal, nas memórias dos entrevistados, que vivenciaram aquele período na CNA, percebe-se que não havia controle direto sobre o pensamento veiculado. Nem em textos assinados por outros colaboradores, apesar de ser uma época de censura e repressão.

No entanto, ao analisar o editorial *Educação e Cultura* das edições selecionadas, assinado por Edmundo Orlandini, desvela-se a ideologia que norteava a orientação editorial, ainda que, muitas vezes, de maneira subliminar. Torna-se importante assinalar que o Ato Institucional nº 5 (AI-5) fora promulgado em 13 de dezembro de 1968, quando o *AJ* estava na metade do segundo ano de existência.

A frase retirada do editorial do primeiro aniversário do *AJ*, em maio de 1968, no “número especial” de comemoração, “Promover o que é bom, o que é útil, o que é justo e o que é dignificante, são os propósitos do *Álcalis Jornal*” (ORLANDINI, 1973, p. 58), assinala a missão do *AJ* no entender de Edmundo Orlandini. Posteriormente, o general reproduz essas ideias no livro *Óbvio e ululante na Indústria*, de sua autoria. Este livro reuniu os editoriais desde junho de 1967 até julho de 1972, mas será somente em 1973, já no início do sétimo ano de vida do *AJ*, que o autor lança o livro.

Na CNA, estatal dirigida por um militar de alta patente em plena ditadura, os alunos da Escola 20 de Julho dispunham de bons professores, carteiras, material de estudo, segurança entre inúmeros aspectos positivos numa época em que, segundo dados do IBGE (2012b), apenas 15% das crianças brasileiras tinham a chance de fazer matrícula e estudar numa escola pública.

Na edição de fevereiro de 1972, a seção “Educação em Foco” informava sobre o início de funcionamento de um posto do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que vendia “material escolar, livros didáticos e de literatura selecionada a preços baixos e devidamente tabelados”. As tabelas com os preços encontravam-se à disposição na secretaria da Fundação Educacional Vinte de Julho – Fevij.

Destacam as estatísticas sobre a educação básica da época, que o Brasil iniciava a década de 1970 com pouco mais de 95 milhões de habitantes (IBGE, 2012a) e era enaltecido por ser um país jovem. Segundo os dados oficiais, a porcentagem de crianças de 0 a 14 anos de idade em relação ao total da população em 1970, por exemplo, representava 42,1%, cerca de 38 milhões de crianças (IBGE, 2012b). Até a década de 1980 o Brasil foi sempre um país marcado por ter população jovem.¹⁹

Embora haja certa disparidade nos dados estatísticos informados pelos órgãos de pesquisa na época, era baixíssimo o número de estudantes matriculados nacionalmente no ensino básico em relação ao total de crianças em idade escolar no país:

¹⁹ “No final da década de 60, inicia-se rápido e generalizado declínio da fecundidade no Brasil. Sua TFT passa de 5,8, em 1970 (Carvalho, 1974), para algo em torno de 2,3 filhos, por mulher, em 2000. O nível da fecundidade, em 2000, já está bem próximo daquele de reposição, isto é, aquele que produz crescimento nulo da população a longo prazo. Parte da população já se encontra com fecundidade abaixo do nível de reposição e o nível médio do País deverá continuar a cair, pois há claras indicações de rápido declínio no Nordeste e em grupos mais pobres da população. Como consequência, entra a população brasileira em um sustentado processo de desestabilização de sua estrutura etária, com estreitamento continuado da base da pirâmide e, conseqüentemente, envelhecimento da população.” CARVALHO, J.A.M.; GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003.

o SEEC [Serviço de Estatística da Educação e Saúde] acusa uma matrícula na primeira série do 1º grau de 5,8 milhões em 1970, enquanto o IBGE constatou apenas 4,7 milhões na ocasião do VIII Recenseamento Geral do mesmo ano, uma diferença de 19% a menos (FLETCHER; RIBEIRO, s/d).

Abaixo, a Tabela 1 mostra a evolução das taxas de analfabetismo de 1970 a 2000.

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade Brasil

| Ano | Taxa | Ano | Taxa |
|------|--------|------|--------|
| 1970 | 33,60% | 1980 | 25,50% |
| 1991 | 20,10% | 2000 | 13,60% |

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Esses dados ajudam a ressaltar a situação “privilegiada” dos alunos – e mesmo dos trabalhadores da CNA e famílias – que podiam estudar na Escola 20 de Julho. Diante desse contexto e com base nos exemplares a que se teve acesso, pôde-se conhecer um pouco da estrutura e finalidade do *AJ*.

A publicação, editada em forma de Boletim Informativo, em julho de 1967 nasceu como *Álcalis Jornal (AJ)*, em papel de boa qualidade e no formato tabloide (23 x 32 cm), com oito páginas. Apenas a edição nº 60 de aniversário de cinco anos, em junho de 1972, saiu com doze páginas – atingindo cerca de 4.000 leitores de acordo com estimativa da redação, “contando o pessoal da Fábrica, da Sede e familiares” (*AJ*, 1973, Capa). As quatro seções fixas, que possuíam título, como nos cadernos dos jornais da grande mídia, eram: Editorial (capa); “Educação em Foco” (página 2), Bom Dia... Sabido (p. 6) e Sociálcalis (p. 8). As páginas de nº 3, 4, 5 e 7 eram utilizadas para os assuntos mais diversos e incluíam, entre outros temas, os eventos que haviam tido relevância no mês. A seguir, faz-se a descrição das seções do *AJ*. A página 1 consistia no Editorial: na capa do jornal e com o nome da Presidência, sempre com uma foto, apresentava as contribuições que a implantação da CNA em Arraial do Cabo trazia para a região; exibia os números pujantes e crescentes dos recordes de produção da Companhia, como barrilha, cal viva²⁰, calcário, sal combustão, salmoura; além das novas aquisições e equipamentos. O texto continuava em página interna, em que o general Orlandini defendia pontos de vista e discutia “questões filosóficas”, relacionadas ao mundo dos negócios, o desempenho da CNA, entre muitos temas, como mostra a Figura 13:

²⁰ Óxido de Cálcio (CaO), obtido pela decomposição térmica de rochas calcárias moídas em diversos tipos de fornos, a 900°C. Sua utilização é muito abrangente nos mais diversos segmentos: construção civil, siderurgia e metalurgia, indústria química, papel [...] Disponível: <http://www.cimentoitambe.com.br>. Consulta: 25/05/2012.



Figura 13 – Editorial: capa da edição nº 67
 Fonte: AJ (1973, p. 1)

A página 2 trazia a seção “Educação em Foco”, na qual se descreviam, noticiavam e discutiam as atividades escolares e educacionais, como a reforma ortográfica, a adequação da Escola às novas legislações, períodos de matrículas, colaborações de professores, eleições do centro cívico, comemorações escolares, e, até mesmo, a entrega

de diplomas aos formandos, que tinham o nome relacionado no jornal, como se vê abaixo na Figura 14:

EDUCAÇÃO EM FOCO

O novo método de ensino da E. V. J.

Direção da FEVIJ

Como foi anunciado, a Escola Vinte de Julho, a partir deste ano letivo, passou a ser uma "Escola de Ensino de 1.º Grau", para permitir à Alcaide atualizar a satisfação de um de seus deveres, como empresa que tem mais de 100 empregados, face à lei do ensino.

Nada do que foi alterado, portanto, teve origem em pontos-de-vista ou desejos pessoais da administração da FEVIJ. Mas, sim, do conteúdo da Lei 5.692, de 11-08-71, e das Portarias e Resoluções dela decorrentes.

Até agora, o CONSAP tem conseguido levar avante a difícil empreitada, mantendo alto o já elevado conceito da Instituidora da FEVIJ no campo do ensino em Cabo-Priso.

Não obstante, a implantação de uma nova "Era de Educação" não depende apenas de uma resolução administrativa. Depende muito mais de uma total mudança de mentalidade, de pais, mestres e administradores, e a aceitação do moderno sistema de educar uma criança, cujo objetivo geral, no caso brasileiro, é "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania", como consta no Art. 1.º da citada Lei.

Os responsáveis pelos alunos necessitam saber que a mudança é de tal ordem que altera totalmente o centro de atração dentro de uma sala de aula. Antigamente (e muitas escolas que ainda não se atualizaram continuam tendo), o professor era a figura-chave. Os alunos, crianças que são, deviam ser vistos mas não ouvidos. (Não há diálogo numa sala de aula antiquada). O silêncio devia ser absoluto durante os 40 ou 50 minutos de aula. Só o professor falava julgando que os alunos estavam aprendendo. Puro engano. Poderiam decorar, para fazer provas, o que o professor dizia mas não estavam fazendo a mínima questão de continuar sabendo...

Não se aprende de fora para dentro. Só se aprende aquilo que se quer. Toda aprendizagem, consciente ou inconsciente, é uma auto-aprendizagem.

Modernamente, a figura principal numa sala de aula, é o aluno. O professor, levando em consideração as necessidades psicológicas, correspondentes à idade, necessidades estas fortíssimas, tratará de motivar os seus alunos para que admitam, também, as necessidades normativas, criadas pelos adultos. Assim, ao mesmo tempo que, por exemplo, sentirem a necessidade psicológica universal de obter satisfação a partir das relações com as outras pessoas, "sentirem" também a necessidade de aprender, digamos, os elementos da álgebra, uma necessidade imposta pela norma idealizada por um adulto.

Basta esta mudança para que os responsáveis já possam estranhar certas transformações nas salas de aula.

Não se admirem ao ver grupos de alunos estudando juntos em sã e franca troca de comunicações.

Aprende-se muito mais estudando em grupo do que isoladamente.

É possível que, no início do novo sistema de ensino haja um pouco de balbúrdia nas salas. É natural. Com o tempo e a contínua orientação do professor, a nova sistemática se imporá naturalmente e as nossas crianças aprenderão a trabalhar em equipe, a colaborar, a raciocinar, a criar e, sobretudo, a procurar saber cada vez mais.


Voltaremos ao assunto.

Comemorações Escolares

31 de março

Em comemoração ao 9.º Aniversário da Revolução de 31 de março, a Fundação Educacional Vinte de Julho desenvolveu uma variada programação cívico-escolar, no dia 30 de março, nas dependências escolares da Vila Industrial, tendo tomado parte alunos e mestres da Escola Vinte de Julho e Escola de Aprendizagem Alcaide, além de pessoas da Administração da Alcaide e da FEVIJ.

As cerimônias tiveram início com os alunos e professores formados no pátio frontal da E.V.J. e logo após a chegada das autoridades convidadas. O hasteamento do Pavilhão Nacional foi acompanhado com cântico pelas pessoas presentes. O aluno Mário Roberto Martins, do Centro Cívico Escolar Mar. Rondon, fez um bonito pronunciamento relembrando os benefícios de ordem e progresso auferidos pelo Brasil, com o advento da Revolução de 31 de março. Aquela parte das programações encerrou-se com entrega de troféus e medalhas aos alunos que venceram e participaram da Gincana de materiais farmacêuticos para formação do Clube de Saúde "Vital Brasil", realizada entre as turmas da 5.ª série. Dando seqüência às comemorações, foram inauguradas salas de aula, e novas instalações da Secretaria, do Gabinete da Diretora da E.V.J., a Biblioteca "Monteiro Lobato", o Setor de Orientação Pedagógica e a Sala de Professoras. A todas essas inaugurações o Sr. Superintendente Industrial, deu a sua participação em companhia da Diretora da E.V.J., Professora Therezinha de Jesus Tavares Monteiro, além dos demais convidados e professores. Iniciando uma nova fase na horta da Escola, foram lançadas sementes nos canteiros preparados. Naquela ocasião todas as salas de aulas receberam os nomes de seus respectivos Patrons, ilustres brasileiros cuja memória honra sobretudo o passado de nossa Pátria.



Prestigiando as inaugurações de novas instalações na E.A.A., o Sr. Superintendente Industrial. Na foto também vemos a Diretora da E.A.A., membros da CONSAP e da Administração da Alcaide.

Figura 14 – Seção “Educação em Foco”, edição nº 72
Fonte: AJ (1973, p. 2)

Dando continuidade, a página 6 continha a seção *Bom Dia... Sabido*, assinada por um colaborador de nome Nathaniel, destinada à recreação, como se pode observar na Figura 16, a seguir, com palavras cruzadas, charadas, questões sobre literatura etc. (as respostas eram publicadas no número seguinte).

Página 6 — ALCALIS JORNAL — AGOSTO — 1969

BOM DIA... SABIDO!

NATHANIEL

VAMOS COMPLETAR ?

Complete com palavras cuja primeira letra é J e de acórdio com as definições ao lado.

J _____ (Carne de vaca, salgada e em mantas)

J _____ (Maneira pela qual é chamado o filho que tem o mesmo nome do pai).

J _____ (Planta de que se extrai uma fibra têxtil).

J _____ (Planeta que gira entre Marte e Saturno).

J _____ (Aquele que monta cavalos de corrida).

J _____ (Nome de uma fruta).

J _____ (Espécie de rã).

J _____ (Sepultura).

J _____ (Variedade de quartzito).

J _____ (Fruto da jacuira).

ESTE É FÁCIL, DEMAIS

Dois automóveis fazem serviço de ida e volta entre dois povoados que se acham a 120 km de distância um do outro. O primeiro automóvel faz a viagem de ida a 40 km por hora e a viagem de volta a 80 km. O 2º automóvel tanto na ida como na volta mantém a velocidade constante de 60 km por hora.

Pergunta: Qual dos dois percorre o trecho (ida e volta) em menos tempo?

O 1º O 2º Ambos no mesmo tempo.

CHARADAS SINCOPADAS

(Um exemplo, para recordar: "A doita foi transportada numa casa de lona", 32.
Resposta: MALUCA — MACA (sai a sílaba central).)

— Por tudo que me é concedido sem óus fico agradecido. 32

— A benevolência já não anda mais em veículo antigo. 32

— Nesta usina não se confeciona utensílio de cozinha. 32

— No acórdio de trabalho estava datilografada uma história. 32

— A escolha dos novos empregados é feita em determinado setor da fábrica. 32.

— Nem sempre há reunião de duas vogais quando fala palavras simples. 32.

UM NÚMERO CURIOSO

Se multiplicar o número 142857 por 2, 3, 4, 5 e 6 vai observar uma singularidade nos resultados. Multiplicando-o por 7, 8 e 9 continuará encontrando interessantes resultados. Se ainda tiver paciência multiplique-o por 329 451 e observe as parcelas da operação.

AS RESPOSTAS SERÃO PUBLICADAS NO PRÓXIMO NÚMERO

CARTA ENIGMÁTICA

PROBLEMA EM... QUADRADO

Recentemente na televisão um menino fez sucesso extraindo raiz quadrada.

Se alguém lhe perguntasse a idade e ele respondesse: "no ano que vem a minha idade será um certo quadrado e, há cinco anos passados, era a raiz quadrada desse mesmo quadrado"... qual seria a idade dele, mesmo?

OBRAS E AUTORES

Coloque no parêntese da esquerda (obras) o número correspondente aos respectivos autores.

| | |
|------------------------------|----------------------|
| () Espumas Flutuantes | 1 — Jorge Amado |
| () Os Homens do Mar | 2 — José de Alencar |
| () Quincas Borba | 3 — Machado de Assis |
| () Amor de Perdição | 4 — Castro Alves |
| () Iracema | 5 — Camilo C. Branco |
| () Gabriela, Cravo e Canela | 6 — Erico Veríssimo |
| () Olhai os Lírios do Campo | 7 — Victor Hugo |
| | 8 — Paulo Sevilal |
| | 9 — Oscar Wilde |

Figura 16 – Seção *Bom Dia... Sabido* da edição nº 72
Fonte: AJ (1973, p. 6)

Na página 7 destacavam-se as atividades esportivas na CNA e normas internas da fábrica. Uma das edições trazia o artigo *De real interêsse*, apresentado na Figura 17, a seguir, com algumas normas internas e restrições recomendadas pelo Regulamento Interno em vigor, procedimentos técnicos que os empregados deviam seguir, e outras matérias de tom industrial relacionadas à empresa.

Atualmente, segundo Chiavenato (1989), as organizações modernas exibem características como divisão do trabalho de acordo com a especialização funcional do trabalhador; hierarquia de autoridade; um conjunto de regras, quais sejam, um regulamento interno, que estabelece direitos e deveres; a adoção de métodos de recompensa e procedimentos e métodos fundados na racionalidade.

O Regimento Interno estabelece direitos e deveres tanto do trabalhador como do empregador, bem como a postura que a organização deseja que o funcionário adote. O documento deve informar obrigações comuns a todos os colaboradores, práticas não pertinentes, horários, segurança, limpeza, higiene, penalidades e disposições gerais, e constitui item de prevenção contra ações trabalhistas.

No caso da reportagem em questão na página 7 (Figura 16), verifica-se que a matéria se prestava a informar os trabalhadores unilateralmente, visto que não trazia deveres nem obrigações do empregador, no caso a Álcalis. Constituía um Regulamento Interno nitidamente verticalizado, hierarquizado, produzido com a clara orientação de fazer obedecer aos interesses e ditames da estatal.

A existência de um documento como esse evidentemente não só é necessária como era e é prática comum na maioria das organizações mundo afora, porém, em um período de exceção, sob um comando de mão única, como no período militar, em que a opção de discutir qualquer ordem soava mais como um ato de subversão ao poder constituído do que propriamente uma reivindicação natural de um trabalhador, qualquer tentativa de negociar era indesejada e malvista.

Exemplificando, na época não se cogitava discutir conceitos como assédio moral ou violência psicológica no trabalho, assim, a divulgação de partes do Regimento Interno por meio de uma matéria numa edição do *AJ* não deve ser vista somente como uma ação ultrapassada, pois, hoje é prática comum disponibilizar documentos desse tipo para disciplinar a ética e coibir a discriminação e o assédio moral fortalecendo laços de confiança entre o trabalhador e a empresa.

DE Real Interesse

Para maior divulgação das normas internas da Fábrica, voltamos a publicar algumas das restrições recomendadas pelo Regulamento em vigor:

Não é permitido ao Empregado:

- Provocar no recinto de trabalho discussões políticas, religiosas ou usar profanidade.
- Praticar esportes nas avenidas, ruas, pátios e outros lugares que não sejam apropriados para tal.
- Percorrer a Fábrica, em casos de dispensa ou saída, para despedir-se dos colegas.
- Retirar da Usina material ou ferramentas, mesmo de sua propriedade, sem estar devidamente autorizado pela Chefia competente.
- Colocar avisos, cartazes, desenhos, etc., no recinto da Fábrica, sem prévia autorização da Administração.
- Promover dentro do horário e no recinto de trabalho, listas, subscrições ou vender quaisquer objetos.
- Introduzir na Fábrica bebidas alcoólicas, armas ou entrar para o serviço em estado de embriaguez.
- Promover reuniões para qualquer fim, sem prévia autorização da Chefia competente.
- Promover qualquer espécie de jogos de azar.
- Recusar-se ao exame médico geral por médico da Companhia.
- Fazer serviço para si ou para terceiros, usando máquina, equipamento ou material pertencentes à Empresa, sem autorização prévia da Chefia competente.
- Introduzir na Usina pessoas estranhas ao serviço, sejam parentes ou amigos, sem prévia autorização.
- Divulgar quaisquer documentos, métodos ou normas de fabricação utilizados pela Companhia.
- Prejudicar o bom estado de conservação dos vestíbulos, banheiros e demais dependências da Companhia, dentro ou fora da área da Usina, bem como alterar-lhes as estruturas internas ou externas.



OPERADOR DE SALINA



O Sr. Jaime Pereira de Carvalho operando na área dos Concentradores dos Andraes. Aparece abrindo a comporta para distribuir a salmoura, através da canaleta, a outras áreas de evaporação.

O sal, matéria-prima imprescindível à fabricação de barrilha, pode ser obtido por evaporação solar ou por processos térmicos industriais (múltiplo efeito, combustão submersa, etc.). Para obtê-lo, seja qual for o processo utilizado, devemos partir da salmoura bruta que, ao atingir uma concentração de 25°Bé, começa a cristalizar o cloreto de sódio ou, simplesmente, sal. A salmoura é obtida pela evaporação da água da Lagoa que, ao circular pelos tanques das salinas, vai a aos poucos se concentrando, até atingir ao grau desejado. A movimentação da salmoura, nas salinas, é feita pelo Operador de Salina.

Ao passarmos pelas salinas nossa atenção é, muitas vezes, voltada para aquele homem solitário, chapéu de palha de abas largas à cabeça, enxada ao ombro e descaço. É o nosso Operador de Salina, em sua tarefa diária, tomando as providências necessárias ao melhor rendimento das operações. Vamos dizer o porque das características que citamos acima e que tornam estes operadores inconfundíveis em seu meio:

— o chapéu de palha de abas largas não só o protege do sol co-

mo, também, nos dias de vento, tem suas abas abaixadas para proteção dos ouvidos;

— andam descalços por necessidade do serviço, já que seguramente devem penetrar nos tanques, além da pequena resistência do couro dos calçados à água salgada.

— a enxada serve para a desobstrução das canaletas e demais passagens da salmoura e, também, como seu apoio em algumas das operações que executa.

O efetivo de nossa Divisão de Salina (DISAL) prevê 80 Operadores; assim, cada um tem sob seu controle 10 Ha. de tanques. São diretamente subordinados aos Encarregados de Salina e suas tarefas podem ser resumidas citando as principais:

— distribuição da salmoura, em volume adequado, pelas diversos tanques, abrindo e regulando comportas;

— observação atenta do fluxo de água nos tanques, para manter a salina própria à evaporação;

— verificar, periodicamente, o grau de densidade da salmoura, nas diversas etapas do processo;

— comunicar ao Encarregado qualquer irregularidade, corrigindo aquelas que estejam ao seu alcance.

Este é o nosso Operador de Salina, um colega de trabalho até então desconhecido para muitos, a quem cabe uma grande responsabilidade na obtenção de uma boa produção de salmoura bruta.

O Operador de Salina Edir Antônio Soares de Souza verificando o grau de densidade da salmoura a fim de se orientar na distribuição do líquido pelos diversos tanques.

Figura 17 – Página 7, assuntos diversos, edição nº 72

Fonte: AJ (1973, p. 7)

Dando continuidade à descrição do AJ, o *Sociálcalis* compunha a página 8, trazendo amenidades, como a coluna *Visitas da Cegonha*, que informava o nascimento de filhos de funcionários, o nome da criança e dos pais; matrimônios; homenagem a quem completava dez ou vinte anos de serviços prestados à companhia; visitas que a CNA recebera no mês; artigos assinados sobre datas comemorativas, como o “Dia da Árvore”, mais uma vez, ressaltando em suas matérias um modelo “pronto” e “acertado”, comum

nos apelos publicitários e nos encaminhamentos de formação para um padrão de conduta homogêneo, que se desejava naqueles tempos ditatoriais, como demonstra a Figura 18 a seguir.

Página 8 — ALCALIS JORNAL — AGOSTO — 1963

SOCIÁLCALIS

Pela Equipe

♦ A Alcalis proporcionou aos alunos do curso de Eletrotécnica, da Escola Técnica Federal de Campos, no dia 3 de julho, uma visita às instalações da sua Fábrica. O grupo se compõe de 31 (trinta e uma) pessoas, entre Alunos e Professores, que se mostraram muito satisfeitos com tudo o que lhes foi dado ver aqui, principalmente máquinas e equipamentos relacionados com seus conhecimentos profissionais.

♦ Registramos e agradecemos e recebemos da Revista PETROBRAS (nº 237) e da Revista GUANABARA INDUSTRIAL (nº 78).

Os exemplares das excelentes publicações estão à disposição dos interessados, no Serviço de Relações Públicas da Fábrica.

EXPOSIÇÃO

Estiveram entre nós, durante os dias 15 e 16 de julho, os estudantes Milton Barroso Basson, de Paris e Henrique Costa, da Escola Técnica Federal de Campos, acompanhados do Sr. Milton Rozendo de Paris.

Os estudantes em visita ao pavilhão da 1ª Feira Nacional de Ciências e as realizações do período de 22 a 23 de setembro próximo, no Pavilhão de São Cristóvão, e receberam como tema para a Exposição, a fábrica da Guanabara, acompanhados do Sr. Milton Rozendo de Paris.

Reconhecendo o valioso propósito dos estudantes, a Alcalis procurou facilitar-lhes toda a material necessário a montagem do Stand, cedendo amostras de seus produtos, folhetos ilustrativos e diversas fotografias de seu conjunto fabril.

Casamentos

♦ Em cerimônias religiosas, na Matriz de N. S. de Bon-sucesso, na Guanabara, dia 5 de julho corrente contraíram núpcias, o Arquiteto João Antonio da Silva, da Divisão de Projetos, da Alcalis, e a Profa Ana Maria Marques, da sociedade carioca.

Registramos, também, o casamento dos nossos companheiros Glicéia Costa da Fousca (SEJURE) e Fernando Antunes (PESSEAL), realizado no dia 26 de julho, na Matriz N. S. da Assumpção, em Cabo Frio.

Em ambas as cerimônias compareceu uma grande número de pessoas, dentre elas vários convidados da Alcalis.

SOCIÁLCALIS se associou ao júbilo dos presentes e enviou os parabéns e votos de completa felicidade aos casais nubentais.

♦ Como acontece em todos os períodos de férias escolares, a Alcalis recebeu em sua Fábrica, no mês de julho, diversos estudantes Universitários e de Colégios Técnicos, que aqui vieram cumprir o período de estágio concedido pela Empresa, com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos teóricos adquiridos nos bancos escolares.

Da especialidade de Engenharia Química receberam os estudantes Mário Alberto Bear, Comyntho Silva Filho e Marcos C. Barreto; de Engenharia Mecânica, os estudantes Edois Luz e Edson Figueiredo; de Engenharia Elétrica os estudantes Erasmo do Abreu Azevedo, Miguel Ângelo H. G. Silva e Rodolpho Schilling e, finalmente, do curso de Eletrotécnica, os estudantes Luiz Sérgio Rangel de Sá e Ademir Sebastião Haber.

♦ Seguro de 1964 no valor de NCR\$ 13.000 (treze milhões antigos) foi pago pela Cia. de Seguros Netheroy à Sra. Isaura Cortes Dantas, viúva do empregado José Cláudio Dantas, tendo a Administração da Alcalis acompanhado todo o andamento do assunto junto à Companhia Seguradora.

♦ Victorino Carrizo acaba de receber da Cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, os diplomas de Membro Correspondente das seguintes entidades locais: Academia Interacional de Heráldica e Genealogia, Academia Interacional de Letras "3 Fronteiras" — Brasil — Argentina e Uruguai, Associação Uruguaiana de Escritores, Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, Academia Interacional de Ciências Humanísticas. Também foi agraciado com o diploma de Honra ao Mérito, concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, pelos bons serviços prestados à causa da poesia. Parabéns Carrizo!

HOMENAGEM

O Rotary Club de Cabo Frio estava reunido dia 12 do mês passado, quando prestou significativa homenagem à Alcalis, pela passagem do seu 37º Aniversário.

Dedicada ao Sr. Presidente da Alcalis uma belíssima Placa de Foz foi entregue ao Engº Edvaldo Rappaport Póvoa, que na ocasião, como Superintendente Industrial e, representando a Companhia, A referida placa apresentava gravados os seguintes dizeres: "Ao Gen. Edumundo Orlando, pelo transporte do 37º Aniversário da Alcalis, marco do desenvolvimento sócio-econômico da região.

A seguir, o rotariano Levy Quaresma dirigiu uma significativa oração à Alcalis, destacando com muita propriedade a participação ativa da Empresa na vida da comunidade local, cabendo ao Dr. José Carlos Fiebert da Costa, Chefe do Serviço Jurídico, fazer o agradecimento em nome da Companhia.

♦ Com extraordinário sucesso, realizou-se nos dias 26 e 27 de julho o 3º Festival da Cerveja, na Sede do Tamoio Export Trade.

Uma excelente cobertura publicitária e a tradição já firmada atraíram um grande número de pessoas. Aquela festa, consagrada e definitivamente ao ministério jurídico de Cabo Frio.

Os cascos com emblema da Alcalis, ofertados pela Empresa em benefício da promoção, foram muito procurados e dos primeiros a se esgotarem. Parabéns ao Tamoio e aos responsáveis por essa viciosa atividade.

Figura 18 – Seção Sociálcalis, edição nº 72

Fonte: AJ (1973, p. 8)

Cabe acrescentar ainda que, muitas vezes, a autoria dos textos era coletiva ou anônima, informando-se apenas a expressão “a redação”, “pela equipe” ou até “Diretoria”. O AJ, apesar de ser um informativo de uma empresa administrada por militares que tinha um general como editor-chefe – autor da maior parte das matérias –, não mantinha uma linha editorial tão rígida como se pode esperar para os parâmetros da época, conclamando abertamente colaboradores que tivessem algo a dizer. Um dos

exemplos é a convocação feita e assinada pela “Redação do AJ” ao colega alcalino, cujo texto solicitava “sua valiosa colaboração”, reivindicando a participação aberta com o fito de acolher e estimular “os pronunciamentos vocacionais, técnicos, literários e artísticos de seus colaboradores” (AJ, 1973, Capa).

Segundo o general Orlandini (1973, p. 57) o *AJ* simbolizava “**o espírito alcalino**: limpo, verídico, objetivo, autêntico. Sua feitura está condicionada aos princípios rígidos da boa moral e da legítima brasilidade e, talvez venha a ser, no gênero, um exemplar único” [grifo do autor]. Observando-se, no entanto, que não havia nenhum estímulo a colaborações de cunho político. Evidentemente, a tônica militar estava presente o tempo todo, com exaltações ao patriotismo, arroubos ufanistas, sem nunca deixar de noticiar os eventos relativos a comemorações de datas cívicas, como a Semana da Pátria. Nessa época, entre os anos finais de 1960 e início dos anos de 1970, a CNA promovia uma série de eventos, discursos, fanfarras, torneios esportivos, homenagens etc., tudo devidamente registrado na edição seguinte do *AJ*, conforme demonstra a fotografia, reproduzida na Figura 19, em que se destaca a presença de militares, e a Figura 20, com um editorial sobre a Semana da Pátria ilustrado com a imagem do desfile de alunos da Escola 20 de Julho e de várias escolas próximas.



Figura 19 – Presença militar constante nas festividades da CNA nos anos 1960
Fonte: Acervo da autora

A Figura 20, a seguir, traz a foto da capa da edição de setembro de 1971 do *Álcalis Jornal*, com o desfile dos alunos da Escola 20 de Julho durante as comemorações da Semana da Pátria.

O texto do editorial escrito pelo general Orlandini obviamente não trairia os ideais do golpe que mantinha uma casta privilegiada no poder, incluindo o comando militar e os parlamentares simpáticos á ditadura. As ideias redentoras veiculadas davam conta de um Brasil sem “castas privilegiadas”, um país em que as “oportunidades são iguais para todos”, em que “qualquer brasileiro” de “qualquer raça, cor, religião” poderia seguir carreira nas Forças Armadas. O objetivo evidentemente era melhorar a imagem negativa que o regime militar auferira após anos de censura e terror de Estado.



Desfilando no Arraial do Cabo para um enorme público, a Escola de Aprendizagem Alcalis e Escola Vinte de Junho, entre outras, contribuíram de forma brilhante para as comemorações da Semana da Pátria.

(REPRODUÇÃO NA 3.ª E 7.ª PÁGS.)

A Semana da Pátria

PRESIDÊNCIA

A IMAGEM do soldado está indelévelmente ligada à formação e preservação da toda e qualquer nacionalidade. Mas o militar de hoje não é o guerreiro opátrida e mercenário d'antanho.

O soldado de hoje é o cidadão filho da terra quando adestrado no manejo das armas porque, por motivos que não vêm a pélo comentar, para conservarmos a paz é preciso estarmos preparados para a guerra (tal vis pouco para bellum). Preservando as desapropriações para não sermos vendidos, por minoria audaciosa, a ideologias estranhas e avessas as nossas tradições e costumes, é preciso estarmos também aptos para manter a ordem interna contra o mau brasileiro e o inconstante inimigo.

No Brasil não existem castas privilegiadas. As oportunidades são iguais para todos. Qualquer brasileiro, independentemente de cor, raça, religião e fortuna, em querendo abraçar a carreira militar, ingressará em quaisquer de nossas escolas de formação militares, inclusive as do oficialato se tiver condições físicas, morais e intelectuais para vencer nos concursos.

A carreira das armas é um sacrifício a serviço da Pátria que não convém aos que ambicionarem riqueza ou tiverem por meta o poder político.

O militar profissional consagra sua vida ao Brasil e não tem regionalismos radicalizados. No desempenho de suas missões, prova sua contribuição profissional através todo o território nacional.

Seus filhos tanto nascem no norte como no centro ou sul do território pátrio.

A bíblia do militar é o dever com a Pátria, à qual se dedica de corpo e alma, jamais permitindo-lhe indagar o que lhe deve ela senão o que lhe compete ainda fazer por ela.

Dada sua formação moral, coloca sempre os interesses coletivos acima dos seus próprios.

Sem monoscoço a quem quer que seja, não é desarruinado, todavia, neste rápido comentário, lembrar a presença das Forças Armadas brasileiras em todos os pronunciamentos históricos da nacionalidade e nos empreendimentos pioneiros de longa duração.

A Independência política do Brasil e a República são frutos de suas atitudes, interpretando a vontade soberana do povo, aos quais podemos acrescentar, sem exagero, o pronunciamento popular com a Revolução salvadora de março de 1964, ainda em processamento.

No campo das iniciativas pioneiras de profundos reflexos na vida brasileira com vistas ao futuro e ao engrandecimento da Pátria, encontramos sempre a presença dos militares, citaremos ao acaso algumas delas.

O Serviço de Proteção ao Índio nas nossas selvas, e o desbravamento de regiões inóspitas para que por elas passasse a postulação de nosso telégrafo foi iniciativa militar que tem a presidência a figura legendaria do ilustre Marechal Rondon cuja obra ultrapassou nossa fronteira sendo conhecido e lembrado em terras estrangeiras. A atual Operação Rondon é um prolongamento desse pioneirismo.

O cultivo da educação física em bases nacionais teve na Escola de Educação Física do Exército a sua origem e de lá saíram os especialistas que cuidaram do preparo físico de nossos atletas que nos trouxeram a Copa Jules Rimet.

Se se desejaram informações geográficas do território brasileiro, há de ser no Serviço Geográfico do Exército, que se haviam de encontrar assim como informações oceanográficas e todo o levantamento hidrográfico de nossas costas marítimas e informações correlatas só a nossa Marinha de Guerra as proporcionam.

O Correio Aéreo Nacional, com seus denodados "bandeirantes do ar" foi incansável e continua a ser na missão de integração de núcleos populacionais praticamente isolados do "interior" nacional, obra que está ainda por ser devidamente estimada. O Instituto Militar de Engenharia, a princípio denominado Escola Técnica do Exército (da qual posteriormente permaneceu como Engenharia Industrial e aberta à civil, inclusive) introduzindo a formação de especialidades

(Conclui na 5.ª pág.)

álcalis jornal

Informativo da
CIA, NACIONAL DE ÁLCALIS
SETEMBRO — Nº 51 — ANO V — 1971

Produção

AGOSTO

| | |
|---------------|-----------------------|
| Barrilha | 10.353 t |
| Cal Viva | 7.285 t |
| Sal Combustão | 5.240 t |
| Calcário | 12.371 t |
| Salmoura | 32.588 m ³ |

(20.99 B4)

IV Salão de Arte

mostra bem o talento alcalino

Muito elogiado por quantos visitaram a nossa Exposição, aí está uma vista parcial do IV Salão de Arte.



Figura 20 – Capa do *Álcalis Jornal* edição nº 51 (set/1971)
Fonte: Acervo particular

Entre os exemplos de textos que buscavam valorizar e inculcar o patriotismo e o civismo, com pouca margem de dúvida, quase todos assinados pelo general Orlandini, cabe rever alguns (identificados por número de edição, mês, ano, página, título), também incluídos no livro do general Orlandini, *O Óbvio e ululante na Indústria*.

Na edição nº 12, de maio de 1968, intitulada *Parabéns p'ra você*, comemorando o primeiro aniversário do mensário, Orlandini escrevia que “em suas dimensões físicas, o ‘Álcalis Jornal’ pode ser pequeno, porém, no que tange à sua substância, simboliza ele o espírito alcalino”. Para o diretor o mensário “limpo, verídico, objetivo, autêntico” reforçava os princípios da “defesa da boa moral” e da “legítima brasilidade”, acreditando que o jornal se tornaria “um exemplo ímpar em sua categoria”.

Orlandini (1973) afirmava em seu livro que o informativo não se servia para veicular “o culto à personalidade e tiradas demagógicas”, bem como evitava o “sensacionalismo grotesco”, “noticiário estranho a Companhia Nacional de Álcalis e polêmicas”. Segundo o dirigente, os assuntos deveriam interessar exclusivamente aos empregados da Companhia, objetivando distanciar a comunidade das questões políticas, econômicas e sociais que ocorriam para além de seus muros. Contudo, o jornal autoproclamava-se “democrático e educativo”, aceitando a colaboração de qualquer membro da família alcalina, desde que respeitadas as regras que norteavam a publicação e, especialmente, para “pronunciamentos vocacionais, técnicos, literários e artísticos de seus colaboradores” (ORLANDINI, 1973, p. 57).

Orlandini, além de editor-chefe, colaborava com o editorial e em outros artigos, em que procurava “fomentar, cada vez mais, a consciência gregária, que nos há de conduzir, num futuro próximo, a uma mentalização capaz de consentir a reestruturação da Empresa nos modernos e avançados moldes preconizados pela **tecnocracia**” (ORLANDINI, 1973, p. 58) [grifo do autor].

Ao completar três anos de existência, na edição nº 36, de junho de 1970, denominada de “Três velinhas”, retomavam-se as mesmas diretrizes que se propugnava no primeiro aniversário do *AJ*, e o general ressaltava como uma das mais importantes virtudes “prestar-se às maravilhas ao papel de repositório de eventos da vida da empresa, impedindo que as origens desses eventos caíam em total esquecimento, sem deixar vestígios”. Segundo o “comandante”, o jornal “comenta, registra e grava no azado momento, para a posteridade, os acontecimentos na própria empresa e sua ação pioneira, fértil, evoluída e educativa na região” (ORLANDINI, 1973, p. 187).

Dessa forma as pautas mensais tratavam de assuntos que iam desde as realizações de infraestrutura a críticas às condições do município, como ampliação da vila industrial, construção do aqueduto para os resíduos industriais, modernização da rede telefônica, entre centenas de outras notícias, crônicas, opiniões etc. Também se ressaltava a assistência médica domiciliar e ambulatorial 24 horas por dia na CNA, cujo atendimento se estendia à população de Arraial do Cabo. Por meio do *AJ*, defendia-se que a CNA “responde pelo que de inteligente, desinteressado e sincero se pode encontrar e contar por estas paragens” (ORLANDINI, 1973, p. 189).

O editorial que comemora o primeiro quinquênio do *AJ*, na edição nº 60, de junho de 1972, afirmava que o “Lustro ilustre” cumprira, “exemplarmente, a sua missão de órgão informativo nestes cinco anos de sua fértil e construtiva existência”. Na ocasião, o general afirmava que “se não permitem desapregadoras [sic] e estéreis polêmicas e que condena taxativamente o culto à personalidade de quem quer que seja”. De acordo com o editor, buscava-se ainda valorizar a sintonia entre direção e execução.

Em seguida, a edição nº 68, de fevereiro de 1973, exibia o artigo *Novos caminhos*, assinado pela direção da Fevij, que tratava da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, em que o curso Primário e Ginásial foram transformados assumindo “características quase revolucionárias”, como diz o texto. A adaptação às novas normas exigia providências urgentes, pois “o preparo dos professores para o novo método de ensino e a explicação do mesmo aos responsáveis pelos alunos assumiram uma importância muito grande”. O ensino supletivo tomou novas feições, buscando “a rápida recuperação daqueles que, por qualquer motivo, não conseguiram a devida escolaridade ou a necessária qualificação profissional” (AJ, 1973).

O texto lembrava que a Álcalis, “visando não só o cumprimento de um dever de empresa mas, principalmente, pensando no bem-estar que traria aos seus Empregados o facilitar aos seu dependentes a escolaridade e o aperfeiçoamento necessários, instituiu a Fevij (...) para o cumprimento daquela obrigação”. Em contrapartida exigia “certa obrigação por parte dos empregados da Álcalis de demonstrar o seu reconhecimento por aquela decisão da sua Companhia” (AJ, 1973) matriculando os filhos na EVJ.

Na edição nº 76, de outubro de 1973, estava destacado o “Programa da E.V.J. na Semana da Pátria”, seguindo a diretriz de “formação cívica inspirada aos estudantes, através da Coordenação Cívica Escolar”, informa-se que “a Escola 20 de Julho empreendeu uma extensa programação comemorativa à Semana da Pátria”, que constava

de hasteamento da bandeira, palestra, posse de diretoria do Clube de Saúde Vital Brasil, gincana de saúde, dramatização e cânticos sobre o Brasil e seu folclore, instalação de um posto de vacinação antirrábica etc.

Os estudos assinalam que a EVJ promovia exposições de trabalhos exaltando o patriotismo e a defesa dos ideias da “Revolução de 1964”, conforme demonstra a Figura 21, a seguir.

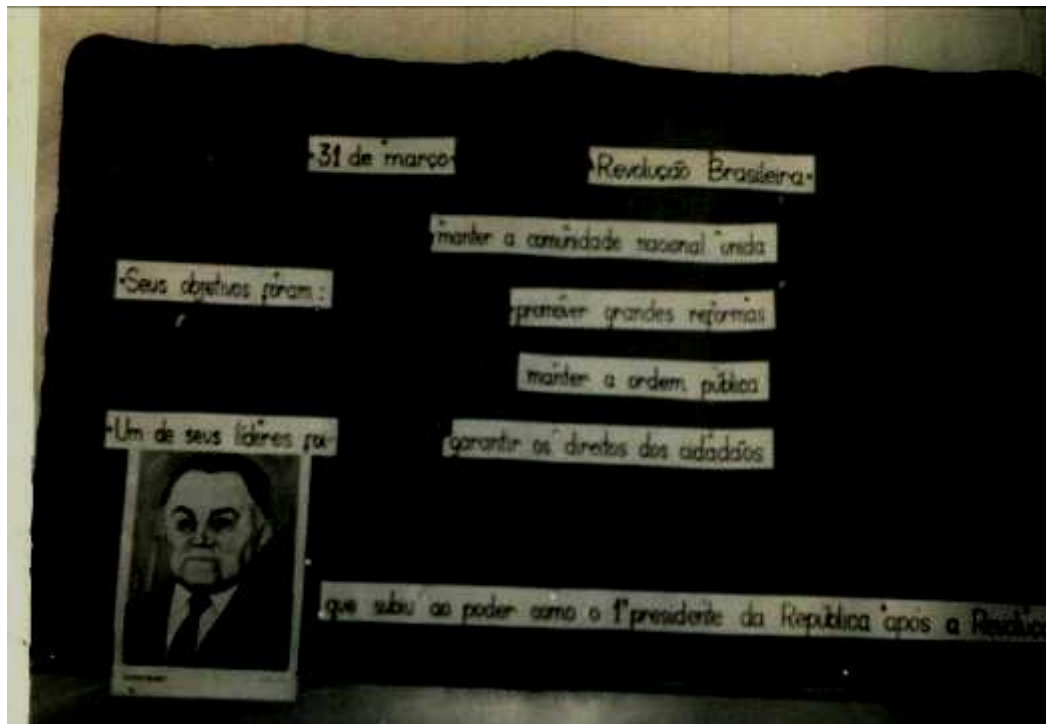


Figura 21 – Cartaz de atividade pedagógica na EVJ com o ideário da Revolução de 1964
Fonte: Acervo do Colégio Estadual 20 de Julho

Como a CNA possuía estádio próprio, eventualmente promovia torneios convidando escolas da região em períodos festivos, como em 2 de setembro de 1973, em comemoração à Semana da Pátria, quando participaram três colégios de Arraial do Cabo – Escola de Aprendizagem Álcis (EAA), Ginásio Quintino do Valle e Ginásio Pio XII – e um colégio de Cabo Frio: Ginásio Miguel Couto. As festividades eram realizadas no estádio de futebol da CNA. “O Troféu Independência ficou em casa”, como mostra a Figura 22, após a vitória da equipe da Escola de Aprendizagem da Álcis – EAA (AJ, nº 73, 1973).



Figura 22 – Foto e legenda originais da edição nº 76
 Fonte: AJ (1973, p. 5)

Para Chauí (2000), do período que vai da Copa do Mundo de Futebol de 1958 à Copa de 1970, o verdeamarelismo – conceito ufanista elaborado pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do país – perseverou como representação interiorizada da população brasileira que, sem distinguir classe, religião, etnia, permanece fiel mesmo quando tudo prova o contrário:

na perspectiva verde-amarela, o sujeito da ação é triplo: Deus e a Natureza são os dois primeiros, e o agente do desenvolvimento, da grandeza ou da modernização é o Estado. Isto significa que o Brasil resulta da ação de três agentes exteriores à sociedade brasileira: os dois primeiros são não só exteriores, mas também anteriores a ela; o terceiro, o Estado, tenderá por isso a ser percebido com a mesma exterioridade e anterioridade que os outros dois, percepção que, aliás, não é descabida quando se leva em conta que essa imagem do Estado foi construída no período colonial e que a colônia teve sua existência legal determinada por ordenações do Estado metropolitano, exterior e anterior a ela. É surpreendente, porém, que essa imagem do Estado se tenha conservado mesmo depois de proclamada a República (CHAUÍ, 2000, p. 26).

Os bordões ufanistas e a exacerbação da vitória da Seleção Brasileira de Futebol, trazendo a Copa do Mundo de 1970 para o país, entre outras iniciativas, eram escaramuças que pretendiam varrer para debaixo do tapete os desmandos do regime de exceção, que enfrentava problemas políticos, econômicos e sociais. O governo Médici investia maciçamente em propaganda para despistar o olhar da repressão política.

Sempre em busca de criar uma imagem positiva para o povo, os militares apropriaram-se da vitória da seleção em 1970, como na relação entre o milagre brasileiro e o tricampeonato, segundo Cordeiro:

(...) o clima de euforia proporcionado pelo *Milagre* foi sustentado em grande parte pela propaganda oficial do governo, *manipuladora* por definição. A instrumentalização por parte do poder da vitória na Copa do Mundo de futebol também consta sempre dessa memória: o governo e sua poderosa agência de propaganda teriam sabido canalizar os ganhos do tricampeonato a seu favor. Isso tudo ocorria enquanto os opositores do regime eram aniquilados nos *porões*, sem que a população soubesse ou pudesse fazer qualquer coisa para evitar (CORDEIRO, 2009, p. 43).

Evidentemente, o general Orlandini devia satisfações ao comando-geral das Forças Armadas, que governava o país, e não podia deixar de pôr em prática as orientações e diretrizes militares, buscando educar e instruir por meio do *AJ* com base no ideário político que procurava justificar o regime de exceção, como no editorial *A Semana da Pátria*”:

Para conservarmos a paz é preciso estar preparados para a guerra (...) para não sermos vendidos por minoria audaciosa, a ideologias estranhas e avêssas às nossas tradições e costumes, é preciso estarmos também aptos para manter a ordem interna contra o mau brasileiro e o inocente útil. No Brasil não existem castas privilegiadas. As oportunidades são iguais para todos (*AJ*, 1971, nº 51, p. 1).

3.4 A SEÇÃO “EDUCAÇÃO EM FOCO”

Uma reflexão inicial neste tópico do estudo se refere à importância da mídia impressa como fonte de informação para a pesquisa acadêmica. De acordo com Souza (2009), de modo geral, “os impressos enquanto fonte para a pesquisa tanto em História ou Educação apresentam variadas possibilidades de pesquisa”. Embora o autor se refira a problemas de conservação, principalmente de material mais antigo, os exemplares do *AJ* consultados para a presente pesquisa estavam em bom estado e foram digitalizados, o que garante a perenidade. Souza acrescenta que “os periódicos são riquíssimas fontes para a pesquisa em História e Educação. Seu encaminhamento metodológico e teórico cabe a cada pesquisador”. Assim, foram as edições consultadas do *AJ* que propiciaram algumas digressões e conclusões fundamentais neste estudo de recuperação da memória da Escola 20 de Julho.

A visão de docência do general Orlandini, que se depreende dos textos publicados no *AJ*, é um misto de “carinho paternal e admiração pela profissão”. Nas palavras do

general no artigo da edição de outubro de 1970, que consta também do livro deste autor, sobre a comemoração do Dia da Mestra (Dia do Professor em alguns Estados), “a IMAGEM que todos nós guardamos de nossa infância não é da **mestra** e sim a da **professorinha** gentil que pode ter sido até feia mas que para nós era linda, porque quem ama o feio bonito lhe parece” (ORLANDINI, 1977, p. 205) [grifo do autor]. O magistério do pré-primário e do primário (jardim e Ensino Fundamental I), segundo Orlandini, parece ter sido criado para ser exercido exclusivamente pela mulher. Politicamente incorretas para os padrões de hoje, tais ideias, já naquela época, deveriam, encontrar opositores em razão da discriminação de gênero, de imagem (feio/bonito), paternalismo, entre outras opiniões expostas pelo general. Nos anos de 1960, o magistério era tido como profissão eminentemente feminina exercida, na maioria, por moças cujas famílias podiam patrocinar-lhes os estudos, que, segundo Ferreira Jr. & Bittar (2006, p. 1.162), eram vistos como “A conjugação entre perfil feminino e padrão de ensino seletivo era um dos traços dos ‘anos dourados’ da educação brasileira, cujo auge foi exatamente a década de 1960”.

A partir dos anos de 1970, ocorrem mudanças nas nuances da formação da professora primária, que deixa os “ares” maternos e passa a ter de atender às exigências, cada vez maiores de um modelo social voltado para o aspecto econômico e profissional, quando a Lei nº 5692/1971 junta o ensino primário e o ginásial, formando um único bloco obrigatório, de oito anos, denominado ensino de 1º grau.

De acordo com Ferreira e Bittar:

a passagem da década de 1960 para a de 1970 foi marcada por mudanças estruturais no sistema nacional de educação. O regime militar, embalado pelo “milagre econômico”, estabeleceu claramente uma vinculação entre a educação e o modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção (FERREIRA JR. & BITTAR, 2006, p. 1163).

Como pode ser observado em estudo sobre o professorado do antigo Estado da Guanabara, em relação à valorização profissional, havia plano de carreira com base no tempo de serviço. Curioso acrescentar que o salário era pago em dinheiro por um funcionário público, o depósito em conta corrente só passou a ocorrer após a criação do Banco da Guanabara. Porém, a carreira dominada essencialmente por mulheres colaborava para a redução proporcional de salários, encarados com complemento para o sustento da casa (COUTINHO, 2007).

Em contraste a “gentileza” com que se lembrava da “professorinha”, Orlandini insurgia-se contra determinações governamentais na área educacional, quando alegava que “uma mentalidade oficial espúria e subliminarmente subversiva quis limitar a ação da professorinha exclusivamente à **instrução** cerceando-lhe o acesso à **educação** infantil” (ORLANDINI, 1977, p. 205) [grifo do autor]. Com isso, na defesa contundente do autor, tentava-se impedir que se despertassem e cultivassem nas crianças “as reações anímicas de sensibilidade, da moral e do civismo” (Idem).

Carinhosamente, o termo “professorinha” foi também usado por Paulo Freire em texto publicado na *Revista Nova Escola* nº 81:

A primeira presença em meu aprendizado escolar que me causou impacto, e causa até hoje, foi uma jovem professorinha. É claro que eu uso esse termo, professorinha com muito afeto. Chamava-se Eunice Vasconcelos, e foi com ela que eu aprendi a fazer o que ela chamava de “sentenças” (FREIRE, 1994, p. 18)

No entanto, em outro momento, o próprio Paulo Freire fez questão de distinguir: “Professora sim, tia não”, nome de seu livro que tem o subtítulo de “cartas a quem ousa ensinar”, acreditando que considerar a professora como tia é torná-la um parente postiço, é dizer que professoras, como boas tias, não devem brigar nem se rebelar: “A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma ‘inocente’ armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora, o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais” (FREIRE, 1997, p. 25).

Na seção “Educação em Foco”, divulgadora dos objetivos educacionais da CNA, sempre constante da página 2 do *AJ*, eram apresentadas questões ligadas ao ensino-aprendizagem e adequações às mudanças e reformas do ensino que aconteciam no país. Como a *Reforma ortográfica, que na* edição nº 56, de fevereiro de 1972, reproduzia na íntegra a Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, “que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa e dá outras providências” (*AJ*, 1972, p. 2).

A edição nº 70, de abril de 1973, apresentava *O novo método de ensino na E.V.J.*, pois, naquele ano, a EVJ passou a ser escola de Primeiro Grau, em razão de mudanças na legislação federal, o que levava à adoção de um novo método de ensino que pretendia “proporcionar ao educando a formação necessária ao seu desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”, como constava do artigo 1º da Lei nº 5.692, de

11 agosto de 1971. Questionava-se o professor como figura-chave, condição em que “os alunos, as crianças que são, deviam ser vistos mas não ouvidos”. Já se aventava na época a possibilidade de que, “modernamente, a figura principal numa sala de aula é o aluno”.

Em tempos tecnicistas, também era focado o planejamento educacional, como se vê na edição nº 72, de junho de 1973, no artigo intitulado *Vantagens de um plano de aula* – na coluna Supervisão de Ensino, assinado pela “Direção”, em que se demonstrava as vantagens de um plano de aula, uma vez que “previstas e estudadas a técnica, a ordem lógica e a aplicação de material necessário, além da antecipação mental de possíveis situações que a aula virá a comportar, terá o docente, com certeza, melhores condições de alcançar êxito na sua missão de orientar a aprendizagem”. O método de ensino incluía uma etapa da Unidade de Trabalho, “momento em que os estudos são sumarizados e sistematizados para maior fixação”, realizada em campo, muitas vezes com entrevistas a pessoas ligadas aos temas desenvolvidos em aula. Por fim, a fase de Avaliação, em que alunos e professores aferiam “os resultados obtidos durante os estudos, servindo de base para novos temas a abordar”(AJ, 1973, nº 72, p. 4).

Cabe destacar que as informações veiculadas nas edições do *AJ* não são suficientes para permitir maiores conclusões, pois não há livros, planos de aula, provas, cadernos de alunos e professores. Contudo após detalhada pesquisa no acervo do atual Colégio Estadual 20 de Julho, identificou-se o Planejamento da Escola de 1972, no qual na página 1, item II - Metas a Atingir, observa-se:

Uma unidade escolar, para bem funcionar necessita de planejar suas atividades para que consiga mais facilmente atingir os objetivos a que se propõe:

- conscientizar os professores da responsabilidade de cada um ao desempenhar sua função de educador;
- acompanhar e orientar, sistematicamente, o ritmo de trabalho dos professores e de todos os colaboram com a Escola.

Assim, é possível verificar que a escola destacava a importância em desenvolver um trabalho focado em objetivos e para tal processo tornava-se necessário um planejamento calcado em todas as etapas técnicas. Como reiterado, trata-se de vestígios que deixam entrever aspectos incompletos do que seria uma orientação educacional.

Outro aspecto observado na seção “Educação em Foco” era a disposição e iniciativa isolada principalmente das professoras com relação à educação inclusiva e

dificuldades de aprendizagem. O *AJ* e conseqüentemente a direção da *Álcalis* abriam espaço nas páginas do mensário para discutir essas e outras questões.

A edição nº 41, de novembro de 1970, por exemplo, teve o editorial focado na questão da inclusão e outros artigos relacionados também foram publicados em páginas diversas da que era destinada à seção “Educação em Foco”, demonstrando uma preocupação com aspectos da diversidade em sala de aula de que só se tem notícia em âmbito restrito, pois viriam a compor a pauta oficial de assuntos educacionais somente anos mais tarde. Na Figura 23, a professora Rejane ministra uma dessas aulas, consideradas de vanguarda para a época.

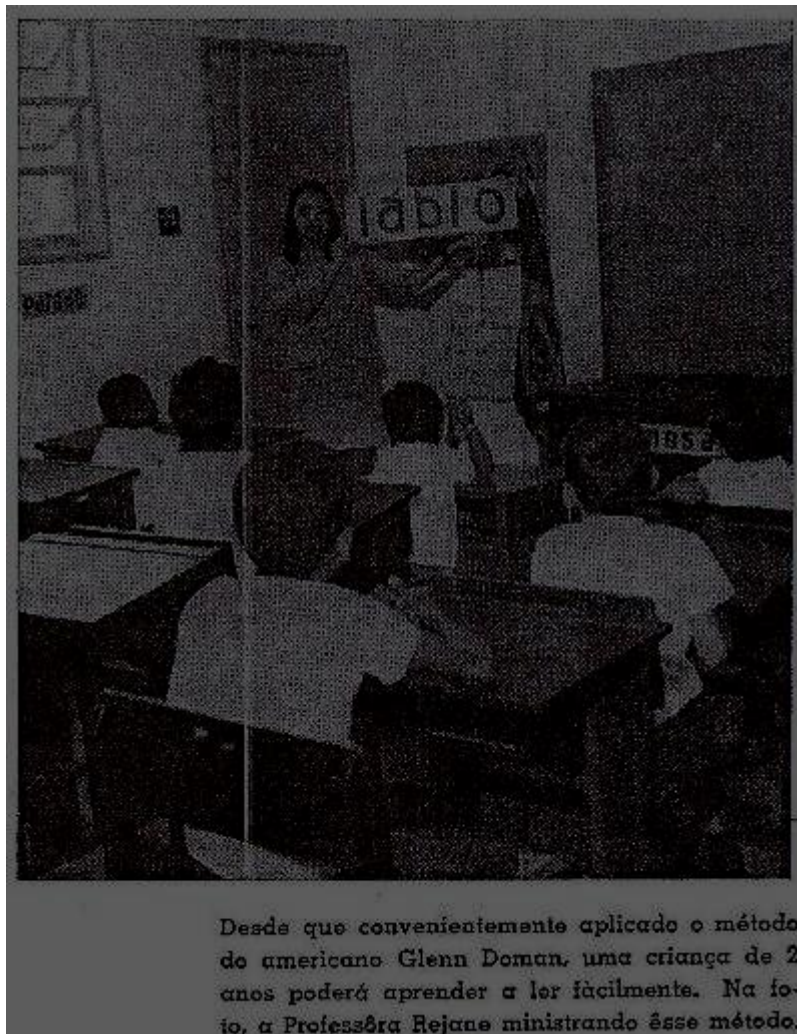


Figura 23 – Foto e legenda originais da edição nº 41
Fonte: *AJ* (1970, p. 4)

Na edição mencionada, assinado pela professora Rejane G. Maciel, o artigo *Uma turma especial* tratava de deficiências na coordenação motora, que poderiam levar as

crianças a apresentar cansaço, demora em executar as tarefas, perturbações na função perceptiva e na orientação temporal entre outros problemas, segundo a professora. Para tentar trabalhar as deficiências, o jornal informava que em 1968 se criou a primeira turma com 27 alunos entre 7 e 14 anos que apresentavam alguma dificuldade de aprendizagem e que, em 1970, eles já eram apenas oito alunos.

Hoje, observam-se diversos estudos e análises às turmas de “alunos especiais”, mas, na época, o *AJ* referia-se ao assunto como um trabalho inédito que merecia espaço na publicação feito isoladamente por professoras da escola 20 de Julho.

Além de “boa assistência pedagógica”, a professora Rejane listava providências que poderiam ser tomadas para auxiliar alunos que apresentassem algum tipo de dificuldade, entre as quais, a visita a um oculista ou otorrino, a realização de eletroencefalografia, o combate à verminose e uma maior participação dos pais nas tarefas e atividades escolares, participando de reuniões e fornecendo informações que ajudassem “para o levantamento de hipóteses”.

A edição nº 60 (jun/1972), na página 2, com o título *Mensagens aos pais*, trazia dois artigos com esclarecimentos aos pais sobre problemas que a maioria enfrentava com os filhos. No artigo de autoria de Léa Brun Pires, então diretora da EVJ, *Eles são diferentes*, a professora procurava alertar os pais sobre a natureza única de cada criança, as vivências naturalmente diferentes dos pais em função da época, exortando a compreensão, respeito aos gostos, perdão de pequenas faltas etc. Já o outro artigo, assinado pela professora Rejane, tratava da “criança-problema” lembrando que “as causas dos transtornos emocionais são em razão de espancamentos, ciúme de irmãos, rejeição da criança pela mãe, superproteção, pais ansiosos etc”. Atualmente, há muitas interpretações divergentes para tais questões, no entanto, na época defendia-se que era necessário orientar, compreender e buscar ajuda para lidar com situações complexas, muitas vezes, geradas pelos próprios pais, desenvolvendo uma ação preventiva de orientação à família e buscando garantir o amparo à criança e ao adolescente. Isso, nos tempos atuais, pode ser observado nas ações de garantia na proteção dos direitos da infância, amplamente divulgados através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Na página 2 da edição nº 72 (jun/1973), mas uma vez é desenvolvido um tema avançado para aquele período, pois a tônica com as questões de inclusão, só farão parte das discussões educacionais de maneira ampla ao final do século XX, principalmente,

após 1996, quando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, é estabelecido um capítulo exclusivo para este fim. Assim, no artigo com o título *Gagueira*, a professora Anna Maria M. da Silva trata da questão da gagueira e da dificuldade de aceitação pela sociedade de pessoas especiais. Com base em estudos de Johnson (1959), entre as sugestões para os pais de alunos com o problema, a professora aconselhava a que aceitassem o filho gago (“e não apenas o tolere”), dessem atenção quando ele tentasse falar e gaguejar, e o encorajassem a falar, promover a autoconfiança e atribuir-lhe tarefas, dando-lhe sentimentos de importância.

No planejamento da Escola 20 de Julho, no ano de 1973, ou seja, trinta anos antes da edição da Lei 10.639/2003, já se apresentava com ênfase essa temática, como pode ser observado no registro da Figura 24, a seguir, que mostra um instantâneo da entrevista com o africano Orlando Silvestre Dourado, residente na cidade de Arraial do Cabo discutindo a questão do negro entre os alunos da Escola.



Figura 24 – Foto original da edição nº 72
Fonte: AJ (1973, p. 2)

A matéria trata de questões hoje em voga, com o título de *Vantagens de um plano de aula*, no artigo da edição nº 72 (jun/1973, p. 2) composto uma foto e algumas linhas sobre um dos aspectos educacionais ligados ao plano de aula, a fase Unidade de Trabalho, discutia “a questão do negro”. O tema era bastante polêmico, numa época em que pouco se expunha tais assuntos nas escolas, o que perdurou até a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro

de 2003, a qual estabelece e garante as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo o tema no currículo oficial da rede de ensino brasileira.

Em maio de 1970, a página 2 da edição nº 35 do *AJ* trazia informações sobre o Centro Cívico Marechal Rondon, constituído de representantes da 3ª, 4ª e 5ª série, que expunham, relativamente, algumas contradições do regime militar. Aos alunos era permitido formar chapas para disputar eleições, havia campanha eleitoral e, após as eleições, solenidade de posse com a presença de representantes da administração da fábrica, do presidente da Fundação 20 de Julho, de professoras e alunos. Enquanto no país era proibido falar em eleições sob o risco de prisão, na CNA se davam lições de democracia para as crianças, permitindo o direito ao voto para 208 alunos naquele outono de 1970, como se pode ver, a seguir, na Figura 25.



Figura 25 – Fotos e legendas originais da edição nº 35

Fonte: *AJ* (1970, p. 2)

O flagrante da p. 2, da edição nº 35 de maio de 1970, citada, apresenta matéria sobre as eleições aos cargos administrativos do Centro Cívico Marechal Rondon, composto por estudantes da Escola 20 de Julho. Na Figura 25, foi registrado o momento

em que uma aluna deposita o voto e uma panorâmica do grupo que após o pleito compôs a diretoria.

A edição nº 53 (nov/1971), publicava na página 2 o artigo, *Alfabetização de adultos*, de autoria da professora Elvi V. Silva, que lembrava que o “analfabeto adulto encontra uma série de dificuldades na vida (...). Tem de depender de outras pessoas numa proporção muito maior do que aqueles já iniciados na educação”. Informava que, no segundo semestre de 1971, promoveu-se um curso de alfabetização de adultos pelo Método Dom Bosco²¹ por intermédio da Escola 20 de Julho. Dos catorze alunos que fizeram o curso, “dez obtiveram pleno êxito, já que alcançaram excelentes conceitos em prova escrita de PORTUGUÊS [grifo do jornal], que constou de leitura interpretativa, Gramática, Ditado e Redação” (AJ, 1971, nº 55, p. 2). Conforme esclarecia a professora Maria de Lourdes F. Barreira na seção “Educação em Foco” da edição 53 do AJ:

Tendo em vista adaptar o homem ao seu próprio meio, a Álcalis, através da Fundação 20 de Julho (FVJ), criou condições aos seus empregados de freqüentarem Cursos Supletivos, ministrados na Escola 20 de Julho, à noite (BARREIRA, 1971).

Embora as seções pretendessem ser estanques, de acordo com a página que lhes era atribuída, a linha editorial perpassava a todas com a temática do civismo, patriotismo, moral e bons costumes. Onde quer que encontrasse um recurso para renovar o interesse do leitor, o chamado “gancho” jornalístico, imprimia as marcas da ideologia militar vigente.

Outro artigo, na página 2, da edição nº 35 (jun/1970), relatava que a Coordenadora de Educação Cívica e Escolar do município de Cabo Frio, professora Leonor Maria C. Nascimento agradecia, em solenidade, ao general Orlandini as 37 bandeiras do Brasil presenteadas às escolas estaduais e subvencionadas pelo Estado.

Na ocasião Orlandini parabenizava a docente pela “ação dinâmica e vitoriosa em prol do desenvolvimento da Educação Moral e Cívica, consoante os princípios do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969”.

²¹ Elaborado dentro da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica pela Fundação Dom Bosco, Dom Bosco era um método que pretendia ser rápido e eficiente para que qualquer pessoa pudesse participar de projetos de alfabetização de adultos. ALMEIDA, Tiago de; BARROS, Lélío de. *Método Dom Bosco de educação de base: manual do monitor*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sono Viso do Brasil, 1971, 64 pp.

Atendia-se ao chamado da campanha lançada no ano anterior pelo então falecido presidente Arthur da Costa e Silva: “Uma bandeira para cada sala de aula”, título do artigo. As palavras ufanistas da professora Leonor foram reproduzidas no *AJ*:

(...) esteja certos que, daqui para frente, os nossos estudantes terão diariamente a convivência com o Pavilhão Nacional, desenvolvendo mais ainda a formação de caráter, o patriotismo e a ação, graças à ÁLCALIS que além de ser uma alavanca de progresso para o Brasil, também colabora para que o nosso país seja uma nação moral, ente indissolúvel e civicamente desenvolvida (sic) (*AJ*, 1970, p. 8) [grifo do autor].

Em 18 de junho de 1970, conforme artigo na página 2, da edição nº 37 (jul/1970), destacava-se a 35ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, na passagem por Cabo Frio, que teve participação dos alunos e professores da Fundação Educacional 20 de Julho. A corrida, patrocinada pela Liga da Defesa Nacional, partia de pontos diversos do Brasil e do exterior, objetivando homenagear a memória dos grandes vultos e fatos da história do país: “(...) *educar civicamente* os cidadãos brasileiros, e *unir todos* num laço harmônico e fraterno de cooperação e compreensão mútuas, bem como os pontos mais distantes do Território Nacional, num elo indestrutível” (1979, p. 8).

Sob o título *Dia do Soldado*, informa-se na página 2 da edição nº 51 (set/1971) que, no último 25 de agosto, a Escola 20 de Julho promovera uma solenidade cívica em homenagem a Duque de Caxias. O Centro Cívico Marechal Rondon da EVJ, responsável por promover as comemorações, apresentou um recital de poesias, orações, canções, e um guarda industrial foi sabatinado pelos alunos do 3º ano do 1º Grau. Assim, mais uma vez observa-se que nenhuma data cívica era desprezada das comemorações, denotando o grande esforço em imprimir, naquele espaço, preceitos que colaborassem na formação de uma consciência cívica, patriótica, com marcas de conservadorismo.

Entretanto, sob esse aspecto, cabe introduzir a opinião dos entrevistados no que se refere sobre a seção “Educação em Foco”. De acordo com a pesquisa realizada com ex-professoras e diretoras da escola, a visão das mesmas sobre a proposta educacional da Escola 20 de Julho confirma as declarações e argumentações do general Orlandini.

Para a professora regente A²², que atou na Escola 20 de Julho de 1969 até 1973, a proposta educacional era: “Excelente. Proposta de Escola de Primeiro Mundo. Não havia na região escola com esta proposta e funcionasse tão bem”.

²² As entrevistadas serão identificadas na pesquisa pelas letras A,B,C,D e E, a fim resguardar seus depoimentos.

Quanto aos artigos sobre educação publicados no *AJ*, a professora B entende que a seção “Educação em Foco” buscava fazer a divulgação do trabalho escolar e também incentivar o trabalho realizado pela equipe da escola.

A professora C, esposa de um dos engenheiros da CNA, que lecionou na Escola 20 de Julho de 1965 a 1968, afirma que no *AJ*:

Havia uma coluna dedicada à Educação, com o objetivo de divulgar eventos e projetos desenvolvidos pela escola, divulgar informações sobre o calendário escolar, matrículas, etc., além de publicar artigos ligados à psicologia e ao desenvolvimento infantil e a outros temas de interesse de pais e educadores.

Para a professora D, que assumiu cargo de diretora na Escola 20 de Julho em 1973, “Um grande colaborador e incentivador da divulgação dos trabalhos realizados pela Escola 20 de Julho foi o *AJ* na seção ‘Educação em Foco’”.

O *AJ* permitia ainda, a partir da seção “Educação em Foco”, divulgar alguns dos cursos que eram oferecidos na CNA: o Curso Supletivo da EVJ; o Curso Abelhinha Feliz, de nível pré-primário, que será visto a seguir, assim como a oferta de cursos da Escola de Aprendizagem da Álcalis, em que alguns faziam parte do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (Pipmo).

A seguir, apresenta-se o registro da celebração do encerramento das atividades do curso de Jardim da Infância (equivalente hoje a Educação Infantil – nível 2), no ano de 1973, oferecido na Escola 20 de Julho com a presença de docentes, alunos e mães. Dando ênfase ao investimento que a Escola demonstrava na educação Pré-Escolar, observam-se, na imagem da Figura 26, as crianças uniformizadas e a sala de aula com vasto acervo pedagógico ilustrando as paredes, o que denota, de fato, a boa condição material que a escola mantinha.



Figura 26 – Foto e legenda originais da edição nº 67
 Fonte: AJ (1973, p. 2)

Cabe aqui uma referência ao Pipmo, concebido pelo governo de João Goulart em 1963 e executado durante a ditadura militar até ser extinto, em 1982. O programa oferecia cursos profissionalizantes, que ocorriam em todo o país, para trabalhadores pouco escolarizados, com encaminhamento para o emprego, seguindo o ideário do “Estado de bem-estar social brasileiro”.²³

A partir de convênio com indústrias, associações de classe, instituições educacionais, muitos cursos eram oferecidos aos trabalhadores da CNA. Assim, o Centro

²³ “É possível afirmar, em consonância, que o caráter redistributivo do Welfare State brasileiro foi reduzido. Além da limitação em termos dos grupos atendidos, a seguridade social baseava-se mais em um sistema de redistribuição horizontal (entre indivíduos de um mesmo grupo) do que de redistribuição vertical (entre diferentes grupos). Uma das razões para isso eram os critérios de elegibilidade e provisão de benefícios. Uma parte significativa dos programas (em especial os que não possuíam caráter assistencialista) pressupunha a concessão de benefícios na medida da contribuição prévia para o sistema, tratando-se, obviamente, de um mecanismo incapaz de romper a inércia das +desigualdades”. (...) Os governos militares iniciados em 1964 inauguram a fase de consolidação do sistema, acompanhada por profundas alterações na estrutura institucional e financeira das políticas sociais, que vai de meados da década de 1960 a meados da década seguinte. Nesse período, são implementadas políticas de massa de cobertura relativamente ampla, mediante a organização de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de provisão de serviços sociais básicos.” MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Diretoria de Estudos Sociais do IPEA. Brasília: Ipea, 2001. ISSN 1415-4765.

de Treinamento da Fejiv oferecia, naquele momento, aos empregados da Álcalis alguns cursos e um seminário (AJ, nº 53, 1971), como apresentado abaixo, de forma resumida, mas que possibilita observarmos as oportunidades oferecidas.

Gerência financeira – promovido pelo Instituto de Administração e Gerência da PUC do Rio de Janeiro.

Estágio técnico para operadores de carregadeiras – realizado durante dois dias nas dependências da empresa Sotreq.

Curso de recrutamento e seleção – promovido pela Escola Técnica de Comércio Getúlio Vargas.

Seminário “Cibernética e desenvolvimento” – iniciativa do Centro de Treinamento de Pessoal do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Lubrificação industrial – patrocinado pelo Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra – PIPMO do MEC, ministrado nas dependências da fábrica com apoio de material audiovisual cedido pela Shell (AJ, nº 53, 1971).

Na efervescência de atividades realizadas pela comunidade alcalina e apresentadas pelo *AJ* na seção “Educação em Foco”, pode-se observar que entre o contato do leitor com as mensagens divulgadas, há um cardápio variado de ações sociais, culturais e educacionais à disposição daquele grupo, mas sempre indicando uma direção sobre o caminho a ser seguido, que deveria atender a ideologia dominante, com vistas ao “bem comum”, e uma devoção aos preceitos da Companhia, que ali representava o Estado.

Para dar notoriedade, mais uma vez, ao espírito necessário ao desenvolvimento de um pensamento coletivo, voltado unicamente para incutir o espírito de participação direcionada a ações de desenvolvimento de uma consciência nacionalista, na página 2 da edição nº 67 (jan/1973), o *AJ* fazia menção à Associação de Pais e Mestres da Escola 20 de Julho (EVJAMP), que era bastante participativa e promovia atividades extracurriculares como uma visita em 1972 para alunos do 5º ano da EVJ e alguns da Escola de Aprendizagem da Álcalis, acompanhados de professores, ao porta-aviões *Minas Gerais*, adquirido da Marinha britânica. A EVJ também era responsável por promover festividades, como no Dia das Crianças.

Ao longo das investigações para este estudo, em visita ao acervo do atual Colégio Estadual, foi encontrado um álbum de fotografias da Escola 20 de Julho ainda sob administração da CNA. Um registro, apresentado na Figura 27, das eleições da Associação de Pais e Mestres, dá um exemplo, ainda que limitado, dos processos considerados democráticos pela Companhia, num pleito para escolha de representantes daquela comunidade escolar, por meio do voto direto, como já havia ocorrido na formação do Centro Cívico Escolar Marechal Rondon, composto por estudantes da Escola.



Figura 27 – Foto registrando a Eleição da Diretoria da Associação de Pais Mestres
Fonte: Acervo do Colégio Estadual 20 de Julho

Este capítulo buscou apresentar o papel da imprensa local em uma comunidade de trabalhadores que viviam numa Vila Industrial com as famílias e cujos filhos estudavam em uma importante e significativa escola para cada um deles.

Em que se pese a ideologia presente em todas as atividades, percebe-se que a escola discutia questões como inclusão de alunos especiais e alfabetização de adultos, na com professores proficientes que aplicavam métodos modernos de ensino-aprendizagem, em espaços de criação pedagógica e com material didático apropriado às temáticas. Além disso, havia uma intensa atividade social que gravitava ao redor de uma bem-sucedida empresa estatal, produtora de insumos estratégicos para a nação. Contraditoriamente, em plena época de ditadura, o editor-chefe se interessava em produzir cultura e comunicação, registrando para a posteridade o dia a dia de cerca de 4.000 pessoas, por meio de um tabloide a que se dedicava entusiasticamente. Para Orlandini, provavelmente, aquele era um mundo a parte, o seu próprio “reino”, onde ele governava como senhor absoluto, embora com “participação e democracia”, limitadas pela forma como ele mesmo acreditava ser possível.

A seguir, discute-se as atividades educacionais na CNA, e as marcas e representações presentes nas memórias de ex-dirigentes e ex-professores, sobre aquele tempo e lugar.

3.5 AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DA ESCOLA 20 DE JULHO NAS MEMÓRIAS DE EX-DIRIGENTES E EX-PROFESSORAS

Como complementação do tema de estudo, foram realizadas entrevistas em busca de conhecer as impressões pessoais e memórias de dirigentes e professoras que atuaram na Escola 20 de Julho no período estudado (1969-1974).

Os depoimentos e entrevistas que reúnem as impressões pessoais e memórias de ex-dirigentes e ex-professoras que trabalharam na Escola 20 de Julho durante o recorte de tempo selecionado para esta pesquisa (1969 a 1974) de certa forma corroboram e complementam as ideias discutidas, as informações veiculadas, as questões de infraestrutura e ações educativas principais e complementares publicadas na coluna “Educação em Foco” do *AJ* e que dão pistas e ajudam a estabelecer um panorama ainda que tênue do contexto e orientação educacional naquela instituição mantida pela CNA sob direção do general Orlandini.

Segundo os depoimentos havia preocupação da diretoria da CNA em oferecer cursos de atualização para professores da Escola 20 de Julho assim como cursos de qualificação e aperfeiçoamento para os trabalhadores, como se vê no Quadro I – Ações em educação profissional (Apêndice B). Por exemplo, a edição nº 35 em mai/1970, tratava da conclusão do curso de gerência-geral na PUC/Guanabara para o chefe do Departamento de Engenharia; a edição nº 36, em jun/1970, informava sobre o Curso de Secretariado para funcionários da fábrica – patrocinado pela FEVIJ junto à empresa BUREAU – Núcleo de Assessoramento e Aperfeiçoamento de pessoal de empresas, da Guanabara; a edição nº 36, em jun/1970, convidava para aula especial para pessoas do sexo feminino – funcionárias da fábrica, professoras da Escola Vinte de Julho e esposas de funcionários – sobre atitude, apresentação pessoal, vestuário e postura; edição nº 37, jul/1970, informava sobre o Programa de Formações Profissionais da Indústria, lembrando que a Escola de Aprendizagem da Álcalis contava com mais sete alunos cumprindo estágio remunerado nas oficinas da Álcalis; na edição nº 41, nov/1970, a Fevij informava encerramento do Curso de Laboratorista, “em 23 de setembro último. Assim se aprovados nos exames finais, os 13 participantes estarão aptos a exercer sua fascinante profissão” (como resultados de acordo entre Álcalis e o Pipmo – MEC– Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra); na edição nº 41, de nov/1970, divulgava-se o curso Pert-Tempo, realizado no Centro de Treinamento da Fevij, no período de 23 de setembro a 04 de novembro daquele ano. Especificamente, esta capacitação buscava

transmitir aos cursandos conhecimentos e ideias para o aproveitamento total do tempo através do uso da programação comportamental; a edição 51, set/1971, sobre a solenidade na Escola de Aprendizagem Álcalis, “realizada no dia 26 de agosto findo”, de entrega de diplomas “de ex-alunos que compõem a primeira turma da escola, os diplomas profissionais emitidos pelo SENAI para as escolas que com ele mantêm acordo”; entre inúmeros outros cursos e palestras oferecidos gratuitamente.

Coutinho lembra que na década de 1960, no mandato de Carlos Lacerda, primeiro governador do Estado da Guanabara, recém-criado com a mudança da capital do país para Brasília, ocorriam igualmente cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura para as professoras primárias, o que não significava melhoria salarial, mas: “as professoras participavam desses cursos porque os consideravam essenciais para sua formação profissional (...) cursos como educação alimentar, literatura infantil e atividades em biblioteca e auditório e de relações humanas” (COUTINHO, 2007, p. 146).

Não foi possível verificar se os cursos realizados pelas docentes da Escola 20 de Julho traziam melhorias salariais, ou se as professoras tinham plano de cargos e salários, mas observamos nos relatos das entrevistadas que o provento pago pela CNA era maior do que os salários pagos na região, inclusive os pagos pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura (R.J.)

Novamente, verifica-se que eram oferecidos recursos materiais e apoio da direção da Álcalis para que as professoras pudessem realizar um bom trabalho, participando de constantes programas de capacitação. Além disso, as discussões, alertas e esclarecimentos propostos no AJ, especificamente na coluna “Educação em Foco”, envolviam também aspectos psicológicos e comportamentais dos alunos.

Na edição nº 26, ago/1969, sob o título “Alguns problemas do comportamento Infantil – II – Mentira”, discutia-se a questão da criança aluno que mente; na edição nº 36, de jun/1970, em Mensagem aos pais – “Nunca é cedo demais” – tratava-se de noções de educação sexual para crianças; na edição nº 37, jul/1970, “A importância da orientação – Crianças na 1ª série para todos os hábitos escolares”, alertava-se sobre a necessidade de ter cuidados com uniforme e material e de fazer as tarefas de casa; na edição nº 51, set//1971, “O ambiente do Lar”, propunha-se o debate sobre o fato de as crianças sentirem e refletirem as condições ou problemas existentes entre os pais; na edição nº 60, jun/1972, “Criança-problema”, debatia-se a questão do comportamento agressivo, assim como na edição nº 77, nov/1973, “Maneiras fáceis de fazer um delinquente”; e na edição

nº 72, jun/1973, o tema era “Gagueira”, entre tantos outros artigos relativos à formação da criança.

Segundo a ex-dirigente E²⁴:

(...) a proposta da Escola 20 de Julho era “sócio interacionista desenvolvida por projetos de trabalho e elaborada pela equipe de orientação educacional/pedagógica, corpo docente, administração e família. Todo o currículo era construído por atividades, através das quais o aluno era incentivado à autonomia. A pesquisa (coleta de dados, análise dos dados, conclusão e visão crítica) era desencadeada em cima de situações-problemas, por “disparadores” que envolviam toda a comunidade escolar. As culminâncias eram montadas pelos alunos e tinham a participação das famílias. O processo da aprendizagem era bimestral e uma grande importância se dava à “recuperação paralela”. Dessa forma, o índice de reprovação era mínimo e as conquistas individuais e coletivas faziam da convivência uma aprendizagem saudável. Os Conselhos de Classe eram realizados mediante apresentação de relatórios sobre os alunos, discutidas as propostas para a melhora dos mesmos (intelectual e comportamental), cujos resultados eram encaminhados às famílias, através de boletins e de informes gerais.

Comparativamente, Coutinho (2007) também recupera das memórias de entrevistas que realizou com docentes da década de 1960 no Estado da Guanabara as reuniões regulares com os pais, do que se depreende que tais encontros eram prática comum disseminada no ensino público.

Continua a Professora D no relato das memórias:

Na verdade, a biblioteca era um ambiente vivo: Ali eram projetados, na tela apresentação dos títulos, objetivando o incentivo à leitura. A professora responsável preparava transparência também com ilustrações de histórias que eram contadas às crianças das classes iniciais. O ambiente era, escolhido como, ponto de encontro das turmas mais adiantadas que organizavam e aí apresentavam peças teatrais. Convidavam duas ou três classes, caracterizavam-se e ficavam tudo pronto, com plateia e o que mais quisessem.

Poder contar com recursos materiais de ponta para a época, como projetores de slides e retroprojetores para incentivar a leitura bem como a possibilidade de realizar peças teatrais com os recursos necessários, também constituíram um diferencial na Escola 20 de Julho, pois a maioria das instituições de ensino públicas tinha orçamento restrito. A CNA, tendo-se beneficiado para sua criação do fundo de recursos do Instituto Nacional do Sal (INS), certamente apresentava um contexto diferenciado.

²⁴ Entrevista concedida em 04 de janeiro de 2011.

No que se refere às lembranças sobre as festividades e comemorações que a Escola promovia, a ex-diretora D traz o seguinte cenário:

O calendário de efemérides e de comemorações era seguido com “pomposas e circunstâncias”: Dias dos Pais e Dia das Mães, Dia das Crianças, festa junina, Auto de Natal, Dia da Árvore e dos Animais, festa do livro..., datas cívicas dentro e fora da Escola. A Escola participava dos desfiles cívico e se fazia representar engalanada no dia da Pátria e nos festejos de aniversário do município.

Além das datas familiares, as datas cívicas eram momentos de louvor ao país, ao Comando Militar, ao governo de exceção como salvador da pátria. A partir dos acordos Mec-Usaid, o relatório Meira Mattos e o Atcon referiam-se às manifestações de estudantes, afirmando que a universidade brasileira era retrógrada e propunham a modernização, tornando-se a disciplina de Educação Moral e Cívica e de Educação Física obrigatórias nas escolas desde o 1º grau (CHAGAS, 2008). Os militares também achavam que os brasileiros eram muito “relaxados” com o civismo, passando a orientar a formação de sujeitos para defender o país e obedecer às leis; e “de tornar o cidadão menos questionador e mais obediente”.

Isso dava novo fôlego ao ufanismo e às ideias patrióticas, de modo que as comemorações cívicas eram exacerbadas e preparadas com “pompa e circunstância” como refere o depoimento da diretora entrevistada.

A coluna “Educação em Foco” na edição nº 36, jun/1970, trazia no título “Uma Bandeira para cada Sala de Aula”, sobre a oferta da Álcalis de 37 bandeiras do Brasil às Escolas Estaduais e às subvencionadas pelo Estado, existentes no município de Cabo Frio; na edição 37, jul/1970, “Fogo Simbólico da Pátria” lembrava a 33ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, durante a passagem por Cabo Frio, em que alunos da Fevij participaram do cortejo até a Álcalis, em Arraial do Cabo; na edição nº 42, dez/1970, “Dia da Bandeira” lembrava que: “Dentre muitas atenções da Empresa aos seus componentes humanos, está o desenvolvimento de u’a mentalidade de civismo e de sadio patriotismo, poderosos sentimentos de nossa nacionalidade”. Era uma festa em toda a empresa envolvendo a Escola de Aprendizagem da Álcalis e a Escola 20 de Julho; na edição nº 64, out/1972, “Centros Cívicos Escolares festejam o Sesquicentenário”, fazia-se uma homenagem: “Merecidamente elogiada pelas autoridades e demais convidados, inclusive representantes da Álcalis, apresentação do Programa comemorativo do Sesquicentenário da Independência, organizado pela Coordenação Cívica Escolar do Município a cargo da Profª Leonor Maria C. Nascimento,

no dia 21 de setembro de 1972”; a edição nº 70, abr/1973, “Comemorações Escolares – 31 de março” enaltecia a Comemoração ao 9º aniversário da Revolução de 31 de março, quando a Fundação Educacional Vinte de Julho desenvolveu variada programação cívico-escolar; na edição nº 76, out/1973, “Programa da EVJ – na Semana da Pátria” fazia alusão ao “clima de formação cívica inspirada aos estudantes, através da Coordenação Cívica Escolar, a Escola Vinte de Julho empreendeu uma extensa programação comemorativa à Semana da Pátria”.

Um aspecto trazido pela ex-diretora D e que sem dúvida pode ser observado nos registros fotográficos durante a pesquisa foi o incentivo aos esportes envolvido por uma idéia de civismo.

O verdeamarelismo descrito por Marilena Chauí (2000) foi recuperado pelos militares com a Seleção Brasileira de Futebol em 1970, que conquistou o Tricampeonato Mundial. À época, a ditadura contratou uma dupla de cantores – Dom & Ravel – proscrita durante um tempo pela população intelectualizada.

Segundo Ravel:

O governo militar utilizou sucessos como “Eu te amo meu Brasil”, “Só amor constrói” e “Você também é responsável”. Quando fizemos “Você também é responsável” logo em seguida o governo lançou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). (...) Na época da ditadura eles nunca pediam nada. Eles mandavam. O medo pairava porque nós ouvíamos os papos que sumiu fulano, desapareceu ciclano!.. Os artistas procuravam tomar precauções (CENSURAMUSICAL.COM, 2012).

O futebol, um esporte cuja prática é de baixo custo, bastando duas pedras para fazer às vezes das traves e uma bola de capotão, disseminado de norte a sul do país, identificava os brasileiros campeões. Segundo Chauí (2000), esse ufanismo, que vai do período da Copa do Mundo de Futebol de 1958 à Copa de 1970, era incentivado também na CNA, que patrocinava competições esportivas e convidava as escolas do entorno a participar.

As fotos reunidas nesta pesquisa constituem material documental que servem de testemunho das ações da Álcalis no período deste estudo. A Figura 6 mostra o time de futebol de salão da CNA no Hotel da CNA, na Praia do Anjos em 1963; a Figura 5 traz imagem do discurso de dirigente da CNA em Torneio de Futebol de Salão na Quadra do Hotel da CNA, na Praia dos Anjos em 1963; a Figura 22 registra o momento de entrega do “Troféu da Independência” ao capitão da equipe da Álcalis, que venceu o torneio.

Aqui a ex-dirigente E faz menção a três aspectos que norteavam o projeto educacional da Escola 20 de Julho, no embasamento de suas ações, ou seja, além dos aspectos de formação dos alunos. Eram eles: o suporte para o apoio das famílias no

desenvolvimento escolar de seus filhos, o investimento na capacitação dos profissionais que atuavam na Escola e a participação das mães em um projeto educativo, preparado exclusivamente para elas, o que certamente deveria aproximá-las mais ainda daquele espaço de aprendizagem.

Cumpria-se um calendário anual de reuniões de pais. Nestas reuniões eram tratados temas educacionais, apresentados ora pela equipe da própria Escola, ora por convidados especializados no assunto. A entidade Mantenedora Fundação Educacional Vinte de Julho (FEVIJ) mantinha o “Curso de Verão”, um curso de atualização do Corpo Docente, realizado anualmente, no mês de fevereiro. A Coordenação Pedagógica e Educacional cabia cumprir e fazer cumprir o calendário pedagógico e de orientação educacional junto as Professoras, Pais e Alunos. As festividades cívicas, esportivas e culturais fluíam intra e extramuros, com muita animação e participação da comunidade escolar desde que solicitada. Muito interessantes foram as atividades do “Clube das Mães”, desenvolvido na Escola da seguinte maneira: as mães compareciam “voluntariamente” à tarde, das 14h às 17h, instalavam-se no refeitório e/ou na cozinha, onde os cursos eram realizados, dentro de um horário semanal previamente organizado: crochet, tricot, flores, biscuit, culinária, bordado, artesanato,... seguido de exposição.

Quanto à produção de material por professores e direção para a coluna “Educação em Foco” do *AJ*, declara a ex-diretora C²⁵:

O Jornal *Álcalis* não fazia parte do nosso cotidiano de obrigações de produção. Ele circulava, mas, entre os empregados. Assim nossa participação era pequena e mesmo assim, quando solicitada. A finalidade do Jornal da *Álcalis* era que seus empregados tomassem parte dos assuntos gerais e sociais da empresa e com isso os pais participavam e conheciam mais detalhadamente, o que era feito sobre “Educação” na Escola 20 de Julho e n Fundação Educacional 20 de Julho.

Assim, verifica-se que a visão sobre os objetivos do jornal é coerente com o que disseram as demais entrevistadas.

Com relação ao corpo docente e ao desenvolvimento das ações pedagógicas, as memórias também são uníssonas, como afirma à dirigente C:

A Escola 20 de Julho tinha um grupo de professoras da mais alta categoria. Prestimosas, capacitadas, dedicadas e, por ser uma escola que lhes dava todo suporte didático, ela atuavam com toda segurança. Havia sala, especificamente para surdos e mudos e acompanhamento psicológicos para alunos e pais. No meu período, como diretora, havia 3 turnos (manhã, tarde, noite).

As entrevistadas invariavelmente defendem a proposta educacional, a direção da escola, a disponibilidade de recursos, a liberdade de propor e criar e as oportunidades de

²⁵ Entrevista concedida em 02 de março de 2012

oferecer ensino de qualidade, denotando que suas passagens profissionais pela Escola 20 de Julho lhes propiciaram uma experiência valorosa.

No dia 06 de fevereiro de 1974, em Niterói, no Gabinete da Secretária Estadual de Educação, Professora Marília Santos da Franca Vellozo, representando o Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro e por parte da CNA, o seu Presidente, Gal. Edmundo Orlandini e o Diretor Superintendente Administrativo, Dr. Sílvio Leitão; assinam o Termo de Convênio²⁶ entre si, deixando a Álcalis de manter ensino próprio, de uma escola do sistema privado²⁷ e optando a partir de 1º de janeiro de 1974 a contribuir para o salário-educação, e o Estado passando a administrar a Escola, que conforme termos deste convênio, continua a ser denominada, 20 de Julho, administrando ensino de 1º Grau, porém na esfera do sistema estadual e que agora adotava a designação de – Escola Estadual 20 de Julho.

²⁶ Anexo C – Termo de Convênio entre Estado do Rio de Janeiro e Companhia Nacional de Álcalis

²⁷ Anexo D a G – Documentos do acervo da Escola Estadual 20 de Julho, referentes sistema de ensino que a Escola atuava. Documentos da Escola em 1972.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação, genericamente entendida como o ato ou efeito de educar, consistiria no desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais ou morais, e temos então a educação física, a educação moral e cívica, a educação intelectual etc. Mas, estritamente falando-se, educação define-se melhor quando se aproximando melhor da idéia de aclimatação, de ajustamento das criaturas à maneira de vida ditada pela moral de uma sociedade (general Edmundo Orlandini, *Álcalis Jornal*, edição nº 41, nov/1970).

O estudo em pauta buscou apresentar alguns aspectos presentes na proposta educacional da Escola 20 de Julho, por meio da análise do AJ. Mais precisamente de sua seção “Educação em Foco”.

A Escola 20 de Julho era mantida por uma empresa estatal, dirigida por um militar, em uma época da qual os principais protagonistas já desapareceram e cuja empresa também já encerrou suas atividades.

No entanto, restaram vestígios, rastros, indícios, traços, bem preservados, em forma de edições de um tabloide mensal – o AJ – que registrou durante os anos de 1969 a 1974 – período de recorte temporal da pesquisa – as questões educacionais que se reportavam à Escola 20 de Julho, instituição educacional guarneçada dentro dos limites dos muros da CNA e servindo a uma comunidade formada por famílias de trabalhadores que chegavam a 4.000 almas.

Ajudaram na restituição da época e complementaram as informações sobre as atividades, ações, iniciativas e propostas de ensino-aprendizagem e da prática docente e discente da Escola 20 de Julho três ex-professoras e duas ex-dirigentes que lá trabalharam no período especificado para a realização desta pesquisa.

A revisão da literatura de autores que se dedicaram ao tema da educação especialmente nos anos 1960 e 1970 e/ou vivenciaram essa época tumultuada e rica da história nacional, sob a truculência de um governo militar repressor e violento, além de documentação adicional, como fotografias, folhas de ponto, legislação etc., auxiliaram a recomposição do contexto investigado.

Ao dissecar as matérias do AJ, mais específica e atentamente a coluna “Educação em Foco”, é possível descortinar um panorama do que foi uma comunidade privilegiada não só em termos de educação formal e cursos profissionalizantes, mas também, de certa forma alijada – e/ou protegida – das intempéries do entorno.

A primeira ideia que emerge é de uma fortaleza, uma cidade fortificada, em que os habitantes – sem ter de sair daquela fortificação para ganhar a vida – encontram tudo de que precisam, de alimento a vestuário, escola para os filhos, emprego para os maridos e casa própria, onde as donas de casa cuidam do lar e organizam a vida da família.

Mas essa bonança tinha um preço. A LDB de 1961; os acordos Mec-Usaid, a Reforma Universitária de 1968, a LDB de 1971 ou Reforma do Ensino Básico, pelas mãos dos militares, foram corroendo a propositura inicial e transformado o ensino numa seara onde se plantariam as diretrizes políticas e técnicas de reorientação do sistema educacional brasileiro, em função das exigências do capital internacional, que assim concretava um alicerce seguro para os investidores estrangeiros. Profissionalização era a palavra-chave, ao mesmo tempo em que se apartava a consciência crítica e a vontade própria dos estudantes e das massas em nome de um Estado de Segurança Nacional de cunho ditatorial.

Assim, na CNA trocava-se educação para os filhos dos trabalhadores, segurança no emprego, facilidades de abastecimento por formação de mão-de-obra qualificada e a fidelização de uma comunidade que vivia em um “modelo” de paz e satisfação.

O quadro descrito acima não tem apenas aspectos controversos; sempre há outro prisma a considerar. Afinal, mesmo o governo militar falhou inúmeras vezes no intento de “fechar a boca” dos descontentes, castrar o pensamento crítico e censurar a imprensa livre, combater e criar uma unanimidade que lhe fosse subserviente, ainda que com “ajuda externa” e dispondo de todos os recursos para conseguir o que queria.

Recuperar o passado, cavoucar as memórias e proceder a uma arqueologia de um período histórico nem sempre é tarefa fácil ou recompensadora. Neste caso, no entanto, foi possível encontrar vestígios suficientes para recompor alguns aspectos do pensamento educacional e especular sobre a provável influência na formação dos alunos filhos dos trabalhadores da CNA e do pai e mães que podiam participar de cursos profissionalizantes e atividades culturais formativas e informativas.

Uma questão que se põe imediatamente é qual a intensidade ou extensão desse conhecimento extraído de edições de um tabloide interno a que se teve acesso em uma empresa estatal e de depoimentos de cinco ex-colaboradores que trabalharam na Escola 20 de Julho no período de 1969 a 1974?

Com base nos dados manipulados neste estudo é possível saber que as iniciativas de ações de aproximação da família ao processo educacional dos filhos, a capacitação de professores aos novos métodos e processos de ensino, a abertura de classes de alfabetização para jovens e adultos, de classes com alunos com “problemas de

aprendizagem”, hoje, temas cotidianos no espaço escolar do país, naquela escola e naquele período eram incentivadas e levadas adiante por professoras e diretoras, que participavam ativamente da constituição do arcabouço pedagógico da Escola 20 de Julho.

Cabe ressaltar ainda, as comemorações cívicas que tinham um duplo efeito. Aliadas ao verdeamarelismo do “país do futebol” que ganhara ímpeto com a conquista do Tricampeonato Mundial, deveriam trazer o desejo de servir à pátria e ser subserviente a um Estado ditatorial, porém o país todo se inconformava com a censura e a truculência, o temor era companhia constante, e o que deveria ser submissão crescia em forma de reivindicação por liberdade e democracia. E o país se unia novamente no verdeamarelismo de repúdio à ditadura.

O general Edmundo Orlandini é um tema à parte. Enquanto militar que devia obediência ao Estado Maior do país, não precisou lidar com rebeliões ou greves enquanto administrava a CNA. Durante o período pesquisado, publicava um jornal mensal de pequenas dimensões, que procurava demonstrar a orientação educacional na escola que a Álcalis patrocinava. Aberto à participação da comunidade alcalina, o tabloide chegava aos cerca de 4.000 habitantes da Vila Operária e trazia informações tão variadas como questões técnicas acerca de um equipamento recém-adquirido, como também parabenizava aniversariantes e recém-nascidos. Mantendo sob as asas tanto o *AJ* quanto a Escola 20 de Julho, Orlandini propiciava uniformes e equipamentos esportivos aos alunos, retroprojetores, materiais diversos e recursos para as professoras, cursos de atualização, qualificação, profissionalizantes, aulas de economia doméstica e de educação sexual, palestras sobre os mais variados assuntos, tanto da esfera dos trabalhadores como da comunidade como um todo, um centro cívico dirigido por alunos que assumiam os cargos após vencer eleições livres em que todos participavam – enquanto lá fora era trancafiado quem ousasse falar em “diretas já”.

Na retrospectiva deste estudo, verifica-se que, embora outras escolas gratuitas dispusessem de infraestrutura razoável, é unânime na fala das entrevistadas a noção de que o ensino na Escola 20 de Julho possuía uma qualidade de recursos singulares nos áureos tempos da CNA.

Podem ser apenas arroubos saudosistas declarações das entrevistadas como “*exemplo para as outras escolas*”; “*a escola não podia mais ser comparada com o que era no tempo da Álcalis*”; “*inovações pedagógicas*”; “*Houve uma mudança significativa, pois não foi possível o Estado manter a qualidade empreendida no ensino que a Escola na*

época da Álcalis oferecia “; “proposta inovadora de educação integral”; “uma educação de 1ª linha, que naquela época, não existia em nenhum município da região”; entre tantos outros elogios de professoras e diretoras à escola a que em que haviam trabalhado.

Levando-se em conta que as entrevistas foram feitas isoladamente e que as entrevistadas não mantêm contato entre si, é possível admitir que a unanimidade em relação à orientação educacional inovadora, a liberdade de criar, propor, expor e executar ideias e iniciativas que hoje se tornaram comuns, dentre inúmeras ações que colocavam a Escola 20 de Julho adiante de seu tempo, tinham razão de ser.

Curiosamente, Arraial do Cabo ganhou lugar na história da educação em razão da iniciativa de um general, editor-chefe de um tabloide que registrou importantes momentos da vida de uma Vila Operária que subsistia no entorno da produção de barrilha, que encontrou professoras e diretoras dedicadas a profissão que abraçaram em nome da causa da educação e tiveram a oportunidade de dispor de condições e recursos para desenvolver ideias e práticas educativas e crescer como profissionais, aperfeiçoando-se e participando de cursos de capacitação oferecidos pela CNA, fazendo a diferença no quadro da educação regional.

Todavia, essa é apenas uma parte dessa história e muitas outras histórias sobre a Álcalis, seus objetivos, seus trabalhadores, suas escolas, ainda devem ser contadas trazendo a tona, um tempo e lugar que o general Orlandini, por meio do seu jornal, tanto quis eternizar.

REFERÊNCIAS

ALERJ. História e organização. Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara Informações e Produtos Parlamentares. Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_aleg_prod_link3.htm>. Acesso em 12 jul. 2012.

ALMEIDA, Mariana Aparecida Paes. Métodos alfabetizadores: *Reflexões acerca da prática pedagógica de uma professora de 1ª série do ensino fundamental*. PUC. 2008. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/344_948.pdf>.

ALMEIDA, Tiago de; BARROS, Lélío de. *Método Dom Bosco de educação de base: manual do monitor*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Sono Viso do Brasil, 1971, 64 pp.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BARÇANTE, L.C.; CASTRO, G.C. *Ouvindo a voz do cliente – transforme seu funcionário num parceiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. 120 p.

BEKIN, Saul F. *Conversando sobre endomarketing*. São Paulo: Makron Books, 1995.

BOMENY, Helena. O Brasil de JK> Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC-FGV. 2012. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento>>. Acesso em 18 jul. 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16 jun. 2011.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 23 ago. 2011.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 19 de mar. de 2012.

_____. Lei n. 9394, de 2 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 23 ago. 2011.

_____. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 18 mar. 2012.

BRUM, A. M. *Endomarketing como estratégia de gestão: encante seu cliente interno*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

CARVALHO, J.A.M.; GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003.

CENSURAMUSICAL.COM. Dom & Ravel: traidores ou injustiçados? Disponível em <www.censuramusical.com/includes/entrevistas/RAVEL.pdf>. Acesso em 28 jul. 2012.

CHAUÍ, Marilene. *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, 103 p. Coleção História do Povo Brasileiro.

CHAGAS, Juliana. Anos de chumbo na educação. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fiocruz. Nov. 2008. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Destques=1&Num=3>>. Acesso em 28 jul. 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação à organização e controle*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

CNA. Companhia Nacional de Álcalis S/A – Relatório das Atividades da C.N.A., em 1957 – Capítulo (I). Rio de Janeiro – Cabo Frio – Distrito de Arraial do Cabo.

CORAZZA, Gentil. *Revista Ensaio Fee*. Rio Grande do Sul. vol. 1, n. 2, p. 189-231. 1981. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/issue/view/4>>. Acesso em 13 nov. 2011.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estud. hist. (Rio J.)*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jun, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2 jul. 2012.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. As professoras primárias da Guanabara de Lacerda: a construção do tipo antropológico. *Eccos, revista científica*. Jan-jun, 2007. Vol. 9 nº 001. Centro Universitário Nove de Julho, pp. 135-56.

CPDOC-FGV. O Brasil de JK – A Universidade de Brasília. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012a. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/apresentacao>>. Acesso em 18 jul. 2012.

_____. O Brasil que Vargas deixou – Vargas e as bases do desenvolvimento. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012b. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento>>. Acesso em 18 jul. 2012.

_____. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2012c. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros>. Acesso em 18 jul. 2012.

DE LUCA, Tania Regina. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Rev. Bras. Hist.* vol. 31, nº. 61, São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php/pid_DS0102-01882011000100014_script_Dsci_arttext>. Acesso em 18 fev. 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo* [on line]. 2010, vol. 14. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=167013403006>>. Acesso em 15 jul. 2012. ISSN 1413-7704.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. VISÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Pp. 58-77. Disponível em <[ww.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf)>. Acesso em 02 ago. 2012.

DOE-RJ. Termo de Convênio. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Imprensa Oficial. 1974.

FALCON, Francisco; MOURA Gerson. *A formação do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de. *A questão feminina no movimento das contradições da escola pública do Rio de Janeiro e/ou: quem é esta mulher que se torna professora?*. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro. 1989.

FARIA, Roberto. *Cieps em questão*. A proposta de Animação Cultural como inovação na escola pública brasileira. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2010. 175 p.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A Ditadura Militar e a Proletarização Dos Professores. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 18 de jul. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O Governo de Juscelino Kubitschek. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC-FGV. 2012a. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/apresentacao>>. Acesso em 18 jul. 2012.

_____. As reformas de base. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC-FGV. 2012b. Disponível em

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em 19 jul. 2012.

FLETCHER, Philip R.; RIBEIRO, Sérgio Costa. A educação na estatística nacional. Associação Brasileira de estudos populacionais (Abep). Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/pnadsemfoco/fletcher.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2012.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não* – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água. 1997.

_____. Que saudade da minha professorinha. *Revista Nova Escola*, n.º 81. dez. 1994.

FREITAS, Maria Teresa de A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Teresa de A.; SOUZA, Solange J.;

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Reformas de base. InfoEscola, 2012. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/reformas-de-base/>>. Acesso em 18 mai. 2012.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 313-32, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 13 nov. 2011.

GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC-FGV. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438%2F6595/785.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2012.

HISTEDBR. Mec-Usaid. Navegando na história da educação brasileira. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm>, Acesso em 07 fev. 2012.

IBGE. População estimada 1920-1970. 2012a. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao/1970/populacao1970ser_04_2.xls>. Acesso em 03 fev. 2012.

_____. População jovem no Brasil: a dimensão demográfica. 2012b. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario_1.pdf>. Acesso em 03 fev. 2012.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LOPES, Accioly. *Candango no Arraial*. Guanabara: Leitura S.A., 1963.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MÉZSAROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIRAULT, Maria Ângela Coelho. 14 abr. 2011. A imprensa e a crise de valores. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-imprensa-e-a-crise-de-valores/63714/>>. Acesso em 01 fev. 2012.

MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. *Memórias a preservar: vilas operárias barrageiras*. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História: 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Claudia_Corrêa_de_Almeida_Moraes.pdf>. Acesso em 04 set. 2011.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas (SP): Alínea, 2009.

NUNES, Carlos Luís. *Assim nasceu a Álcalis*. Rio de Janeiro: s/ed., 1968.

ORLANDINI, Edmundo. *Óbvio ululante na indústria*. Arraial do Cabo: edição de autor, 1973.

PAULINO, Ana Flávia Borges, PEREIRA, Wander. A educação no Estado Militar (1964 – 1985). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia-MG. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino da História da Educação. Uberlândia-MG, 2006. v. 01. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf>. Acesso em 04 fev. 2012.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. *Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores*. Cabo Frio (1943-1964). Arraial do Cabo. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, UFF, 2009.

_____. Candangos solidários em Cabo Frio: trabalhadores, política e imprensa na greve de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 219-47, dez. 2010a

_____. História e região: Inovação e industrialização na economia salinera fluminense. *Revista de História Regional* 15(2): 184-210, Inverno, 2010b.

REBOUÇAS, Fernando. Getulismo. Infoescola, 2012. Disponível em <<http://www.infoescola.com/era-vargas/getulismo/>>. Acesso em 12 jul. 2012.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *Introdução da história da educação brasileira – a organização escolar*. 18ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SCHONS, Carme Regina; DAGNEZE, Cinara Sabadin. Trapaceando a língua no governo médici: um estudo sobre o imaginário de língua pelo jornal O Pasquim. *Ling. (dis)curso (Impr.)*, Tubarão, v. 11, n. 1, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-76322011000100003>.

SENAI. Perguntas frequentes. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Disponível em <<http://www.senai.br/br/ParaVoce/faq.aspx>>. Acesso em 15 jul. 2012.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. A Casa José Olympio e a instituição do livro nacional. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Defendida em 28/08/98 sob orientação do prof.-dr.: Afrânio Raul Garcia Junior.

SOUZA, Eliezer Felix de. A imprensa como fontes para pesquisa em história e educação. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXIXSF7.pdf>. Acesso em 09 jan. 2012. Histedbr – VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação”. Tema Geral – História, educação e transformação: tendências e perspectivas. De 30 de junho a 03 de julho de 2009. Unicamp – Faculdade de Educação Campinas/SP/Brasil

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo* [on line]. 2010, vol. 14. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=167013403006>>. Acesso em 15 jul. 2012. ISSN 1413-7704.

_____. *1964 – visões críticas do golpe*. Campinas: Unicamp, 2006. ISBN-10: 8526804006.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (Orgs.). *Histórias de pesquisa na educação – pesquisa na história da educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

VELOSO, Fernando. Opinião – lições do “milagre” econômico brasileiro de 1968 a 1973. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2135>. Acesso em 20 ago. 2012.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 62, nº. 2. Rio de Janeiro. Apr./June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006> ou <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2011>. Acesso em 18 ago. 2012

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de entrevista

| |
|--|
| Pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação – UCP Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Celi Vasconcelos Orientanda: Márcia Simões Mattos |
| Nome: _____ Período que atuou na Escola Vinte de Julho: _____ Em que função atuou: _____ |
| 1) Como você poderia descrever a proposta Educacional da Álcalis durante o período que você atuou? |
| 2) Você se Lembra do <i>Álcalis Jornal</i> ? |
| 3) Alguma vez participou da publicação do <i>Álcalis Jornal</i> ? De que forma? |
| 4) Qual a finalidade do <i>Álcalis Jornal</i> ? |
| 5) Como a Educação aparecia no <i>Álcalis Jornal</i> e com que propósito? |
| 6) Quais suas lembranças sobre a mudança de gestão na Escola Vinte de Julho, quando de sua passagem para a administração do Estado em 1974? |
| 7) Você saberia explicar em que estas mudanças afetaram o propósito educacional da Álcalis? |
| 8) Como essas medidas se refletiram em sua trajetória profissional? |
| 9) Fale sobre suas memórias relativas à Escola 20 de Julho, no que diz respeito aos seguintes temas: 1) AÇÕES EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 2) EVENTOS E FESTAS ESCOLARES 3) MENSAGEM AOS PAIS E FUNCIONÁRIOS SOBRE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 4) AÇÕES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (Alfabetização, matrícula, alfabetização de adultos, ensino do 1º Grau na reforma da lei 5692/71) 5) ATIVIDADE DE CIVISMO (Dia da Bandeira, Fogo Simbólico, Dia da Pátria) 6) ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA ÁLCALIS 7) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES 8) PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CENTRO CÍVICO 9) INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE EDUCAÇÃO |

Autorizo a divulgação dos dados, omitindo a identidade do entrevistado.

(assinatura do entrevistado)

APÊNDICE B – Quadros demonstrativos do *Álcalis Jornal* – coluna “Educação em Foco”

Período dos exemplares disponíveis: 08/1969 A 11/1973

Quadro I – Ações em Formação profissional – Desenvolvidos pela FEVIJ com enfoque na Escola de Aprendizagem da Álcalis e capacitação de professores e funcionários da Álcalis.

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no <i>Álcalis Jornal</i> Coluna “Educação em Foco” | Assunto | Quem Escreve |
|------------|------------------|--|------------------------------------|--|
| Ago/1969 | 26 Ano II | • <i>Artigo – Se as máquinas falassem...</i> | Ações Formação Profissionais | Editor em colaboração de Clésio Rangel (segurança do trabalho) |
| Maio /1970 | 35 Ano III | • Nota sobre aquisição de 110 carteiras individuais para a FEVIJ, onde 80 carteiras foram para a Escola e 30 colocadas para a sala de estudos dirigidos – oficina de aprendizagem Álcalis. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Maio /1970 | 35 Ano III | • Conclusão do curso de gerência geral na PUC/Guanabara para o chefe do Departamento de Engenharia | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Jun/1970 | 36 Ano III | • Curso de Secretariado para funcionários da fábrica – patrocinado pela FEVIJ junto à empresa BUREAU – Núcleo de Assessoramento e Aperfeiçoamento de pessoal de empresas, da Guanabara. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Jun/1970 | 36 Ano III | • Atitude, apresentação pessoal, vestuário e postura. Aula especial para pessoas do sexo feminino – funcionárias da fábrica, professoras da Escola Vinte de Julho e esposas de funcionários. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Jul/1970 | 37 Ano III | • Programa de Formações Profissionais da Indústria. A Escola de Aprendizagem da Álcalis conta com mais sete alunos cumprindo estágio Remunerado nas oficinas da Álcalis. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Nov/ 1970 | 41 Ano IV | • Laboratorista: A FEVIJ encerra o Curso de Laboratorista, em 23 de setembro último. Assim se aprovados nos exames finais, os 13 participantes estarão aptos a exercer sua fascinante profissão. Resultados de acordo entre Álcalis e o PIPMOI – MEC -Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Nov /1970 | 41 Ano IV | • PERT-TEMPO – No Centro de Treinamento da FEVIJ, realizou-se no período de 23 de setembro a 04 de novembro, um curso de PERT-TEMPO – transmitir aos cursandos ótimos conhecimentos e ideias para o aproveitamento total do tempo através da programação. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Set/1971 | 51 Ano V | • <u>Cartas e Ofícios</u> – A escola de Aprendizagem Álcalis, em solenidade realizada no dia 26 de agosto findo, conferiu aos ex-alunos que compõem a primeira turma da escola, os diplomas profissionais emitidos pelo SENAI para as escolas que com ele mantêm acordo. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Nov/1971 | 53 Ano | • <u>Cursos Diversos:</u> • O Centro de Treinamento da FEVIJ esta proporcionando aos empregados da Álcalis, os | Ações Formação | Editor |

| | | | | |
|-------------------|------------------|---|------------------------------------|------------------|
| | V | <p>seguintes cursos: Gerência Financeira – (Promovido pela PUC/Rio).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estágio Técnico para operador de carregadeira promovido pela SOTREQ S/A. • Curso de Recrutamento e Seleção – promovido pela Escola Técnica de Comércio da FVJ. • Seminário “Cibernética e Desenvolvimento” iniciativa do Centro de Treinamento de Pessoal do SENAI (Departamento Regional GB) • Lubrificação Industrial – Patrocinado pelo MEC – PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, curso que esta sendo realizado na fábrica da Álcalis. | Profissionais | |
| Janeiro de 1972 | 55 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> • <u>Aprendizagem Industrial</u> – Admissão – A Escola de Aprendizagem Álcalis está atendendo aos interessados na ADMISSÃO do seu curso de Formação Profissional no período de 04 a 21 de Janeiro corrente (admissão por concurso) (Condições: ter 14 anos completos ou completar 17 anos após 31/07/72, curso primário completo). | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Janeiro de 1972 | 55 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> • Centro Treinamento – Entrega Diploma: curso de soldados oxi-acetilêno; mecânico, diesel, pert, lubrificador, curso básico de combate e preservação de incêndios. Todos os certificados expedidos pelo MEC – Pipmo e ABPA. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Outubro de 1972 | 64 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> • ARTIGO – A Fundação Educacional Vinte de Julho e a escolaridade dos empregados. | Ações Formação Profissionais | Direção da FEVIJ |
| Fevereiro de 1973 | 68 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> • Patrocinado pela PIPMO – Programa Intensivo de Preparação da Mão de obra órgão do MEC, realizou de 22-11 a 21-12 de 1972 (20h), o curso de Eletricidade Básica para operários de Fabricação, com 13 participantes, ministrados pelo Instituto de Eletricidade da Escola de Aperfeiçoamento da Álcalis, Edésio Ferreira Motta. • Ainda com patrocínio do Pipmo e com duração de 30h (período de 16 – 11 – 72 a 04 – 01 – 73) terminou ao dia 16 de janeiro, o curso de lubrificador industrial, beneficiou-se do mesmo 18 empregados da Álcalis... • Participou do Curso de Auto – Desenvolvimento de Aptidões para Secretarias executivas, realizando pela Management Center Brasil a funcionaria da sede, Luíza Fernanda Calvo Rodriguez, que exerce a função de Secretaria do Direito Financeiro. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Fevereiro de 1973 | 68 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> • <u>Formação Profissional</u> – no tocante a área de formação profissional continuam sendo estudadas medidas tendentes a imprimir mais objetividade aos cursos mantidos pelo centro de Formação Profissional em convênio com o SENAI. | Ações Formação Profissionais | Editor |
| Novembro de 1973 | 77 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> • <u>Notas / FEVIJ</u> – Focalizando o tema “Preservação da corrosão em equipamentos industriais”, o Sr. Anndrers Brandberg da firma sueca CANDVIK especializada em tubulações de aço inoxidável, pronunciou palestra no dia 24 – 10, no Clube House, para os chefes e supervisores das áreas técnicas da Fábrica. | Ações Formação Profissionais | Editor |

Quadro 2 – Eventos e festas – Desenvolvidos pela FEVIJ com enfoque principal na Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Álcalis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|-------------|---------------|--|------------------|--------------|--------------------|
| Jul de 1970 | 37 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Agradecimento – A FEVIJ em nome da Escola Vinte de Julho, agradece aos pais a participação dos alunos na Quadrilha Infantil e na Bandinha Rítmica nas festividades Juninas. | Eventos e Festas | Editor | ♦ |
| Nov de 1970 | 41 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Semana da Criança – A Escola Vinte de Julho comemorou intensamente a semana da criança de 08 a 13 de outubro. | Eventos e Festas | Editor | ♦ |
| Nov de 1970 | 41 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Dia do mestre – a exemplo de anos anteriores a FEVIJ propiciou ao seu quadro docente, o Dia do Mestre, comemorado em 15 outubro, excursão de caráter recreativo. Participaram 27 professores da EVJ e da EAA. | Eventos e Festas | Editor | ♦ |
| Nov de 1970 | 41 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Festa do livro – A 19 de outubro findo, receberam solenemente seu primeiro livro de literatura, as seguintes turmas da primeira série da Escola Vinte de Julho: Casinha Feliz (profª Ana Mª Silva e Ana Calvo); Pinóquio (profª Sandra Sampaio); O Gato de Botas (profª Ivani Araújo) | Eventos e Festas | Editor | Foto no jornal |
| Set de 1971 | 51 Ano V | <p>Dia do Soldado</p> <ul style="list-style-type: none"> A Escola Vinte de Julho, ao ensêjo da passagem do “Dia do soldado”, a 25 de agosto ultimo, promoveu uma solenidade cívica em homenagem a Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro. | Eventos e Festas | Editor | ♦ |
| Nov de 1971 | 53 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Semana da Criança na Escola Vinte de Julho – Sob o tem “Recrear é Viver” a EVJ realizou variada programação com seu alunos, vivendo intensamente esta semana de seu calendário cívico. | Eventos e Festas | Editor | Tem foto no Jornal |
| Jun de 1972 | 60 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Dia das mães – A Escola 20 de Julho comemorou aquele dia, com duas solenidades | Eventos e Festas | Editor | ♦ |
| Jan de 1973 | 67 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Visita ao Porta-Aviões “Minas Gerais”. Por iniciativa da Associação de Pais e Mestres da Escola Vinte de Julho, estiveram visitando na Guanabara o porta-aviões “Minas Gerais”... alunos da 5ª série da Escola Vinte de Julho e outros da Escola de Aprendizagem Álcalis, acompanhados de professores destas duas instituições. | Eventos e Festas | Editor | ♦ |
| Jan de 1973 | 67 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Curso Supletivo – 1972 – Ao encerrar o curso Supletivo ministrado pela Escola Vinte de Julho em 1972, registramos a realização de programa festivo, levado a efeito em 15 de dezembro na sede da Escola, com a entrega de diplomas, saudações dos alunos e paraninfo (Professora Leonor Maria da Costa Nascimento) – Homenagens – Profª Léa Bruno Pires, Thereza Claudia C. Trindade, Eclimeia da Silveira Carvalho, Celma Apicelo de Mattos, Nailda F. da Silva, Olga dos S. Dias e Sonia Maria S. de Carvalho. | Eventos e Festas | Editor | ♦ |
| Nov de 1973 | 77 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> Realmente um Dia da Criança. Na tarde de 13/10 nossa escola viveu horas de grande alegria. Com 10 barraquinhas distribuídas em nosso pátio pudemos sentir de perto a grande animação da criançada ao participar das brincadeiras nas quais os professores com a ajuda dos escoteiros muitos contribuíram, num clima realmente de festa e entusiasmo, | Eventos e Festas | Editor | ♦ |

Quadro 3 – Mensagens a pais e funcionários sobre ações do desenvolvimento infantil - Desenvolvidos com enfoque na Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Alcalis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|----------|------------------|---|---|--|-------|
| Ago/1969 | 26 Ano III | <ul style="list-style-type: none"> Alguns problemas do comportamento Infantil – II – Mentira | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Editor | ♦ |
| Jun/1970 | 36 Ano III | <ul style="list-style-type: none"> Mensagem aos pais – “Nunca é cedo demais” – noções de educação sexual p/crianças | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Profª Ana Mª Calvo EVJ | ♦ |
| Jul/1970 | 37 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> A Importância da Orientação – Crianças na 1ª série para todos os hábitos escolares – cuidados com uniforme e material; tarefas de casa. | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Profª Ecliméa da Silveira – EVJ | ♦ |
| Set/1971 | 51 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> O ambiente do Lar – As crianças sentem e refletem as condições ou problemas existentes entre seus pais. | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Profª Ecliméa da Silveira – EVJ | ♦ |
| Fev/1972 | 56 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> As diferenças de Inteligência | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Profª Gilma Barbosa Mariel – EVJ | ♦ |
| Jun/1972 | 60 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Eles são diferentes – Seus filhos serão únicos dos quais não há cópias idênticas Criança-Problema – Comportamento agressivo | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Profª Léa Bruno Pires (Diretora EVJ) Profª Rejane Maciel – Orientadora Educacional da EVJ | ♦ |
| Jun/1973 | 72 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> Gagueira – (artigo sobre o tema) | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Profª Ana Mª M. da Silva | ♦ |
| Nov/1973 | 77 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> Maneiras fáceis de fazer um delinquente | Mensagem aos pais e funcionários sobre comportamento infantil | Editor | ♦ |

Quadro 4 – Ações em educação primária - Desenvolvidos com enfoque na Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Álcalis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|----------|------------------|--|----------------------------|--|-------|
| Dez/1970 | 42 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Alfabetização na Álcalis – Associando –se ao esforço do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a ÁLCALIS incluiu a FEVIJ de alfabetizar 24 de seus servidores, o que já está sendo feito pela Escola Vinte de Julho. | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Dez/1970 | 42 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Matrículas – Curso Primário – A partir do dia 16 de dezembro até o dia 22, estarão abertas as matrículas à primeira série do Curso Primário da Escola Vinte de Julho, para os filhos de empregados da Álcalis. | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Nov/1971 | 53 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Alfabetização de Adultos – Tendo em vista adaptar o homem meio, através da Fundação Educacional Vinte de Julho, (FEVIJ), criou condições que permitem aos seus empregados freqüentarem cursos supletivos, ministrados na Escola Vinte de Julho, à noite. | Ações de Educação Primária | Profª Maria de Lourdes F. Barreira (EVJ) | ♦ |
| Jan/1972 | 55 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Concurso para Professora da Escola Primária. Lista de Documentos necessários | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Fev/1971 | 56 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Curso Primário – Matrículas na EVJ. A Escola Vinte de Julho dispõe de vagas em seu curso primário diurno, a saber: 2ªs (4 vagas); 3ªs (18 vagas); 5ªs (14 vagas) – por transferência. Serão aceitas todas as inscrições... se houver candidatos além do número existente será feito um sorteio, ao qual poderão assistir os interessados. | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Fev/1971 | 56 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Posto do MEC em Cabo Frio – Material Escolar – Material Escolar Tabelaado | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Jan/1973 | 67 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Abelhinhas em férias – Vimos concluir com êxito, o curso “Abelhinha Feliz” de nível pré – primário. | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Out/1973 | 76 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> Ensino de primeiro grau – Nesse âmbito, informa a FEVIJ que a Administração vem detidamente analisando todos os aspectos que melhor se coadunem com a conjuntura empresarial do momento. Os programas letivos para o ano em curso tem já a sua fase de complementação, face ao calendário escolar. A parte pedagógica mantendo – se fiel ao espírito gradualista que caracteriza a reforma preconizada pela Lei 5692, vem merecendo a devida atenção dos conselheiros, dirigentes e professores. | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Abr/1973 | 70 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> O novo método de Ensino da EVJ – Como anunciado, a Escola Vinte de Julho, a partir deste ano letivo, passou a ser uma “Escola de Ensino de 1º grau”, para permitir à Álcalis atualizar a satisfação de um dos seus deveres, como empresa que tem mais de 100 empregados, face a Lei de ensino. | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |

| | | | | | |
|----------|------------------|---|----------------------------|--------|---|
| Jul/1973 | 72 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> Supervisão de Ensino – Vantagens de um Plano de Aula. Diferenças individuais | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |
| Jul/1973 | 72 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> A culminância da 3ª etapa de uma unidade de trabalho. Momento que os estudos são sumariados e sistematizados para maior fixação. Após estudo sobre o Negro, surgiu a culminância dos trabalhos e uma entrevista foi planejada e realizada, no dia 1º de junho, pelos alunos da 5ª série da EVJ com um africano... | Ações de Educação Primária | Editor | ♦ |

Quadro 5 – atividade de civismo - Desenvolvidos com enfoque na FEVJ e suas Instituições: Escola de Aprendizagem e Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Álcis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|----------|------------------|---|----------------------|--------------|-----------------|
| Jun/1970 | 36 Ano III | <ul style="list-style-type: none"> “Uma Bandeira para cada Sala de Aula”. Oferta da Álcis de (37) bandeiras do Brasil às Escolas Estaduais e às subvencionadas pelo Estado, existentes no município de Cabo Frio. | Atividade de Civismo | Editor | ♦ |
| Jul/1970 | 37 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Fogo Simbólico da Pátria – 33ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, durante a passagem por Cabo Frio, alunos da FEVIJ participaram do cortejo até a Álcis – Arraial do Cabo. | Atividade de Civismo | Editor | ♦ |
| Dez/1970 | 42 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Dia da Bandeira – Dentre muitas atenções da Empresa aos seus componentes humanos, está o desenvolvimento de u’a mentalidade de civismo e de sadio patriotismo, poderosos sentimentos de nossa nacionalidade (festa em toda a empresa envolvendo escola de Aprendizagem da Álcis e a Escola Vinte de Julho) | Atividade de Civismo | Editor | Fotos no Jornal |
| Out/1972 | 64 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Centros Cívicos Escolares festejam o Sesquicentenário – Mercedamente elogiada pelas autoridades e demais convidados, inclusive representantes da Álcis, apresentação do Programa comemorativo do Sesquicentenário da Independência, organizado pela Coordenação Cívica Escolar do município a cargo da Profª Leonor Maria C. Nascimento, no dia 21 de setembro de 1972. | Atividade de Civismo | Editor | ♦ |
| Abr/1973 | 70 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Comemorações Escolares – 31 de março. Em comemoração ao 9º aniversário da Revolução de 31 de março, a Fundação Educacional Vinte de Julho desenvolveu variada programação cívico-escolar. | Atividade de Civismo | Editor | Foto no Jornal |
| Out/1973 | 76 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> Programa da EVJ – na Semana da Pátria – Dentro do clima de formação cívica inspirada aos estudantes, através da Coordenação Cívica Escolar, a Escola Vinte de Julho empreendeu uma extensa programação comemorativa à Semana da Pátria. | Atividade de Civismo | Editor | Foto no Jornal |

Quadro 6 – Admissão de funcionários na área de educação da Álcalis - Desenvolvidos com enfoque no quadro de funcionários da FEVJ para a Escola de Aprendizagem e para a Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Álcalis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|----------|------------------|--|---|--------------|-------|
| Mai/1970 | 35 Ano III | <ul style="list-style-type: none"> A FEVIJ – Registra com satisfação a admissão para o quadro de colaboradores – Edney Alves de Souza – Secretário | Admissão de Funcionários na área de Educação da Álcalis | Editor | ♦ |
| Jul/1970 | 37 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Nomeação Dr. Jovino Rios Filho para dirigir a Escola de Aprendizagem Álcalis | Admissão de Funcionários na área de Educação da Álcalis | Editor | ♦ |
| Jul/1970 | 37 Ano IV | <ul style="list-style-type: none"> Admissão Joaquim Ribeiro Barbosa para prestar serviços à secretaria da FEVIJ e admissão de 13 jovens formados pela Escola de Aprendizagem álcalis. | Admissão de Funcionários na área de Educação da Álcalis | Editor | ♦ |
| Jan/1973 | 67 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Diretora da E.V.J. – Atendendo a motivos particulares exonerou-se a Profª Léa Bruno Pires. A Profª Therezinha de Jesus Tavares Monteiro classificou-se em primeiro lugar após rigorosa seleção intelectual, profissional e psicotécnica. | Admissão de Funcionários na área de Educação da Álcalis | Editor | ♦ |
| Out/1973 | 76 Ano VII | <ul style="list-style-type: none"> <u>Direção da E.V.J.</u>: Tendo aceto o convite da Direção da FEVIJ, a professora e pedagoga Carmem Lúcia Cabral Pessanha vem ser indicada para responder pela Escola Vinte de Julho m substituição à Profª Therezinha de Jesus Tavares Monteiro que solicitou exoneração por motivos de ordem particular. | Admissão de Funcionários na área de Educação da Álcalis | Editor | ♦ |

Quadro 7 – Capacitação de professores - Desenvolvidos com enfoque na Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Álcis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|----------|---------------|---|----------------------------|--------------|-------|
| Mai/1970 | 35 Ano III | <ul style="list-style-type: none"> Exposição em 04, 05 e 06 de março – Curso de Atividades Recreativas ministrados na Escola Vinte de Julho (exposição das peças confeccionadas no curso em fevereiro) | Capacitação de Professores | Editor | ♦ |
| Jun/1972 | 60 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Palestra – Para um auditório constituído de Professores da FEVIJ e de representantes do Corpo Técnico da Fábrica, a ilustre Profª Nelly Aleotti Maio realizou uma interessante palestra versando sobre “O Ensino Programado na Empresa” técnica bastante eficaz, que agora começa a ser difundida no Brasil... complementar aos tradicionais métodos de ensino, tornando mais rápido, melhor e mais econômico, qualquer tipo de treinamento e aprendizado. | Capacitação de Professores | Editor | ♦ |
| Fev/1973 | 68 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Atividades do Centro de Treinamento – Dando continuidade ao plano de atualização do seu corpo docente, a FEVIJ promove um curso de verão com 60 participantes, no período 02-01 a 10-02-73, visando o aperfeiçoamento dos profissionais nas seguintes bases: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Alfabetização – Método misto (Profª Cecília Correa de Medeiros) ➤ Caligrafia – (Dr. Paulo de Oliveira) ➤ Didática da Matemática – (Professoras Carmen Lucia C. Pessanha; Lenita Durval; Iolanda Oliveira) ➤ Português – Interpretação – Profª Isaura Célia Duque | Capacitação de Professores | Editor | ♦ |

Quadro 8 – Participação estudantil no centro cívico - Desenvolvidos com enfoque na Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Álcis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|----------|---------------|---|--|--------------|-------|
| Mai/1970 | 35 Ano III | <ul style="list-style-type: none"> Centro Cívico Marechal Rondon – Eleições diretas p/ alunos da 3ª, 4ª e 5ª séries compor o centro cívico | Participação Estudantil no Centro Cívico | Editor | ♦ |
| Jun/1972 | 60 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Centro Cívico Marechal Rondon –com nova Diretoria – | Participação Estudantil no Centro Cívico | Editor | ♦ |

Quadro 9 – Informações gerais sobre educação - Desenvolvidos com enfoque na Escola 20 de Julho

| Mês/Ano | Nº | Título da Matéria no Álcis Jornal – Coluna Educação em Foco | Assunto | Quem Escreve | Fotos |
|----------|--------------|--|-----------------------------------|---------------|-------|
| Fev/1972 | 56 Ano V | <ul style="list-style-type: none"> Reforma ortográfica – AJ (Álcis Jornal) publica na Lei 5765/18 de dezembro de 1971 (Do nº 240, de 20/12/1971) | Informações Gerais sobre Educação | Editor | ♦ |
| Fev/1973 | 68 Ano VI | <ul style="list-style-type: none"> Novos Caminhos – Em 11 de agosto de 1971, o GM Sr. Presidente da República assinou decreto que tomou o nº5692. Desde então, o ensino no Brasil, na faixa dos antigos primário e ginásial, face ao atual desenvolvimento brasileiro e suas necessidades futuras, assumiu características quase revolucionárias. | | Direção FEVIJ | ♦ |

APÊNDICE C – Quadro demonstrativo “Ficha dos Professores”

Quadro Demonstrativo Com Base Nas Fichas Dos Professores Da Escola 20 De Julho – Fichas Preenchidas Entre Fevereiro e Abril De 1973

Fonte: Acervo administrativo do colégio estadual 20 de julho

Tabela 01: Informações Gerais dos Professores da Escola 20 de Julho

| Nº de Prof. | Estado Civil | | Natural | | | | | | | Ano Admissão 19... | | | | | | | | | Faixa etária em 1972/1973 | | | |
|-------------|--------------|---------|---------|----|----|----|----|--------|-----------|--------------------|----|----|----|----|----|----|----|-----------|---------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | Solt. | Casa da | RJ | DF | ES | PB | MG | França | Não Info. | 65 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | Não Info. | 40 a 34 anos | 33 a 28 anos | 27 a 22 anos | 21 a 18 anos |
| 26 | 15 | 11 | 14 | 4 | 3 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 3 | 3 | 2 | 12 | 5 | 4 | 10 | 7 |

| Leciona outro Estabelecimento? | | Estudante de Faculdade? | |
|--------------------------------|-----|-------------------------|-----|
| sim | não | sim | não |
| 21 | 5 | 1 | 25 |

Tabela 02: Cursos de Possui:

| Tipos de Cursos Apresentados no Currículo pelos Professores da Escola 20 de Julho | Nº de Professores com Especialização no Tema |
|---|--|
| 1. Administração Escolar | 2 |
| 2. Administração e Organização de Biblioteca Escolar | 1 |
| 3. Alfabetização | 7 |

| | |
|--|-----------|
| 4. Alfabetização de Adultos | 5 |
| 5. Aperfeiçoamento para Professor Primário | 8 |
| 6. Aperfeiçoamento/Especialização em 1ª Série (SEC) | 2 |
| 7. Aperfeiçoamento em Geografia | 1 |
| 8. Arte de Ler e Contar Histórias | 1 |
| 9. Atendente de Excepcionais | 1 |
| 10. Atividades Artísticas | 9 |
| 11. Atividades Recreativas | 2 |
| 12. Atualização do Ensino e Dinâmica de Grupo | 1 |
| 13. Atualização em Estudos Brasileiros | 1 |
| 14. Atualização em Eugenia | 1 |
| 15. Avaliação da Aprendizagem | 1 |
| 16. Calefasia | 20 |
| 17. Ciclo de Estudos Fluminenses | 1 |
| 18. Conceito Moderno no Tratamento de Fissurados Palatinos | 1 |
| 19. Comunicação e Recursos Audio Visuais | 4 |
| 20. Cultura Brasileira | 1 |
| 21. Datilografia | 1 |
| 22. Didática da Matemática | 2 |
| 23. Deficiência de Audição e da Fala | 1 |
| 24. Especialização para Ensino Supletivo | 4 |
| 25. Impostação da Voz | 1 |
| 26. Inglês | 1 |
| 27. Interpretação | 16 |
| 28. Instituições Escolares | 1 |
| 29. Jardim de Infância – Organização e Funcionamento | 7 |
| 30. Jornada Pedagógica/Atualização Pedagógica/Seminário de Educação | 17 |
| 31. Geografia do Estado do Rio de Janeiro | 1 |
| 32. Matemática Moderna | 17 |
| 33. Método Cartilha Moderna | 1 |
| 34. Método Misto de Alfabetização | 19 |

| | |
|--|-----------|
| 35. Método SDB para Adultos (alfabetização) | 2 |
| 36. Moral e Cívica (SEE) | 1 |
| 37. Pastoral Catequética | 1 |
| 38. Preparação para Jardineiras | 1 |
| 39. Português | 19 |
| 40. Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes | 2 |
| 41. Reformulação de Objetivos | 3 |
| 42. Teoria Musical | 1 |

| Cursos mais freqüentes nos currículos | Nº de professores com a especificação |
|---|--|
| 1- Caligrafia* | 20 |
| 2- Método Misto de Alfabetização | 19 |
| 3- Português | 19 |
| 4- Matemática Moderna | 17 |
| 5- Jornada Pedagógica/Atualização Pedagógica/Seminário de Educação | 17 |

Caligrafia: Arte de falar com boa diction e elegância.

Fonte: <www.dicionarioweb.com.br/caligrafia.html>. Acesso em 20 mai. 2012

APÊNDICE D – Transcrição das entrevistas realizadas com ex-professoras e ex-diretora

a) Entrevista concedida em 5 de janeiro de 2012.

| |
|--|
| <p>Pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação – UCP Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Celi Vasconcelos Orientanda: Márcia Simões Mattos</p> |
| <p>Nome: <i>Omitido propositadamente</i> Período que atuou na Escola Vinte de Julho: 1969 até 1973 Em que função atuou: professora regente</p> |
| <p>1) Como você poderia descrever a proposta Educacional da <i>Álcalis</i> durante o período que você atuou? Excelente. Proposta de Escola de primeiro mundo. Não havia na região escola com esta proposta e funcionasse tão bem.</p> |
| <p>2) Você se Lembra do <i>Álcalis Jornal</i>? Tenho lembranças, mas não detalhada. Não participei da confecção do Jornal, mas recebia o mesmo para leitura.</p> |
| <p>3) Alguma vez participou da publicação do <i>Álcalis Jornal</i>? De que forma? Não.</p> |
| <p>4) Qual a finalidade do <i>Álcalis Jornal</i>? Informação geral dos acontecimentos sociais da empresa.</p> |
| <p>5) Como a Educação aparecia no <i>Álcalis Jornal</i> e com que propósito? Na coluna Educação em Foco. Divulgação do trabalho e também incentivar o trabalho realizado pela Equipe da Escola.</p> |
| <p>6) Quais suas lembranças sobre a mudança de gestão na Escola Vinte de Julho, quando de sua passagem para a administração do Estado em 1974? Nas lembranças que tenho, foi muito desagradável, pois era a Escola que oferecia melhor salário, melhor apoio técnico ao professor e por conseqüência melhor ensino. Porém toda a experiência que adquiri na vida profissional, foi lá. Aprendi a trabalhar com muita dedicação e a cobrar dos meus alunos, levei este legado para as escolas que atuei.</p> |
| <p>7) Você saberia explicar em que estas mudanças afetaram o propósito educacional da <i>Álcalis</i>? Certamente. Houve uma mudança significativa, pois não foi possível o Estado manter a qualidade empreendida no ensino que a Escola na época da <i>Álcalis</i> oferecia. Particularmente pude trabalhar na Escola “20 de Julho” enquanto mantida pela <i>Álcalis</i> e após, através da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Mas continuei a me dedicar ao trabalho docente, porém a proposta educacional no seu todo era outra. O encerramento da escola, pela tutela da <i>Álcalis</i> fez com que os alunos de Arraial do Cabo perdessem uma Escola de qualidade.</p> |
| |

8) Como essas medidas se refletiram em sua trajetória profissional?

Na Escola “20 de Julho” iniciei no magistério, e foi uma experiência importante para minha formação profissional. Os ensinamentos aprendido ali, foram válidos por toda a vida de magistério.

9) Fale sobre suas memórias relativas à Escola 20 de Julho, no que diz respeito aos seguintes temas:

1) AÇÕES EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2) EVENTOS E FESTAS ESCOLARES

3) MENSAGEM AOS PAIS E FUNCIONÁRIOS SOBRE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

4) AÇÕES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (Alfabetização, matrícula, alfabetização de adultos, ensino do 1º Grau na reforma da lei 5692/71)

5) ATIVIDADE DE CIVISMO (Dia da Bandeira, Fogo Simbólico, Dia da Pátria)

6) ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA ÁLCALIS

7) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

8) PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CENTRO CÍVICO

9) INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE EDUCAÇÃO

O que mais me marcou, nas lembranças acima, foram as “Ações de Educação”, pois refletiram direto na minha formação profissional, pois todas as metodologias e tendências de ponta no campo da educação eram repassadas aos professores em capacitações periódicas.

Os eventos realizados eram de acordo com os Projetos empreendidos em sala de aula. Havia um apoio completo da infraestrutura da Empresa para que o mesmo fosse realizado. Como exemplo: Transporte para levar os alunos a passeios, como Jardim Zoológico, Museus entre outros.

Autorizo a divulgação dos dados, omitindo a identidade do entrevistado.

Omitido propositadamente

(assinatura do entrevistado)

b) Entrevista concedida em 4 de janeiro de 2011.

Pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação – UCP

Orientadora: Prof^{ra} Dr^a Maria Celi Vasconcelos

Orientanda: Márcia Simões Mattos

Nome: *Omitido propositadamente*

Período que atuou na Escola Vinte de Julho: 1973

Em que função atuou: Diretora

1) Como você poderia descrever a proposta Educacional da Álcalis durante o período que você atuou?

2) Você se Lembra do *Álcalis Jornal*?

3) Alguma vez participou da publicação do *Álcalis Jornal*? De que forma?

| |
|--|
| 4) Qual a finalidade do <i>Álcalis Jornal</i> ? |
| 5) Como a Educação aparecia no <i>Álcalis Jornal</i> e com que propósito? |
| 6) Quais suas lembranças sobre a mudança de gestão na Escola Vinte de Julho, quando de sua passagem para a administração do Estado em 1974? |
| 7) Você saberia explicar em que estas mudanças afetaram o propósito educacional da <i>Álcalis</i> ? |
| 8) Como essas medidas se refletiram em sua trajetória profissional? |
| 9) Fale sobre suas memórias relativas à Escola 20 de Julho, no que diz respeito aos seguintes temas: 1) AÇÕES EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 2) EVENTOS E FESTAS ESCOLARES 3) MENSAGEM AOS PAIS E FUNCIONÁRIOS SOBRE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 4) AÇÕES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (Alfabetização, matrícula, alfabetização de adultos, ensino do 1º Grau na reforma da lei 5692/71) 5) ATIVIDADE DE CIVISMO (Dia da Bandeira, Fogo Simbólico, Dia da Pátria) 6) ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA ÁLCALIS 7) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES 8) PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CENTRO CÍVICO 9) INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE EDUCAÇÃO |

Resposta pelas questões gerais.....

Proposta “sócio interacionista” desenvolvida por projetos de trabalho e elaborada pela equipe de orientação educacional/pedagógica, corpo docente, administração e família.

Todo o currículo era construído por atividades, através das quais o aluno era incentivado à autonomia.

A pesquisa (coleta de dados, análise dos dados, conclusão e visão crítica) era desencadeada em cima de situações-problemas, por “disparadores” que envolviam toda a comunidade escolar. As culminâncias eram montadas pelos alunos e tinham a participação das famílias. O processo da aprendizagem era bimestral e uma grande importância se dava a “recuperação paralela”. Dessa forma, o índice de reprovação era mínimo e as conquistas individuais e coletivas faziam da convivência uma aprendizagem saudável. Os Conselhos de Classe eram realizados mediante apresentação de relatórios sobre os alunos, discutidas as propostas para a melhora dos mesmos (intelectual e comportamental), cujos resultados eram encaminhados às famílias, através de boletins e de informes gerais (fichas).

Dentre as atividades comunitárias e de solidariedade está, p. ex., a vacinação dos cães da Vila Operária. Os alunos, distribuídos em “pelotões de saúde”, visitavam as casas, cadastravam os cães, explicavam a importância da vacinação dos cães contra raiva e agendavam a vacinação para um determinado final de semana, na Escola. Os funcionários da Saúde Pública aí compareciam, vacinavam os cães e organizavam o comparecimento para a próxima vacinação.

Uma atividade que deixava os alunos empolgados era o “recreio orientado”. Era organizada uma escala de professores que, a cada dia da semana, orientavam e supervisionavam o recreio. Como o pátio era muito grande, formavam-se grupos de alunos que faziam escolha das

brincadeiras que queriam participar: futebol, pular corda, andar sobre latas, andar sobre perna de pau, brincar de roda, amarelinha, queimado, jogar “três marias” (pedrinhas), dama, dominó, xadrez, ... ou ler na biblioteca. Esta sim, era a sensação da garotada. A corrida à Biblioteca era impressionante; ficava logo cheia. A funcionária era obrigada a fechar as portas. As mesinhas ficavam ocupadas com os leitores e os demais formavam fila para empréstimo de livros. Havia prateleiras que se esvaziavam rapidamente: contos de fadas e os livros de aventuras eram os preferidos.

Na verdade, a biblioteca era um ambiente vivo: Ali eram projetados, na tela apresentação dos títulos, objetivando o incentivo à leitura. A professora responsável preparava transparência também com ilustrações de histórias que eram contadas às crianças das classes iniciais. O ambiente era, escolhido como, ponto de encontro das turmas mais adiantadas que organizavam e aí apresentavam peças teatrais. Convidavam duas ou três classes, caracterizavam-se e ficavam tudo pronto, com platéia e o que mais quisessem.

O calendário de efemérides e de comemorações era seguido com “pomposas e circunstâncias “ : Dias dos pais e dia das mães, dia das crianças, festa junina, auto de Natal, dia da árvore e do animais, festa do livro..., datas cívicas dentro e fora da Escola.

O esporte recebia uma atenção especial, torneios inter escolares e municipais, principalmente. A Escola participava dos desfiles cívico e se fazia representar engalanada no dia da Pátria e nos festejos de aniversário do município.

Cumpria-se um calendário anual de reuniões de pais. Nestas reuniões eram tratados temas educacionais, apresentados ora pela equipe da própria Escola, ora por convidados especializados no assunto.

A entidade Mantenedora Fundação Educacional Vinte de Julho (FEVIJ) mantinha o “Curso de Verão”, um curso de atualização do Corpo Docente, realizado anualmente, no mês de fevereiro. A Coordenação Pedagógica e Educacional cabia cumprir e fazer cumprir o calendário pedagógico e de orientação educacional junto as Professoras, Pais e Alunos. As festividades cívicas, esportivas e culturais fluíam intra e extramuros, com muita animação e participação da comunidade escolar desde que solicitada.

Muito interessantes foram as atividades do “Clube das Mães”, desenvolvido na Escola da seguinte maneira: as mães compareciam “voluntariamente” à tarde, das 14h às 17h, instalavam-se no refeitório e/ou na cozinha, onde os cursos eram realizados, dentro de um horário semanal previamente organizado: crochet, tricô, flores, biscoito, culinária, bordado, artesanato,... seguido de exposição.

Um grande colaborador e incentivador da divulgação dos trabalhos realizados pela Escola Vinte de Julho foi o *Álcalis* Jornal na sua coluna Educação em Foco.

Autorizo a divulgação dos dados, omitindo a identidade do entrevistado.

Omitido propositadamente

(assinatura do entrevistado)

c) Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2011

| |
|--|
| <p>Pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação – UCP Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Celi Vasconcelos Orientanda: Márcia Simões Mattos</p> |
| <p>Nome: <i>Omitido propositadamente</i> Período que atuou na Escola Vinte de Julho: 1965 a 1968 Em que função atuou: Professora</p> |
| <p>1) Como você poderia descrever a proposta Educacional da Álcalis durante o período que você atuou?</p> <p>Na época, a Escola era uma das instituições mais conceituadas da região. Mantida pela Companhia Nacional de Álcalis, dispunha de todos os recursos pedagógicos – materiais e humanos – necessários para garantir a qualidade da educação que a empresa fazia questão de oferecer aos filhos/dependentes de seus empregados. Ministrava o ensino primário – de 1^a a 4^a série em dois turnos diurnos, com uma clientela mista.</p> <p>Os professores da escola eram contratados após rigorosa seleção (prova escrita, teste psicotécnico, entrevista e aula prática para uma banca) e a direção acompanhava de perto o planejamento diário de cada docente.</p> <p>Os alunos que moravam no Arraial tinham transporte próprio – o famoso “papa-fila”, assim como assistência médica imediata, no caso de emergências, no Posto Médico da Álcalis.</p> <p>A Fundação Educacional Vinte de Julho, criada para administrar a Escola com os recursos que a empresa deveria repassar ao governo federal como sua parcela no “salário educação”, promovia constantemente capacitações de alto nível para os professores, contratando profissionais renomados para estimular inovações pedagógicas na Escola.</p> <p>A Escola oferecia também a seus alunos oportunidade de vivenciar inúmeras atividades ligadas ao espírito cívico dominante na época (Centro Cívico, Hasteamento da Bandeira, Desfile de Sete de Setembro, festividades de aniversário da Álcalis e da Escola).</p> |
| <p>2) Você se Lembra do Álcalis Jornal?</p> <p>Como filha e esposa de engenheiros da Álcalis, além de professora da Escola 20 de Julho, pude receber e ler regularmente muitas edições do Álcalis Jornal.</p> |
| <p>3) Alguma vez participou da publicação do Álcalis Jornal? De que forma?</p> <p>Não lembro se assinei algum artigo na coluna da Educação, mas o corpo técnico-administrativo da Escola pedia aos professores sugestões de temas e muitas vezes solicitava revisão nos textos que eram entregues ao grupo organizador do Jornal.</p> |
| <p>4) Qual a finalidade do Álcalis Jornal?</p> <p>O Jornal, creio, tinha por finalidade levar aos funcionários da empresa e a suas famílias comentários e informes como balancetes econômicos, a produção de barrilha no período, notícias sociais como “visitas da cegonha”, aniversariantes do mês, casamentos, etc..., visando ao fortalecimento da união entre os membros da família alcalina.</p> |
| <p>5) Como a Educação aparecia no Álcalis Jornal e com que propósito?</p> <p>Havia uma coluna dedicada à Educação, com o objetivo de divulgar eventos e projetos desenvolvidos pela escola, divulgar informações sobre o calendário escolar, matrículas, etc, além de publicar artigos ligados à psicologia e ao desenvolvimento infantil e a outros temas de interesse de pais e educadores.</p> |
| <p>6) Quais suas lembranças sobre a mudança de gestão na Escola Vinte de Julho, quando de</p> |

sua passagem para a administração do Estado em 1974?

Como professora da rede estadual, lotada desde 1967 no Grupo Escolar Almirante Frederico Villar, em Arraial do Cabo, entrei no Concurso de remoção em 1973 e fui convidada a ser auxiliar de direção da Profª Carmen Lúcia Cabral Pessanha. Com sua saída, por motivo de mudança de cidade após o 1º semestre de 1974, assumi a direção da escola até o final de 1975, quando solicitei exoneração da função. Em 1976 e 1977, com a implantação da Lei 5692/71 (o 2º segmento do 1º grau teve início no município de Cabo Frio em 1976), trabalhei como regente de classe de 5ª e 6ª séries do 1º Grau, ministrando a disciplina de Estudos Sociais (eu possuía o curso de Estudos Adicionais nessa área, feitos em Niterói).

Desta forma, tive oportunidade de vivenciar os dois momentos da Escola 20 de Julho (Álcalis – 1966, 1967, 1968 e Estado – 1974, 1975, 1976 e 1977) e percebi que, embora professores e direção se esforçassem para manter o nível de qualidade, tanto na parte educacional quanto na manutenção física do prédio, a escola não podia mais ser comparada com o que era no tempo da Álcalis, embora esta, mesmo não sendo mais a entidade mantenedora da instituição, continuasse atendendo, sempre que possível, as nossas solicitações.

7) Você saberia explicar em que estas mudanças afetaram o propósito educacional da Álcalis?

Não. Apenas lembro que a Diretoria da Álcalis, na época, avaliou que seria melhor para a empresa pagar o Salário-Educação (contribuição social criada em 1964 e destinada ao financiamento de programas, projetos e ações governamentais voltadas para a educação pública) do que manter a Escola.

8) Como essas medidas se refletiram em sua trajetória profissional?

Como todas as experiências que adquirimos em nossa caminhada profissional: uma oportunidade de crescimento e de aprendizado.

9) Fale sobre suas memórias relativas à Escola 20 de Julho, no que diz respeito aos seguintes temas:

- 1) AÇÕES EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
- 2) EVENTOS E FESTAS ESCOLARES
- 3) MENSAGEM AOS PAIS E FUNCIONÁRIOS SOBRE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL
- 4) AÇÕES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (Alfabetização, matrícula, alfabetização de adultos, ensino do 1º Grau na reforma da lei 5692/71)
- 5) ATIVIDADE DE CIVISMO (Dia da Bandeira, Fogo Simbólico, Dia da Pátria)
- 6) ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA ÁLCALIS
- 7) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES
- 8) PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CENTRO CÍVICO
- 9) INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE EDUCAÇÃO

NB: Abordado nas perguntas anteriores.

Autorizo a divulgação dos dados, omitindo a identidade do entrevistado.

Omitido propositadamente

(assinatura do entrevistado)

d) Entrevista concedida em 05 de março de 2012.

| |
|--|
| <p>Pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação – UCP Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Celi Vasconcelos Orientanda: Márcia Simões Mattos</p> |
| <p>Nome: <i>Omitido propositadamente</i> Período que atuou na Escola Vinte de Julho: Em que função atuou: Professora Período que atuou na Escola Vinte de Julho: 1963 a 1973 Em que função atuou: Professora Regente e Coordenadora de 1ª série</p> |
| <p>1) Como você poderia descrever a proposta Educacional da <i>Álcalis</i> durante o período que você atuou? A Escola 20 de Julho sempre teve como objetivo o desenvolvimento da aprendizagem do aluno numa proposta inovadora de educação integral.</p> |
| <p>2) Você se Lembra do <i>Álcalis Jornal</i>? Sabia que existia.</p> |
| <p>3) Alguma vez participou da publicação do <i>Álcalis Jornal</i>? De que forma? A Escola mandava algum material para a Fundação que a mantinha, a FEVIJ da <i>Álcalis</i>, não me lembro se algum material que fiz foi publicado no Jornal.</p> |
| <p>4) Qual a finalidade do <i>Álcalis Jornal</i>? Não tenho como responder.</p> |
| <p>5) Como a Educação aparecia no <i>Álcalis Jornal</i> e com que propósito? A Fundação Educacional 20 de Julho desempenhava um trabalho valoroso para professores e alunos da região.</p> |
| <p>6) Quais suas lembranças sobre a mudança de gestão na Escola Vinte de Julho, quando de sua passagem para a administração do Estado em 1974? Não trabalhei na Escola pelo Estado e nem na época da passagem para o Estado. Mas sei que a Escola 20 de Julho teve uma gestão que era exemplo para as outras Escolas, sendo concorrido o ingresso de professores, através de concurso, promovido pela FEVIJ.</p> |
| <p>7) Você saberia explicar em que estas mudanças afetaram o propósito educacional da <i>Álcalis</i>? Com a passagem para o Estado a Educação que na época era modelo na região, com capacitação de professores, círculo de pais e assistência total aos alunos, deixou de existir.</p> |
| <p>8) Como essas medidas se refletiram em sua trajetória profissional? Essas mudanças não afetaram os Professores da <i>Álcalis</i>, porque com a passagem da Escola para o Estado, vieram os do Estado.</p> |
| <p>9) Fale sobre suas memórias relativas à Escola 20 de Julho, no que diz respeito aos seguintes temas: 1) AÇÕES EDUCAÇÃO PROFISSIONAL <i>Na Educação Profissional, havia uma Escola de Aprendizagem <i>Álcalis</i>, específica para formar os</i></p> |

filhos dos funcionários, que já iam trabalhar na Álcalis.

2) EVENTOS E FESTAS ESCOLARES

Os eventos e festas na Escola contavam sempre com a participação de toda a Comunidade da Vila Industrial, as famílias dos alunos e o pessoal da FEVIJ, onde tudo era muito bem elaborado, pois não faltava nada, todos os recursos eram supridos.

3) MENSAGEM AOS PAIS E FUNCIONÁRIOS SOBRE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Funcionava na Escola o Circulo de Pais e Mestres(CPM) com grande participação de pais e que levavam às famílias dando apoio e orientação através de palestras e encontros; os professores tinham muito bom relacionamento com os pais.

4) AÇÕES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (Alfabetização, matrícula, alfabetização de adultos, ensino do 1º Grau na reforma da lei 5692/71)

Trabalhei 9 anos com Alfabetização e 1 ano com alfabetização de adultos (funcionários da Álcalis, idosos e jovens que não sabiam ler), sendo a melhor experiência de gratidão que vivi como alfabetizadora. As crianças eram alfabetizadas com 6 anos, não havia pré-escola.

5) ATIVIDADE DE CIVISMO (Dia da Bandeira, Fogo Simbólico, Dia da Pátria)

Todos os nossos alunos sabiam cantar os hinos cívicos, pois cantavam e hasteavam a bandeira Nacional todos os dias e nas datas cívicas eram comemoradas normalmente com todos os hinos.

6) ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA ÁLCALIS

Os professores eram admitidos através de concurso, prova teórica e uma aula prática, da qual fiz parte da banca examinadora.

7) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

Nos meses de janeiro ou fevereiro ganhávamos da Álcalis cursos bons e moderno, com palestrantes famosos e renomados, os eventos eram no Club House.

8) PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CENTRO CÍVICO E 9) INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE EDUCAÇÃO

A Educação da Álcalis ao aluno da região não se primou só no civismo, mas na liberdade de expressão para que professores pudessem desenvolver uma educação integral e de qualidade e o educando tivesse uma formação crítica, reflexiva e cidadã.

Autorizo a divulgação dos dados, omitindo a identidade do entrevistado.

omitido propositadamente

(assinatura do entrevistado)

Depoimentos da mesma professora colhido em 30 de março de 2012.

Pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação – UCP

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Celi Vasconcelos

Orientanda: Márcia Simões Mattos

DADOS DESTE REGISTRO PELA PESQUISADORA:

Relato do depoimento da Prof^a (nome omitido propositadamente), que atuou na Escola 20 de Julho 1963 a 1973.

Estes relatos foram autorizados pela professora para serem registrados.

Os registros foram tomados a partir de uma conversa com a Prof^a Ecliméa, após o período da

coleta de dados (05 de março de 2012), quando comentou sobre o questionário respondido para este estudo.

A conversa pautava sobre os 10 anos que a professora trabalhou na Escola 20 de julho, e principalmente os anos de ditadura militar.

Então lembrava a professora que logo após se formar no curso Normal, no Colégio Miguel Couto em Cabo Frio, e logo foi trabalhar ainda na Escola 13 de Maio, no ano de 1963 e relata:

REGISTRO:

- “Em 1963 entrei na Escola 13 de maio, que logo depois (1964) passou a ser Escola 20 de julho. Entrei por intermédio de um amigo de meu pai, pois ainda nesta época não havia concurso, só depois com a formação da Fundação Educacional 20 de Julho, que chamávamos de FEVIJ, acho que 3 anos depois, é que passou a ter concurso. Eu fui até da comissão de avaliação destes professores. Esse amigo do meu pai era o Seu Altamiro, não me lembro mas o sobrenome, ele era o Presidente do Sindicato da Álcalis. Naquela época havia muitos sindicatos em Cabo Frio, inclusive meu pai era presidente do Sindicato da Resistência, que era do pessoal estivador, que trabalhavam com carga e descarga de mercadorias.

Após Seu Altamiro ter levado meu currículo, me apresentei para entrega de documentos e lá a Sra. Sandra Terra, que me conhecia como aluna do Colégio Miguel Couto, pois eu era considerada boa aluna, lembrou-se de mim e em seguida fui convocada para iniciar meu trabalho de professora. Lembro do período da Revolução de 1964, aqui em Cabo Frio muitos líderes de sindicatos foram presos, meu pai saiu da cidade, mas logo entregou o sindicato que ele era presidente e não sofreu repreensões, mas Seu Altamiro ficou foragido e acho que até foi preso, pois o Sindicato da Álcalis era muito forte. Depois Seu Altamiro ficou desempregado e passou muitas dificuldades. Naquela época uma pessoa ia à missa e depois na porta da Igreja, ao sair era presa, por suspeita de ser comunista. Me lembro de um fato curioso, que aconteceu na festa do Divino, a Bandeira do Divino, foi presa pelo Exército, pois ela é vermelha e assim achavam que era uma referência ao partido comunista. Nunca mais teve festa do Divino em Cabo Frio. Mas o período da “pressão” militar não surgiu em Cabo Frio no dia da Revolução, mas foi um processo... Isso já vinha acontecendo... acho que desde a renúncia de João Goulart a situação ficou complicada, com greves, sindicatos e os militares. Mas não vi nenhum registro de “dureza” por parte dos generais que chefiavam a Álcalis, havia liberdade para realizar as atividades pedagógicas e eles apoiavam todas as ações da Escola, forneciam muitos materiais. Minha lembrança era quanto ao rigor para desenvolver um bom trabalho educacional, éramos cobrados para isso, sempre havia alguém observando nossas aulas, os trabalhos dos alunos, mas eram pessoas ligadas a Fundação FEVIJ e observavam o desenvolvimento dos alunos; lembro que muitas vezes ajudávamos a um colega com dificuldades de trabalho, mas as vezes o professor não conseguia e era dispensado no final do ano”.

Depoimento Transcrito por Márcia Simões Mattos
Cabo Frio -

e) Entrevista realizada em 02 de março de 2012.

Pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação – UCP

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Celi Vasconcelos

Orientanda: Márcia Simões Mattos

Nome: omitido propositadamente

Período que atuou na Escola Vinte de Julho: não me lembro precisamente... mas no final dos anos de 1960

Em que função atuou: Diretora

| |
|--|
| 1) Como você poderia descrever a proposta Educacional da Álcalis durante o período que você atuou? |
| 2) Você se Lembra do <i>Álcalis Jornal</i> ? |
| 3) Alguma vez participou da publicação do <i>Álcalis Jornal</i> ? De que forma? |
| 4) Qual a finalidade do <i>Álcalis Jornal</i> ? |
| 5) Como a Educação aparecia no <i>Álcalis Jornal</i> e com que propósito? |
| 6) Quais suas lembranças sobre a mudança de gestão na Escola Vinte de Julho, quando de sua passagem para a administração do Estado em 1974? |
| 7) Você saberia explicar em que estas mudanças afetaram o propósito educacional da Álcalis? |
| 8) Como essas medidas se refletiram em sua trajetória profissional? |
| 9) Fale sobre suas memórias relativas à Escola 20 de Julho, no que diz respeito aos seguintes temas: 1) AÇÕES EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 2) EVENTOS E FESTAS ESCOLARES 3) MENSAGEM AOS PAIS E FUNCIONÁRIOS SOBRE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 4) AÇÕES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (Alfabetização, matrícula, alfabetização de adultos, ensino do 1º Grau na reforma da lei 5692/71) 5) ATIVIDADE DE CIVISMO (Dia da Bandeira, Fogo Simbólico, Dia da Pátria) 6) ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DA ÁLCALIS 7) CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES 8) PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CENTRO CÍVICO 9) INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE EDUCAÇÃO |

Autorizo a divulgação dos dados, omitindo a identidade do entrevistado.

omitido propositadamente

(assinatura do entrevistado)

A Álcalis proporcionou aos filhos dos funcionários, uma educação de 1ª linha, que naquela época, não existia em nenhum município da região.

O Jornal Álcalis não fazia parte do nosso cotidiano de obrigações de produção. Ele circulava, mas, entre os empregados. Assim nossa participação era pequena e mesmo assim, quando solicitada.

A finalidade do Jornal da Álcalis era que seus empregados tomassem parte dos assuntos gerais e sociais da empresa e com isso os pais participavam e conheciam mais detalhadamente, o que era feito sobre “Educação” na Escola 20 de Julho e na Fundação Educacional 20 de Julho.

Quanto a mudança de gestão da Álcalis para o Estado do Rio de Janeiro, não posso opinar sobre essa mudança, na época morava no Rio e a diretora da Escola era outra.

A Escola 20 de Julho, tinha um grupo de professoras da mais alta categoria. Prestimosas, capacitadas, dedicadas e por ser uma escola que lhes dava todo suporte didático, elas atuavam com toda segurança.

Havia sala, especificamente para surdos e mudos e acompanhamento psicológicos para alunos e pais.

No meu período, como diretora, havia 3 turnos (manhã, tarde, noite).

Quanto as comemorações nas datas cívicas, participávamos ativamente e *bem* em todos eventos e datas históricas.

Finalizo afirmando: nunca trabalhei em algo que me desse tanto conforto profissional.

ANEXOS

ANEXO A – Decreto de Criação da CNA

Decreto-Lei nº 5.684, de 20 de Julho de 1943

Autoriza a criação da Companhia Nacional de Álcalis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, DECRETA:

Art. 1º Fica o Presidente do Instituto Nacional do Sal (I.N.S.) autorizado a proceder a estudos para a implantação, no país, da indústria da soda e dos seus subprodutos bem como para o aproveitamento das águas residuais da salinação, a elaborar o plano para a montagem das fábricas, com os respectivos projetos, e a promover a constituição de uma sociedade anônima destinada à exploração dessas indústrias.

Parágrafo único. Na organização da sociedade, que se denominará Companhia Nacional de Álcalis, observar-se-ão as normas estatutárias constantes do anexo ao presente decreto-lei.

Art. 2º O capital inicial da Companhia será de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00) representados:

- a) vinte e seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 26.000.000,00) por vinte e seis mil (26.000) ações ordinárias e nominativas, do valor, cada uma, de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00);
- b) vinte e quatro milhões de cruzeiros (Cr\$ 24.000.000,00) por vinte e quatro mil (24.000) ações nominativas e preferenciais, do valor, cada uma, de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), com direito a um dividendo privilegiado de seis por cento (6%) ao ano.

§ 1º Será pública a subscrição do capital representado pelas ações preferenciais e nela terão preferência os produtores de sal inscritos no I.N.S., caso exerçam esse direito dentro do prazo que lhes for marcado pelo mesmo órgão.

§ 2º O I.N.S. subscreverá as ações ordinárias, e, juntamente com os institutos de previdência social e caixas econômicas federais, as ações preferenciais para as quais não haja subscritores.

Art. 3º O Presidente do I.N.S. será assistido, no desempenho dos encargos a que alude o artigo 1º, por um Conselho Técnico e Econômico, composto de cinco (5) membros, que serão por ele designados, podendo o Instituto custear as despesas que tiverem de ser feitas com os trabalhos.

Art. 4º O I.N.S. será indenizado pela Companhia não só das despesas de que trata o artigo anterior, mas também das que houver efetuado, com os estudos a que já vem procedendo, por autorização do Governo, sobre a instalação da indústria da soda.

Art. 5º Fica assegurada à Companhia a isenção do imposto de importação, das taxas e dos demais tributos a que estiverem sujeitos os materiais e equipamentos que importar, já para a construção das fábricas, já para o seu aparelhamento.

Art. 6º É o I.N.S. autorizado a contrair com o Banco do Brasil, para a execução do disposto no parágrafo 2º do artigo 2º um empréstimo até vinte e seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 26.000.000,00) amortizável no prazo de cinco (5) anos, que começará a correr três (3) anos depois de efetuada a operação,

§ 1º O I.N.S. dará como garantia do empréstimo a taxa criada pelo decreto-lei n. 2.300, de 10 de junho de 1940, sem prejuízo do disposto no artigo 1º, in fine, do decreto-lei n. 2.398, de 11 de julho de 1940.

§ 2º Pelo produto dessa taxa serão pagos os juros do empréstimo, enquanto a Companhia não distribuir dividendos, ou não forem, para isso, suficientes os dividendos que couberem às ações do I.N.S.

§ 3º Os dividendos a que o I.N.S. tiver direito aplicar-se-ão no custeio do serviço do empréstimo, bem como na reposição da soma que, com o pagamento de juros, houver sido despendida em virtude do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Feita essa reposição e extinta a dívida, aplicar-se-ão os dividendos nos mesmos fins a que a taxa for destinada, na assistência social aos produtores de sal e aos trabalhadores das salinas e em benefício das zonas salineiras.

Art. 7º A taxa a que se refere o artigo 6º parágrafo 1º, não será extinta nem reduzida enquanto não se houver consumado a amortização do empréstimo.

Art. 8º O empréstimo será contraído de acordo com o Ministro da Fazenda, que fica autorizado a subscrever o contrato juntamente com o Presidente do I.N.S., e a assegurar-lhe a execução, por parte desse órgão, mediante as garantias da União Federal que forem indispensáveis.

Art. 9º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS

A. de Sousa Costa

Alexandre Marcondes Filho

Publicação:

- Diário Oficial da União – Seção 1 – 23/07/1943 , Página 11169 (Publicação Original)

ANEXO C – Convênio da passagem da administração da Escola 20 de Julho da CNA para o Estado do Rio de Janeiro

S. P. U.
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
10 SECCÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Niterói, quinta-feira, 14 de fevereiro de 1974 DIÁRIO OFICIAL (Seção I)

RIBEIRO DE ABREU LAURENTINO, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício no Município de São Fidélis, fique permisionado no Município de Niterói, devendo anualmente, no mês de dezembro, fazer prova junto a esta Secretaria, de que persiste o motivo determinante do presente ato, pena de revogação automática do mesmo.

TENDO EM VISTA os termos do art. 89 da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, que o Professor do Quadro Permanente do Magistério, **MARIA LÓCIA ERNE ADED**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício no Município de Conceição de Macabú, fique permisionado no Município de Cabo Frio, devendo anualmente, no mês de dezembro, fazer prova junto a esta Secretaria, de que persiste o motivo determinante do presente ato, sob pena de revogação automática do mesmo.

TENDO EM VISTA os termos do art. 89 da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, que o Professor do Quadro Permanente do Magistério, **VIRGINIA LEITE CORDEIRO**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício na Escola "Inveja", no Município de Cambuci, fique permisionado no Município de Itaperuna, devendo anualmente, no mês de dezembro, fazer prova junto a esta Secretaria, de que persiste o motivo determinante do presente ato, sob pena de revogação automática do mesmo.

AUTORIZANDO, nos termos do art. 33, item III, da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, que o Professor do Quadro Permanente do Magistério, **DEMISIMAR FERREIRA**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício no Grupo Escolar "Professora Alda Bernardes dos Santos Inveniz", no Município de Magé, exerça suas atividades, a contar de 1.º de janeiro até 31 de dezembro de 1974, no Município de Campos, com a obrigação de, mensalmente, apresentar à Divisão de Controle Médico, atestado comprobatório de que está submetendo-se a tratamento de saúde.

AUTORIZANDO, nos termos do art. 33, item III, da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, que o Professor do Quadro Permanente do Magistério, **MARIE DA CONCEIÇÃO CARVALHO DE ALMEIDA**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício no Grupo Escolar "Joaquim Leitão", no Município de Magé, continue exercendo suas atividades pelo prazo de 12 (doze) meses, no Município de Niterói, com a obrigação de, mensalmente, apresentar à Divisão de Controle Médico, atestado comprobatório de que está submetendo-se a tratamento de saúde.

CONCEDENDO, nos termos do art. 72 da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, ao Monitor de Educação Física, da Tabela Suplementar de Extranumerários Mensalistas, desta Secretaria, **EDNA DE AGUIAR MARQUES**, mais 1 (um) mês de vencimento a título de auxílio-licença, por haver concluído em 8 de janeiro de 1974, 24 (vinte e quatro) meses consecutivos de licença para tratamento de saúde.

READAPTANDO, a contar de 8 de janeiro de 1974, nos termos do art. 34 da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, o Professor do Quadro Permanente do Magistério, **EDNA DE AGUIAR MARQUES**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura em atividades extraclasses, de conformidade com o parecer da Divisão de Controle Médico, devendo continuar em exercício no Departamento de Educação Física e Desportos.

READAPTANDO, a contar de 1.º de fevereiro de 1974, nos termos do art. 34 da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, o Professor do Quadro Permanente do Magistério, **ELZA ALVES COUÇA**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, em atividades extraclasses, de conformidade com o parecer da Divisão de Controle Médico, devendo continuar em exercício no Município de Niterói.

READAPTANDO, nos termos do art. 72, item I, da Lei n.º 8.703, de 28 de outubro de 1971, e tendo em vista a autorização do Senhor Governador de 27, publicada a 28 de dezembro de 1973, o Encarregado de Limpeza, da Tabela Suplementar de Extranumerários Diaristas desta Secretaria, **SYRELNE QUIMARKES MACHADO**, em atividades compatíveis com seu estado de saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, de conformidade com o parecer da Divisão de Controle Médico, devendo continuar em exercício no Grupo Escolar "Professora Dália de Oliveira-Costa", no Município de São Gonçalo.

DESIGNANDO, nos termos do art. 33, item I, da Lei n.º 7.242, de 11 de setembro de 1973, o Professor do Quadro Permanente do Magistério, **EMI DE SOUZA MONNERAT**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício no Grupo Escolar "Dr. Antonio Coutinho Azevedo", no Município de Niterói, para prestar serviço no Departamento de Ensino Médio e Superior.

GABINETE DO SECRETARIO

TERMO DE CONVÊNIO que entre a fôsem o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Educação e Cultura, e a Companhia Nacional de Alcool, na forma abaixo:

As 5 dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Educação e Cultura, nesta cidade de Niterói, Edifício das Secretarias, presentes como partes, o Estado do Rio de Janeiro, ora representado pelo titular desta Pasta, Professora **MARILIA SANTOS DA FRANCA VELLOZO**, autorizando o designado que foi pelo Senhor Governador, por ato de 14.1.74, publicado a 14.1.74 e a Companhia Nacional de Alcool, empresa desta cidade, pelo Decreto-Lei n.º 5.848, de 20.07.63, órgão de Administração Indústria Federal, em conformidade com o preceituado no art. 4.º, item II, letra "e" e art. 5.º, item III, do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, com sede na rua Visconde de Inhaúma, n.º 154 - 11.º/20.º e 21.º pavimentos, Estado da Guanabara, e instalações fabris em Araxá do Cabo, município de Cabo Frio, RJ, por seu Presidente **EDMUNDO ORLANDINI**, e pelo seu Diretor Superintendente Administrativo, **DR. SILVIO LEITE FRANCO**, autoassinado pela Diretoria em reunião de 18 de dezembro de 1973, ata n.º 73-017, doravante simples e respectivamente denominados ESTADO e ALCALIS, e pelas mesmas, objetivando manter em funcionamento a Escola "Vinte de Julho", foi firmado este Convênio que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Deixando a ALCALIS de manter serviço próprio de ensino de 1.º Grau por optar, na forma da lei, pela contribuição do ensino-educação a partir de 1.º de janeiro de 1974, cede ao Estado prédio escolar em Araxá do Cabo, 4.º Distrito do Município de Cabo Frio, com todos os equipamentos e instalações, serviços, benfeitorias e pertencas, onde funcionava a Escola "Vinte de Julho", para que a Secretaria de Educação e Cultura ali arte e faça funcionar, com a mesma denominação, estabelecimento de igual características.

CLÁUSULA SEGUNDA — A ALCALIS, periodicamente, fará vistoria no prédio e instalações, providenciando os reparos de interesse à segurança, higiene e preservação do mesmo, bem como as obras necessárias ao funcionamento da escola, apontadas pela Secretaria, inclusive as de ampliação, se necessárias ao atendimento da demanda de matrículas, dentro das possibilidades orçamentárias da Empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA — O Estado se compromete a criar, com a denominação de "Escola Vinte de Julho", um estabelecimento de ensino de 1.º Grau e mantê-lo em funcionamento no prédio ora cedido, dentro de critérios que forem de interesse adotar, dando preferência aos filhos dos empregados da ALCALIS.

CLÁUSULA QUARTA — O ESTADO proverá o corpo docente através de designação, contratação, substituição, no como entender, de melhor interesse para o ensino.

CLÁUSULA QUINTA — O ESTADO se compromete a projetar e fazer construir prédio próprio para absorver a clientela escolar local.

CLÁUSULA SEXTA — Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação e terá a duração de 5 anos, podendo ser renovado.

CLÁUSULA SÉTIMA — O ESTADO poderá rescindir o Convênio, transferindo a escola, caso a ALCALIS não atenda às exigências deste, ou se construir prédio próprio para a mesma.

CLÁUSULA OITAVA — Dado que não importe em obstáculo ao ensino a ser ministrado, os servidores do Estado, integrantes da "Escola Vinte de Julho" ficarão sujeitos as normas disciplinares de acesso e permanência na área da escola que vierem a ser estipuladas pelo ALCALIS, inclusive no tocante ao trajeto de veículos, estabelecimentos e proibições especiais tradicionalmente observadas, visando a boa ordem dos serviços pertinentes.

E, por assim terem convenicionado, declararam as partes aceitar todas as cláusulas e condições do presente Convênio que, depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado por todos, inclusive pelas duas testemunhas presentes:

sa) **Marília Vellozo** — Secretária;
Edmundo Orlandini — Presidente; **Silvio Leite Franco** — Diretor Superintendente Administrativo. — Testemunhas: (sa) **Wanda Fernandes** — **Myrtades Costa Freire**. — Secretaria de Educação e Cultura, em Niterói, 7 de fevereiro de 1974.

Visto: (sa) **Ariette Pacheco R. Moreira** — Chefe de Gabinete.
(Gala n.º 8936-P — Crs 201,00) 017821

DESPACHOS DO SECRETARIO

DIA 7.2.74 — Processo Administrativo n.º 86.228-72 — Interessada: **BEATRIZ PANTALEÃO DA FONSECA** — Acordo a sugestão da comissão e aplicado a professora **BEATRIZ PANTALEÃO DA FONSECA**, por haver negligenciado no cumprimento das deveres, a pena de advertência (art. 33, I, da Lei do Magistério).

Processo Administrativo n.º 21.728-73 — Interessada: **ROSANGELA CARDOSO CLAUSSEN TURL** — Acebendo denúncia feita pela Chefe da 3.ª Região Escolar, houve por bem a comissão designada propor a aplicação da pena de demissão, por abandono de cargo, por parte da professora **ROSANGELA CARDOSO CLAUSSEN TURL**, que infringiu o disposto no

ANEXO D – Quadro do processo seletivo de professores na CNA em 1973

| FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VINTE DE JULHO (INSTITUÍDA PELA COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS) ESCOLA VINTE DE JULHO | | | | |
|---|------------------|--------|----------------|-----------------|
| <u>RELAÇÃO DE PROFESSORAS INSCRITAS E RESPECTIVAS NOTAS</u> | | | | |
| CANDIDATAS | Prova Técnica | Psicot | A. Práti ca | Total pontos |
| Ana Maria Vilela da Rocha | 26 | | | |
| Celina Fernandes Leite | 62 | | | |
| Cleusa Guimarães Faria | 57 | | | |
| Denise Azevedo Gomes | 78 | 100 | 95 | 273 |
| Elicéa da Silveira | 84 | 80 | 95 | 259 |
| Erminia Pinto Beraldi | 08 | | | |
| Isabel Aparecida | 47 | | | |
| Jaline Walda Fonseca Ramos de Carvalho | 69 | 80 | 75 | 224 |
| Janete Maria da Conceição Martins | 77 | 60 | 70 | 207 |
| Josélia de Carvalho | 43 | | | |
| Lúcia Trindade das Neves | 83 | 100 | 90 | 273 |
| Maria Emília da Costa Cabral | 60 | 80 | 70 | 210 |
| Maria de Fátima Valentim Alberto | 80 | 80 | 95 | 255 |
| Maria de Lourdes Pires de Macêdo | 70 | 60 | 85 | 215 |
| Olympia Souza Mulins | 60 | | | |
| Rita Maria de Campos Guimarães | 61 | 80 | 60 | 201 |
| Rosana Macedo Seco | 75 | | | |
| Sebastiana Gomes da Silva | 31 | | | |
| Sirlei Gomes | 33 | | | |
| Talita Hernandez Perelló | 64 | 80 | 70 | 214 |
| Vanda Maria Rodrigues Barbosa | 63 | | | |
| Vera Lúcia Pêres Moço | 66 | 60 | 100 | 226 |
| Vera Lúcia Pires | Não compareceu | | | |
| Vera Lúcia da Silva | 47 | | | |
| Vilma Assis dos Santos | 60 | | | |
| Zélia da Silva Gonçalves | 71 | | | |
| Zenilda Soares Lima | 68 | | | |

Arraial do Cabo, 30 de janeiro de 1973.

ANEXO E – Ficha do Professor

FICHA DO PROFESSOR

Nome: [REDACTED]

Filiação: [REDACTED] e de [REDACTED]

Data de nascimento: 7 de janeiro de 1942

Naturalidade: Rio de Janeiro Estado Civil: casada

Nome do cônjuge: [REDACTED]

Residência: Rua 5 C. 39 Alcahis Tel: 261

Registros: 12.922 Autorizações: _____

Carteira de Identidade: [REDACTED]

Carteira Profissional nº 89.413 Série: 189

Título de Eleitor: 6.605 6º Z

C.P.F.: 047093907 Mat. I.N.P.S.: 0750

Carteira de Reservistas: —

Data de Admissão: _____

Cargo ou funções: Professor

Leciona em outr o Estabelecimento de Ensino? Sim Onde? Inspetoria do Ensino - Cabo Frio

Tem outras ocupações? Coord. de Educ. Círculo Escolar

Quais? em todo o município de Cabo Frio

É estudante de Faculdade? Não Qual? _____

Cursos que possui? 2 cursos de aperfeiçoamento do Prof. Prim; Jardim de Infância (Bernet-OMEP); Atividades Recreativas; Instituições Escolares; 2 Cursos de Especialização em 1ª série (SEC); Moral e Cívica (SEC); Atualização do Ensino e Dinâmica de Grupo (CETRERJ); Recursos Audio-visuais (SEC-CETRERJ); matemática moderna - atrás

Horário das dispênsas (livres) à tarde ou de acordo com a necessidade a combinar.

Observações: Devido as visitas as Escolas se realizas em horários diferentes há possibilidade de horário mais flexível.

| DEPENDENTES | | |
|-------------|-----------------|------------|
| Nome | Grau parentesco | Data Nasc. |
| [REDACTED] | filho | 16/3/63 |
| [REDACTED] | filha | 1º/10/70 |
| [REDACTED] | filha (adocad) | 30/7/62 |

Data: _____ Ass: [REDACTED]

ANEXO F – Modelo de Certificado de Frequência

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VINTE DE JULHO
(INSTITUÍDA PELA COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS)

CENTRO DE TREINAMENTO

CERTIFICADO DE FREQUÊNCIA

O presente certifica que.....

.....

freqüentou o curso.....

.....

..... com a duração de..... horas.

Cabo Jrio,..... de..... de 19.....

.....

Coordenador de Treinamento

Presidente da CONSAF

ANEXO G – Procarta

Documento do acervo da atual Escola Estadual 20 de Julho, referente ao ano de 1972 – Levantamento que a Coordenadoria do Estado do Rio de Janeiro realizou junto as escolas dos vários Sistemas de Ensino (Federal, Estadual e Municipal).

PROCARTA - COORDENADORIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Rua Eduardo Luis Gomes, 131 - Bloco 202 - 2ª andar - Maracanã

1ª PARTE: INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER LEVANTADAS E ENTREGUES DE FORMA
 DEBILITADA ADEQUANDO OS PROCEDIMENTOS DE PROCARTA
 (M. E. C.).

1. Nome do estabelecimento: _____
2. Nome do diretor: _____
3. Finalidade para a qual foi construído (fins seculares ou adaptado para fins seculares): _____
4. Dependência administrativa (federal, estadual, municipal, particular): _____
5. Área total do terreno em m²: _____
6. Área total ocupada pela construção do prédio em m²: _____
7. Número das dependências com as identificações (numerar e seguir a ordem de construção): _____
8. Comprimento e largura de cada dependência: _____
9. Relação de professores e suas respectivas qualificações.
10. Relação dos alunos bolsistas e o respectivo tipo de bolsa.
11. Matrícula na 1ª série em 1 972.
12. Matrícula prevista para 1 973, na 1ª série.
13. Matrícula total do estabelecimento em 1 972.
14. Situação dos atuais alunos em 1 972 (aprovados ou reprovados).
15. Relação dos alunos e respectivas distâncias de sua residência à escola.
 - . menos de 1 Km
 - . entre 1 e 5 Km
 - . entre 5 e 10 Km
 - . mais de 10 Km

DATA: _____

Assinatura: _____

Cargo: _____

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL VINTE DE JULHO
(INSTITUÍDA PELA COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS)
ESCOLA VINTE DE JULHO

PROGANTA -

1. Escola Vinte de Julho
2. Lda Bruna Pires
3. Pina Nocelares
4. Particular
5. 2757,00 m²
6. 987,00 m²
7. Salas de aula nº 1 à 14 - Refeitório nº 15, despensa, cozinha -
Depósito de materiais nº 16 - Banheiro pertencente à secretaria nº 17 -
Biblioteca nº 18 - Sala da secretaria nº 19 - Banheiro dos meninos 20
Banheiro das meninas nº 21 - Banheiro das prof^{as} nº 22 - Banheiro dos
saladares nº 23 - Auditório.
8. Salas de aula 37,50 m² - Refeitório 19,00 m² - Despensa 6,90 m² -
Cozinha 13,10 m² - Depósito - - Sanitários 55,60 m² - Sala da
biblioteca 7,90 m² - Sala da secretaria 28,00 m² - Auditório 98,00 m².
- 9- Regentes de Classe: Jussara Balestieri, Lella Sant'Anna, Francisca Alves,
Gilma Maciel, Ilca Pereira Rodrigues, Raquel dos Santos, Inêdas Ramos Franco,
Ná de Carmo Meneses, Neila M^{te} Cardoso, Regina Menteiro, Aurora Freitas, Alair
Cordeiro, Edelvise Mainhard Vianna, Ivani da Costa Araújo, Berna Sant'Anna,
Denise Gaspar da Silva, Elvi Vaccancelles da Silva, Marly Greppe Fosseda, Ana
Lúcia Machado, M^{te} de Lourdes F. Barreira, Marilda Rodrigues, Edina Pereira
Lampião, Marilú Rangel, Eliete da Silveira, Anna M^{te} Marques, Edna Francisceni,
Soceni Gonçalves Martins, Nadir A. Quintanilha.
- Leila V. Rangel Coord. Cívica, - Coord. Ensino Ana M^{te} Calvo, Angela Lampião -
Aux. Escrita: Sandra Christóvão Trindade - Aux. Direção: Telma V. Rangel -
Direção: Lda Bruna Pires - Supervisores: Cláudia M. Tábilo, Maria Elvina Gonçalves